



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Salvador/BA/2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
SUPRINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.

Salvador/BA/2014



Superintendente Regional  
Luiz Gugé Santos Fernandes

Chefe da Procuradoria Regional  
Vera Lúcia Souza de Oliveira e Torres

Chefe da Divisão de Administração  
Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana

Chefe da Divisão de Desenvolvimento  
Adilson Simões de Castro

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras  
Jorge Luiz de Azevedo Silva

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário  
Aroldo Souza Andrade

## SUMÁRIO

### **LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS**

### **INTRODUÇÃO**

### **PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

<b>LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS .....</b>	08
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	12
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada .....	13
1.1 Demonstração dos Resultados das Ações .....	13
1.2 Competências .....	14
1.3 Organograma Funcional .....	23
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações .....	24
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia .....	24
3. Acompanhamento dos Principais macroprocessos Finalísticos da Gestão .....	26
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária .....	26
3.1.1 Demonstração dos Resultados das Ações .....	26
3.1.2 Cartografia .....	31
3.1.3 Regularização do Territórios Quilombolas .....	32
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor .....	37
3.1.5 Indicadores .....	38
3.1.5.1 Indicadores TCU .....	38
3.1.6 Para Superintendências Localizadas em Área de Fronteira Internacional e Região Nordeste .....	39
3.1.6.1 Fiscalização Cadastral .....	39
3.1.6.2 Descaracterização de Imóveis Rurais .....	40
3.1.6.3 Parcelamento de Imóveis Rurais .....	41
3.1.6.4 Desmembramento de Imóveis Rurais Abaixo da Fração Minima de Parcelamento – FMP .....	43
3.1.6.5 Cancelamento de Cadastro Junto ao SNCR .....	44
3.1.6.6 Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro .....	45
3.1.6.7 Regularização Fundiária .....	46
3.2. Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento .....	49
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações .....	49

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) .....	51
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente .....	53
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados .....	54
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária .....	54
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor .....	54
3.2.7 Indicadores .....	56
3.2.8 Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal .....	57
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento .....	58
3.3.1Demonstração dos resultados das Ações .....	58
3.3.2 Diagnóstico, por Microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura.....	61
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações .....	69
3.3.4 Demonstração das Estratégias Voltadas para Consolidação de Projetos de Acentramento.....	96
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor.....	98
3.3.6 Indicadores .....	100
3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste .....	104
4. Prestação Direta de Serviços ao Público .....	105
4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo .....	105
4.2 Principais atividades de controle do Gestor .....	107
5. Gestão de Pessoas .....	109
5.1 Distribuição de servidores .....	109
5.2 Clima Organizacional e o Ambiente de Trabalho no Ambto da SR .....	111
5.3 Ações de Disseminação de Conhecimento e Aprendizagem .....	113
5.4 Recursos Humanos da Unidade .....	114
5.4.1Composição do Quadro de Servidores ativos .....	114
5.4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	114
5.4.3 Composição do Quadro de Estagiarios e Custos Relacionados .....	115
5.4.4 Custos associados aos Servidores ativos,Discriminados po Elemento de Despesa ...	116

5.4.5 Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços .....	117
5.4.6 Eventos Relacionados à Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Ocorridos no Exercício .....	120
5.4.7 Prospecção das Aposentadorias no Curto e Médio Prazo e as Estratégias de Recomposição do Pessoal.....	121
5.4.8 Indicadores Gerenciais Sobre Pessoal .....	121
5.5 Análise Crítica Sobre a Distribuição de Servidores.....	121
6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	122
6.1 Informações sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres .....	122
6.2 Demonstração da situação do Registro dos Imóveis Desapropriados do Âmbito da SR.....	125
6.3 Demonstração da Gestão dos Créditos a Receber .....	125
6.4 Principais Atividades de Controle Instituidas Pela área Contábil e Financeira da SR	129
7 estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão .....	140
7.1 Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controles Internos Administrativos da Superintendência .....	140
7.2 Controles Instituídos para Garantir o Cumprimento dos Objetivos Estratégicos ..	144
7.3 Controles Instituídos pela Superintendência para Assegurar a Fidedignidade das Informações.....	144
7.4 Principais Controles Instituídos pela Superintendência para Assegurar a Boa e Regular Gestão dos Créditos a Receber de Parceiros e dos Empréstimos Concedidos .....	144
7.5 Informações Sobre as Tomadas de Contas Especiais .....	145
8. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas .....	145
8.1 Demonstrações do Cumprimento das Determinações do TCU no exercício .....	145
8.2 Demonstração do Cumprimento das Recomendações órgão de Controle Interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do Exercício Anterior .....	145
9. Ouvidoria .....	149
9.1 Demonstração dos Registros Feitos por Intermédio da Ouvidoria no Âmbito de Atuação da Superintendência, Contemplando a Quantidade de cada tipo de Registro , (Denúncias, Pedido de Informações, etc.), Prazos de Atendimentos, Proporção de Registros não Atendidos .....	149

9.2 Principais Resultados no Tratamento de Registros Feitos pela Ouvidoria Relacionados a Invasões de Terras e Conflitos no Campo .....	162
10. Correição .....	162
10.1 O Registro de informações po Parte do Incra/Ba no Sistema CGU-PAD é Realizado pelo Servidor Cláudio Alves da Silva e Segue a PORTARIA N° 290, de 26 AGOSTO de 2008, que Dispõe Sobre a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD no Âmbito do Incra .....	162

## **LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS**

- INTRODUÇÃO**
- CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO GESTÃO**
- APP** - Área de Preservação Permanente
- ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
- CADIN** - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
- CAR** – Cadastro Ambiental Rural
- CATP** - Contrato de Alienação de Terras Públicas
- CCIR** - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
- CCU** - Contrato de Concessão de Uso
- CDB** – Associação Crédito do Brasil
- CDR** – Comitê de Decisão Regional
- CENSIPAM** - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
- CGU** - Controladoria Geral da União
- CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CNIR** - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
- CNISS** - Cadastro Nacional de Informação Social
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CONAMA** - Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CPL** - Comissão Permanente de Licitação
- CRC** – Conselho Regional de Contabilidade
- DAC** - Coordenação-Geral de Contabilidade
- DAP** - Declaração de Aptidão ao PRONAF
- DE** - Diretoria de Gestão Estratégica
- DET** - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
- DF** – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
- DFDA** - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
- DFR** - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
- DFQ** – Diretoria Fundiária de Quilombola
- DN** - Decisão Normativa
- DOU** - Diário Oficial da União

- FGTS** - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
- FUNASA** - Fundação Nacional de Saúde
- GAP** - Gestão e Administração do Programa
- GECC** – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
- GEE** - Grau de Eficiência na Exploração
- GPS** - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
- GT** – Grupo de Trabalho
- GUT** - Grau de Utilização da Terra
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
- IN** - Instrução Normativa
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LIO** - Licença de Instalação e Operação
- LOA** - Lei Orçamentária Anual
- LP** - Licença Prévia
- LTDA** - Limitada
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragem
- MAS** – Microssistema de Abastecimento de Água
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- MP** - Medida Provisória
- MPF** – Ministério Público Federal
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego
- NE** - Norma de Execução
- NTGARFAL** - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
- OCI** – Órgão de Controle Interno
- PA** - Projeto de Assentamento
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- PAF** - Projeto de Assentamento Florestal
- PB** – Projeto Básico

**PDA** - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

**PDTI** – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

**PGE** - Plano Geral de Estatísticas

**NDTR** - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

**PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

**PNRA** - Plano Nacional de Reforma Agrária

**PC** – Plano de Compromisso

**PPA** - Plano Plurianual

**PRA** - Plano de Recuperação de Assentamento

**PRAD** - Plano de Recuperação de Área Degrada

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRONATER** - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**PU** - Planos de Utilização

**RB** – Relação de Beneficiários

**RBMC** - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

**RG** - Relatório de Gestão

**RIBAC** - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

**RL** - Reserva Legal

**RTID** - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

**SEDAM** - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

**SEMA** - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

**SGBD** - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

**SIAFI** - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

**SIASG** - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

**SICONV** - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

**SIG** - Sistema de Informações Geográficas

**SIORG** - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

**SIPAM** - Sistema de Proteção da Amazônia

**SIPRA** - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

**SIR** - Sistema de Informações Rurais

**SISDOC** – Sistema de Documento

**SISPAD** - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

**SISPROT** – Sistema de protocolo

**SNCR** - Sistema Nacional de Cadastro Rural

**SPIUnet** – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

**SPU** - Secretaria de Patrimônio Públco da União

**SRFB** - Secretaria da Receita Federal do Brasil

**TCE** - Tomada de Contas Especiais

**TCT** – Termo de Cooperação Técnica

**TCU** - Tribunal de Contas da União

**TD** - Título Definitivo

**TDA** - Título da Dívida Agrária

**TI** - Tecnologia da Informação

**UA** - Unidade Avançada

**UG** - Unidade Gestora

**UGR** - Unidade Gestora Responsável

**UJ** - Unidade Jurisdicionada

**UMC** - Unidade Municipal de Cadastramento

**UO** - Unidade Orçamentária

## INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 127 de 15 de maio de 2013, o Relatório de Gestão 2013 Individual, da Superintendência Regional do INCRA na Bahia, busca apresentar de forma clara e objetiva as principais realizações da gestão no exercício supracitado, suas execuções físicas e orçamentárias e também registrar as principais dificuldades encontradas por esta unidade.

Podemos destacar como pontos positivos da gestão de 2013 a aprovação da Medida Provisória 636, que instituiu uma nova política de crédito para os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária, com a remissão de boa parte das dívidas antigas dos assentados; a realização de uma bem sucedida Chamada Pública para entidades que visam dar assistência técnica a assentados da reforma agrária; a resolução de um conflito histórico, com a imissão na posse da Fazenda Reunidas Rosa do Prado; e finalmente, a incorporação de áreas da Fibria para reforma agrária, reduzindo o conflito de terras na região do extremo sul do estado.

Por outro lado, encontramos dificuldades na implantação da nova política de crédito para os assentados, em virtude da ausência de capacitação, orientação ou Norma de Execução; desorganização dos assentados e dificuldade de viabilizar entidades organizadores para construção das casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida; e finalmente, a falta de recursos para custeio e falta de estrutura em geral, para atender e fiscalizar os cerca de 51 mil lotes existentes em todo estado.

# PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

### 1.1 Demonstração dos Resultados das Ações

**Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de vinculação		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário		<b>Código SIORG:</b> 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
<b>Denominação completa:</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
<b>Denominação abreviada:</b> INCRA		
<b>Código SIORG:</b> 1799	<b>Código LOA:</b> 49201	<b>Código SIAFI:</b> 373001
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal do Poder Executivo		
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral		<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(71)3505-5306 / (71)3505-5307 / (71)3371-0094 fax
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:luiz.guge@incra.gov.br">luiz.guge@incra.gov.br</a>		
<b><a href="http://www.incra.gov.br">www.incra.gov.br</a></b>		
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Ulisses Guimarães, 640 – Centro Administrativo da Bahia. CEP 41.213-000		
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>O Instituto nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), autarquia federal vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo Decreto-Lei nº 5.735, de 09 de julho de 1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto 5.735 de 27 de março de 2006 (com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009).</b>		
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Todas as Portarias, Instruções Normativas, resoluções, Normas de execução e Regimento Interno podem ser Acessados pelo portal do Incra na internet.</b>		
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>		
O portal do Incra na Internet possui um completo acervo de publicações relacionadas à questão agrária no país. Assim como Doutrina e Jurisprudência da área		

## 1.2 Competências

A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima que foi definida através dos Decretos nº5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

**1) Superintendências Regionais - SR** – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (05)G possuem as seguintes atribuições:

**a)** Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

**b) Planejamento e Controle** - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano 21 Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

**c) Comunicação Social** - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da

Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, ceremonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.<sup>22</sup>

**d)** Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

**i)** À Procuradoria Regional - SR(05)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

**II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(05)F** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

**a)** De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao

SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.<sup>23</sup>

**b)** De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

**c)** De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e

alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

**d) De Regularização de Territórios Quilombolas** - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de 24 Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

**III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

**a) De Obtenção** - Proceder à vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

**b) De Implantação de Assentamentos** - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações

voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

**c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais** - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes ecompatíveis com suas competências.<sup>25</sup>

**IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(05)D** - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

**a) De Infraestrutura** - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos:  
**a.1.** Elaborar os projetos básicos; **a.2.** Analisar e emitir pareceres técnicos; **a.3.** Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; **a.4.** Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-

governamentais; **a.5.** Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; **a.6.** Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

**b)** De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à “agroindustrialização”, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

**c)** De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças,

dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

**V) À Divisão de Administração - SR(05)A** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

**a)** De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.<sup>27</sup>

**b)** De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

- c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.
- d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancários; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.
- e) Escritório Regional e a Superintendência - Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.<sup>28</sup>
- VI) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA** - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

### 1.3 Organograma Funcional

Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de

13/10/20067



## 2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

### 2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

Anualmente, o INCRA estabelece as metas físicas e limites orçamentários das Srs, segmentadas nas Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), para executar suas atividades, que são consolidadas no Plano de Compromissos de Ações e Metas, desenvolvido para apresentar as ações de cada unidade do Instituto, estruturada e vinculada ao PPA (Plano Plurianual) do Governo Federal, onde identifica os Programas Temáticos, objetivos, iniciativas e ações.

Conforme o Plano de Compromissos, a SR, estabelece de forma discricionária, sua atuação dentro das diretrizes, que por sua vez, são traçadas para a eficácia das políticas de desenvolvimento rural, atendimento e prestações dos serviços públicos, articulação e integração do INCRA com outras políticas públicas, contribuição para o desenvolvimento de famílias assentadas, na qualificação de produtos e serviços para a sociedade, qualificação e integração a gestão de informações fundiárias, entre outras, que foram base para o plano de ações do ano de 2013 e critérios para a distribuição de créditos e provisão de limites orçamentários, que no percorrer do exercício, recebeu alterações, os quais foram revisados em 3 versões, apresentando resultados significativos neste plano.

De forma objetiva, os quadros de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários, apresentaram reduções e ampliações nas metas no ano. Algumas ações, por sua vez, receberam redistribuição dos recursos orçamentários e ajustes, de acordo com o replanejamento de cada diretoria. Algumas realizações da SR não influenciaram no cumprimento de meta, porém foram de fundamental importância para o desenvolvimento dos planos firmados no Instituto, como investimento para compra de equipamentos, destinação de despesas para serviços cartográficos e entre outros.

Tendo em vista a demanda social, notadamente, sempre superior aos limites impostos pela LOA, a priorização das atividades a serem desenvolvidas por esta regional seguiu critérios distintos a depender da Ação a ser realizada, tais como: prazos

legais, áreas de conflito, causas naturais (secas, alagamentos, etc), processos mais antigos, pressão social, dentre outros. Não houve formalização no estabelecimento dessas prioridades.

### **3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão**

#### **3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária**

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-05 vem promovendo a ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, executando-o de forma direta e indireta através dos contratos de serviços, levantamentos topográficos de vistoria para criação de Projetos de Assentamento Rural e Territórios Quilombolas, convênios que objetivam a regularização fundiária e a certificação de imóveis rurais.

As ações realizadas durante o exercício de 2013, estão consolidadas no quadro das Metas Projetadas no Plano de Trabalho de Ações, em conformidade aos Serviços de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização Quilombola.

##### **3.1.1 Demonstração dos Resultados das Ações**

*Tabela 1 -*

AÇÕES	ATIVIDADES	META		MARCO
		Prog	Exec	%
CADASTRO	Ampliar UMC's.	51	14	27,5
	Capacitar UMC's.	94	25	26,6

	Atualizar cadastro de imóveis rurais.	20.000	21.666	108,33
	Qualificar o controle de aquisição de imóveis por estrangeiro ( depurar dados no sncr) .	120	0(e)	0
	Fiscalizar trabalhos de umc's e instruí-los qto o parcelamento e descaracterização de imóveis.	86	8	9,3
<b>PASSIVO CERTIFICAÇÃO</b>	Monitorar a execução dos processos em andamentos na SR.	1000	1.336	133,6
		1100	CIGEX	?
<b>AMPLIAR Nº DE POLÍGONOS GEORREFERENCIADOS NA BASE CARTOGRÁFICA DIGITAL</b>	Inserir no banco de dados cartográfico do INCRA os limites dos imóveis certificados, áreas públicas, assentamentos, imóveis regularizados e territórios quilombolas (passivo: 179 assetamentos sem lançamento no i3geo; previsão de 84 licitados em 2013 e 2014; 500 proc. de certificação; 1694 regularização fundiária; quilombola em 2013: 4 e 2014: 8 para 2014 convênio novo meta total de Imóveis georreferenciados.	10.238	4.565	44,5
	Celebrar convênios com órgãos públicos, objetivando ampliar a base cartográfica. termo cooperação – aeólica.	1	-	-
<b>FINALIZAR PROCESSOS FISCALIZAÇÃO REMANESCENT DA PORT.12/06</b>	Qualificar o passivo de processos existentes na SR.	159	173	108,8
<b>MONITORAR OS CONVÊNIOS EM VIGÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIO</b>	Encaminhar relatório de execução detalhado de cada convênio à DFR (SR).	7.080	0	0
	Encaminhar produtos dos convênios(gráficos e literais).	-	0	0
<b>MONITORAR O ENCERRAMENTO DOS CONVÊNIOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EXPIRADOS</b>	Quantificar e qualificar os produtos (gráficos e literais) gerados pelos convênios encerrados até 2012 (sr).	1.694	1.694	100

<b>ELABORAR RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO E AS DEMAIS PEÇAS DO RTID</b>	Finalizar os contratos de elaboração de Relatório Antropológico em andamento.	15	15	100
	Fazer nova licitação / convênios / execução direta para elaboração de novos Relatórios Antropológicos.	20	22	110
	Elaborar o RTID.	12	27	225
	Publicar o RTID.	4	0	0
<b>CONTESTAÇÕES OFERECIDAS AO R.T.I.D</b>	Analisar técnica e juridicamente as contestações oferecidas ao R.T.I.D. - por Comunidade.	1	0	0
<b>ENCAMINHAR O CONJUNTO-PORTARIAS DE RECONHECETO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA</b>	Elaborar o conj. de portaria de reconhecimento de território quilombola e encaminhar para a Sede.	5	0	0
<b>INSERIR DADOS DE TODAS AS COMUNIDADES QUILOMBOLA NO SISTEMA I3 GEO E SIPRA</b>	Localizar e qualificar as informações de todas as comunidades quilombolas com processo aberto no Incra (diagnóstico).	50	66	132
	Georreferenciar pontos na comunidade.	100	61	61
	Atualizar o cadastro das famílias quilombolas dos RTIDs já publicados.	0	0	0
	Cadastrar no SIPRA as famílias quilombolas das comunidades cm título expedido por outros órgãos.	2	0	0
<b>PROPOR A DECRETAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS</b>	Elaborar , analisar e acompanhar o andamento dos conjuntos decretos	5	0	0
<b>DESINTRUSÃO DAS ÁREAS DECRETADAS</b>	Identificar e qualificar a demanda por reassentamento das famílias não quilombolas com perfil de beneficiária da Reforma Agrária e encaminhar para DT	5	0	0
	Avaliar imóvel	12	8	66,7
	Elaborar e Analisar Conjunto avaliação	34	0	0
<b>TITULAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS E PARTICULARES</b>	Georreferenciar / demarcar / certificar / titular / registrar títulos de comunidade quilombola	0	0	0

(a) Onde se lê META programada "Finalizar os contratos de elaboração de Relatório Antropológico em andamento  
" Meta Progr. 03 Meta Executada 02

(b) Onde se lê META programada "Fazer nova licitação/convênios/execução direta para elaboração de novos Relatórios Antropol. "Meta Progr. 20 Mt. Execut.04

(c) Processos que se encontram tramitando no CIGEX - Convênio INCRA/Exército.

(d) Atividade incluso nesta planilha e faltando incluir de Planejamento Nacional.

(e) Dos 78 Processos instruídos, foram analisados 54 e dos quais 05 aptos ao cadastramento, mas não alimentado ao SISNAPE, por razão administrativa.  
 Fonte: Divisão de Regularização Fundiária/BA.

*Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	13.206	19.677	221.915	219.530,73	53.330,73	53.315,25	166.200
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	20	0	2.500	1.881,96	1.881,96	1.881,96	0
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional*	Imóvel Georreferenciado (und)	74	0	37.169,85	37.169,85	37.169,85	37.169,85	0
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0	0	0	0	0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	38.301		320.233,80	317.759,81	315.561,79	309.749,10	2.198,02
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	1.982.579,20	1.982.579,21	0	0	1.982.579,21

- Esta meta só contempla a execução direta. O georreferenciamento da malha fundiária através da inclusão de polígonos oriundos de vistorias para desapropriação, certificação de imóveis e polígonos de Projetos de Assentamento não são computados nesta meta.

*Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar\**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)		0	0	0	0	0
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)		0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)		0	900.000	0	0	900.000
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)		0	900.000	0	0	900.000
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)		0	0	0	0	0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)		0	21.698,55	0	20.188,98	1.513,61
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)		0	6.783.189,41	0,36	6.694.109,51	89.079,54

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

### 3.1.2 Cartografia

O Serviço de Cartografia da SR-05 gerencia todas as atividades relacionadas ao Geoprocessamento, Topografia e Sistemas de Informações Georreferenciadas no âmbito da Superintendência. Dentre as diversas atividades deste serviço estão, atualmente, o suporte técnico necessário às ações de demarcação e parcelamento de Projetos de Assentamento, demarcação de Territórios Quilombolas, de instalação e manutenção da Rede de estações GNSS INCRA/IBGE, e da produção de dados padronizados de natureza cartográfica. É também inerente ao Serviço, a Certificação de Imóveis Rurais em atendimento à Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, conforme Lei 10.267/01, além da organização, manutenção e atualização das informações georreferenciadas dos imóveis rurais do Estado da Bahia.

Em 2013, 13 (treze) projetos de assentamento foram criados sendo inseridos na base cartográfica, equivalente a uma área de 35.108,6715 ha. Além disso, foram recepcionados e fiscalizados serviços de medição e demarcação/parcelamento de 24 (vinte e quatro) Projetos de Assentamento, atingindo um montante de aproximadamente 453 (quatrocentos e cinquenta e três) parcelas, além de uma grande quantidade de áreas de Reserva Legal, APP(s), áreas comunitárias e coletivas. Estes serviços foram oriundos de contratação indireta e representaram o georreferenciamento de aproximadamente 76.363,4646 hectares.

Com o advento dos procedimentos apontados pela Norma de Execução Nº105 e a realização de 03(três) Forças Tarefa pelo Comitê Regional de Certificação, o número de imóveis rurais certificados em 2013 chegou a 1.254 (mil duzentos e cinquenta e quatro), de um total 3.618 (três mil seiscentos e dezoito) imóveis já certificados em todo estado da Bahia. Os resultados alcançados neste exercício representam um aumento de 324,03% com relação a 2012, representando uma área de 2.065.089,8050 hectares.

No que tange a regularização fundiária, esta superintendência vem promovendo parceria com o Governo do Estado da Bahia através de convênios, representando em 2013 um total de 3.196 (três mil cento e noventa e seis) imóveis titulados e já incorporados à

malha fundiária do INCRA. Estes imóveis regularizados representam um total de área 42.625,723 hectares.

Em relação à participação do Serviço de Cartografia nos processos de Regularização Quilombola, foram realizadas 32 (trinta e duas) vistorias, sendo 28 (vinte e oito) individualizações e 04 (quatro) delimitações de perímetro representando um total de 7.605,0523 ha em individualizações e 3.897,3545ha em delimitações de perímetro que propiciaram a elaboração de estudos antropológicos de 04 (quatro) Territórios Quilombolas.

Desta forma, as atividades neste exercício, desenvolvidas pelo Serviço de Cartografia, culminaram na inclusão de 2.230.690,071 hectares de imóveis incluídas à malha fundiária no estado da Bahia. A participação de técnicos do serviço de cartografia em outros Seminários, Oficinas e em articulações institucionais continua promovendo a sensibilização e a divulgação das atividades do INCRA a partir das informações disponíveis nesta superintendência, a exemplo das bases de dados georreferenciados de imóveis rurais e Projetos de Assentamento.

Não obstante, a realização de reuniões técnicas relacionadas principalmente à Certificação de imóveis rurais continua favorecendo o melhor conhecimento por parte dos demandantes, da metodologia de análise dos processos de certificação e consequentemente melhorando a qualidade dos trabalhos que estão sendo submetidos, tornando mais céleres as análises destes processos.

### **3.1.3 Regularização do Territórios Quilombolas**

A política quilombola sempre foi marcada por diversos desafios. O principal deles é o de fazer o dispositivo constitucional que garante aos remanescentes de quilombos a propriedade e o subsídio das riquezas do solo, do subsolo e das terras nas quais o exercem uma ocupação há sucessivas gerações, através da titulação definitiva de suas terras. O INCRA em cumprimento dessa função institucional tem concentrado esforços no sentido de exercer de forma satisfatória a responsabilidade de executar essa política de regularização quilombola em que pesem as questões estruturais, orçamentárias e de pessoal.

Entretanto, o que se observa na medida em que avançamos é uma crescente demanda de processos sem que se contemple, na mesma proporção, o aporte técnico, orçamentário e financeiro desejado.

Conforme se observa nos dados acima, em 2013, a Unidade Jurisdicionada-UJ não cumpriu as metas estabelecidas, o que poder ser explicado pelos fatores abaixo:

**Ação.1 - ELABORAR RELATÓRIO ANTROPOLOGICO E AS DEMAIS PEÇAS DO RTID**

Foram finalizados 15 (quinze) contratos de elaboração de Relatório Antropológico, conforme estabelecido em meta.

*Tabela 1*

Comunidade	Município
São Bras	Santo Amaro
Caonge	Cachoeira
São Tiago do Iguape	Cachoeira
Porto do Campo	Camamu
Fazenda Porteiras	Entre Rios
Fazenda Grande	Muquém de São Francisco
Jetimana e Boa Vista	Camamu
Ronco e Abóbora	Camamu
Batateiras	Cayru
Fojo	Itacaré
Lagoa Santa	Ituberá
Boa Vista do Pixaim	Muquém de São Francisco
Alegre, Barreiros	Itaguaçu da Bahia
Tomé Nunes	Malhada
Torrinhas	Barra

Fonte: Serviço de Regularização de Território Quilombolas

Foram feitos 22 (vinte e duas) novas licitações para elaboração de Relatórios Antropológicos, dos 20 (vinte) previstos.

*Tabela 2*

Lote	ITEM - REGIÃO	Comunidades Quilombolas	Municípios
I	NORTE e CHAPADA	Lage do Antônio	Monte Santo
		Fumaça	Pindobaçu
		Segredo	Souto Soares
	RECÔNCAVO I e LITORAL NORTE	Cambuta	Santo Amaro
		Palmeira da Água Boa	São Sebastião do Passé
		Pedra Grande	Conde
		Engenho da Cruz	Cachoeira
	RECÔNCAVO II	Engenho Novo do Iguape	Cachoeira
		Calolé, Tombo e Imbiara	Cachoeira
		Dende	Maragogipe
		São Gonçalo	Contendas do Sincorá
	SUDOESTE I	Olhos D'Água do Meio	Livramento de Nossa Senhora

<b>II</b>	SUDOESTE II	Vargem Alta	Palmas do Monte Alto
		Panelheiros, Batalha e Lg. Arroz	Vitória da Conquista
		Laranjeiras	Vitória da Conquista
		São Joaquim de Paulo	Vitória da Conquista
		Lg. de Maria Clemência	Vitória da Conquista
		Lg. Melquíades e Bx. Seca	Vitória da Conquista
		Pedra	Itambé
<b>III</b>	EXTREMO SUL	Cândido Mariano	Nova Viçosa
		Volta Miúda	Caravelas
		Vila Juazeiro	Ibirapuã
		Rio do Sul	Nova Viçosa
		Mota	Itanhém

Fonte: Serviço de Regularização de Território Quilombolas

Foram elaborados 27 (vinte e sete) RTID, dos 12 previstos e nenhum chegou a ser publicado.

Tabela 3

Comunidade	Município
Vicentes	Xique Xique
Duas Lagoas	Riacho de Santana
Barra do Parateca	Carinhanha
Rio dos Macacos	Simões Filho
Ilha de Maré	Salvador
Barreiro do Rio Pardo	Vitória da Conquista
Bete II	São Gonçalo dos Campos
São Brás	Santo Amaro
Caonge	Cachoeira
Guerém, Guaruçu, Girau Grande	Maragogipe
Buri	Maragogipe
São Tiago do Iguape	Cachoeira
Porto do Campo	Camamu
Fazenda Porteiras	Entre Rios
Fazenda Grande	Muquém de São Francisco
Jetimana e Boa Vista	Camamu
Ronco e Abóbora	Camamu
Batateiras	Cayru
Fojo	Itacaré
Lagoa Santa	Ituberá
Boa Vista do Pixaim	Muquém de São Francisco
Alegre, Barreiros	Itaguaçu da Bahia
Tomé Nunes	Malhada
Torrinhas	Barra
Pitanga de Palmares	Simões Filho
Iúna	Lençóis
Jibóia	Antônio Gonçalves

Fonte: Serviço de Regularização de Território Quilombolas

#### Ação.2 - CONTESTAÇÕES OFERECIDAS AO RTID

A análise técnica e jurídica às contestações oferecidas ao RTID cumpriu o estabelecido, 01 (uma) comunidade.

#### Ação.3- ENCAMINHAR O CONJUNTO-PORTARIAS DE RECONHECIMENTO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Não foi elaborado o conjunto portaria de reconhecimento de território quilombola, a meta prevista eram 05 (cinco) conjuntos.

#### Ação.4 - INSERIR DADOS DE TODAS AS COMUNIDADES QUILOMBOLA NO SISTEMA I3 GEO E SIPRA

Foram localizadas e qualificadas as informações de 66 (sessenta e seis) comunidades quilombolas com processo aberto no Incra (diagnóstico).

*Tabela 4*

Comunidade	Município
Alto da Boa Vista	Abaíra
Alto do Capim	Quixabeira
Alto do Cruzeiro e Acupe	Santo Amaro
Assento	Abaíra
Baixão Velho	Seabra
Barreiro do Rio Pardo	Vitória da Conquista
Bete II	São Gonçalo dos Campos
Brejo do Engenho da Guaíba	Cachoeira
Boqueirão	Vitória da Conquista
Buri	Maragogipe
Cachoeira do Rio Pardo	Vitória da Conquista
Caimbongo Velho	Cachoeira
Calolé Tombo Imbiara	Abaíra
Cambuta	Santo Amaro
Cândido Mariano	Nova Viçosa
Cangalha	Caetité
Cariaca	Senhor do Bonfim
Catuzinho	Alagoinhas/Aramari
Contendas	Caetité
Coqueiros	Mirangaba
Cruzeiro	Araças
Dendê	Maragogipe
Engenho da Cruz	Cachoeira
Engenho Novo do Bale do Iguaípe	Cachoeira

Enseada Paraguaçu	Maragogipe
Fazenda Velha	Andaraí
Fumaça	Pindobaçu
Helvécia	Nova Viçosa
Iúna	Lençóis
Jibóia	Antônio Gonçalves
Lagoa da Salina e outras	Nordestina
Lagoa de Maria Clemência	Vitória da Conquista
Lagoa de Melquiádes	Vitória da Conquista
Lagoa do João, Pimenteiras e Vassouras	Poções
Lagoa do Mato	Caetité
Lagoa do Meio	Caetité
Laje do Antônio	Monte Santo
Lajedo	Mirangaba
Laranjeiras	Vitória da Conquista
Malhada	Caetité
Mercês	Caetité
Oiteiro	Alagoinhas
Olaria	Irará
Olho D'água do Meio	Livramento de Nossa Senhora
Olho D'água do Pajeú	Caetité
Passagem de Areia	Caetité
Pé de Serra e Jurema	Araças
Pedra Grande	Conde
Pedra	Itambé
Piaçava	Esplanada
Quimgomá	Lauro de Freitas
Ribeirão dos Paneleiros	Vitória da Conquista
Rio do Sul	Nova Viçosa
Sambaíba	Caetité
São Gonçalo	Contendas do Sincorá
São Joaquim de Paulo	Vitória da Conquista
Sapé	Caetité
Segredo	Souto Soares
Serra do Queimadão	Seabra
Tamboril	Condeúba
Tapera do Melão	Irará
Tucum	Tanhaçu
Vargem do Sal	Caetité
Vila Juazeiro	Ibirapoã
Volta Miúda	Caravelas

Fonte: Serviço de Regularização de Território Quilombolas

Foram georreferenciados 61 (sessenta e um) pontos nas comunidades dos 100 (cem) previstos. Não foram atualizados os cadastro das famílias quilombolas dos RTIDs já publicados. Não foram cadastradas no SIPRA as famílias quilombolas das comunidades com título expedido por outros órgãos, a meta eram 02 (duas) comunidades.

#### Ação. 5 - PROPOR A DECRETAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Não foram elaborados dos conjuntos decretos, a previsão era de 05 (cinco).

#### Ação.6 - DESINTRUSÃO DAS ÁREAS DECRETADAS

Não foi identificada e qualificada a demanda por reassentamento das famílias não quilombolas com perfil de beneficiária da Reforma Agrária e encaminhar para DT, a previsão eram de 05 (cinco).

Foram avaliados 08 (oito) imóveis, dos 12 (doze) previstos. Não foi elaborado o conjunto avaliação, dos 34 (trinta e quatro) previstos.

#### **3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor**

O controle da governança agrária sobre malha fundiária, está alinhado a partir do planejamento estratégico, definido e compartilhado pela Superintendência, em função das ações específica e proporcional da demanda das metas do INCRA sede, conforme discriminado no quadro acima do Plano de trabalho de ações-2013.

Os registros, controle e acompanhamento, seguem os normativos estabelecidos pela Autarquia com seus sistemas cadastrais (SNCR e SISNATE), cartográficos (SIGEF e SNCI), gerir as informações cadastrais das propriedades, proceder a certificação dos imóveis rurais.

### 3.1.5 Indicadores

#### 3.1.5.1 Indicadores TCU

*Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. <a href="#">Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.</a>	73,14%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<a href="#">(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</a>	Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	30,80%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<a href="#">(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</a>	Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0%

## **CONSIDERAÇÕES:**

**Regularização Fundiária** – Convênio INCRA/ESTADO-CDA, quanto ao íncide mencionado no quadro acima, ressaltamos que foi em razão de problemas de natureza administrativa que impediu dar início aos trabalhos de georreferenciamento dos imóveis rurais(cadastro literal e gráfico), tais como, na instrução do processo licitatório, pela CDA, para a contratação de empresas para realizar os trabalhos objeto do convênio, na modificação da estrutura da Procuradoria Geral do Estado-PGE e outros fatores, atraso na execução dos trabalhos constratados, em 09/03/2012, pela empresa vencedora do 1º processo licitatório, indisponibilidade de formulários de DP pelo INCRA, a finalização do contrato, em 08/08/2012, firmado com a primeira Empresa( Tec. Agri. Serviços de engenharia e Agrimensura Ltada, a morosidade na instrução do 2º processo licitatório e outros posteriores.

**Certificação** – O índice dessa atividade foi inferior a 50%, em vista de pendências de documentação de dominialidade e técnica, que impossibilitaram a finalização da certificação do restante(460) dos processos, conforme memoria de cálculo resultante da relação Nº de processos com análise de certificação finalizada / Nº de proc. de certificação protocolados ( 205/665 =30,80%).

**Cadastro Rural** – memoria de cálculo resultante de superfície ocupado por imóveis cadastrados / superf. total da área abrangida pela jurisdição ( 41.305.929,86/56.473.317= 73,14%).

### **3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste**

#### **3.1.6.1 Fiscalização Cadastral**

A Fiscalização Cadastral das grandes propriedades rurais com áreas acima de 5.000,00 hectares, regida pela Portaria/INCRA nº 12/2006 e Instrução Normativa 28/2006, e visa verificar o cumprimento da função social da propriedade.

Aliado as respectivas normas e portaria, procedemos consulta ao Estado da Bahia em conformidade com o Art. 12 da IN/28/2006, mediante ofício com documentação anexa da conclusão da Procuradoria Federal Especializada-PFE e decisão do Superintendente Regional, direcionado ao órgão de terras do Estado, para que este se manifeste sobre a titularidade dos referidos imóveis.

Baseado no acima disposto, no ano de 2013, foram feitas análises de fiscalização cadastral de aproximadamente 173 processos administrativos de fiscalização de imóveis rurais no Estado da Bahia, concluindo pelo encerramento dos processos, com as seguintes situações:

- a) Procedemos a atualização cadastral de 28 (vinte e oito) processos com presunção de domínio, por não haver a devida comprovação do destaque do público para o particular em cumprimento aos Art. 12 e 13 da Instrução Normativa nº28/2006.
- b) Procedemos o encerramento 138 (cento e trinta e oito) processos sem atualização cadastral mantendo o código cancelado por perda de objeto, uma vez que, as referidas propriedades com suas respectivas áreas não encontram-se mais matriculadas ou

registradas com as respectivas áreas informada no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

c) Procedemos o encerramento de 7(sete) processos de imóveis rurais que foram desapropriados e criados Projetos de Assentamento pelo INCRA.

Vale ressaltar que, em 2013, foram formalizado mais 21(vinte e um) processos de fiscalização.

Ainda neste ano, houve a participação dos técnicos da área de Coordenação de Cadastro Rural/Fiscalização em treinamento de capacitação na área cadastral de fiscalização de processos Administrativos, com base na Instrução Normativa 28/2006, promovida pela Coordenação Geral de Cadastro Rural/DF, visando aprimorar e dar celeridade aos processos de fiscalização. A programação das capacitações incluiu o preenchimento de formulários, os diversos tipos possíveis de consulta ao SNCR, bem como o cadastramento de imóveis e cumprimento da função social das propriedades acima de 15 módulos fiscais.

### **3.1.6.2 Descaracterização de Imóveis Rurais**

Descaracterização de imóvel rural é realizada nos imóveis rurais que perderam a sua vocação rural, ou seja, quando, a partir de determinado momento, não podem mais ser enquadrados na definição de imóvel rural preconizada pelo Direito Agrário, conforme Manual de cadastro Rural-modulo II.

A solicitação de manifestação do INCRA sobre a descaracterização de imóvel como rural se aplica nos casos em que o imóvel não mais se caracteriza como rural, em função de não se destinar, nem poder mais se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro industrial, ou nos casos, em que o imóvel rural possui uma destinação de iniciativa privada não relacionada à atividade rústica descrita no art. 64 da Lei 4.504/64, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

A atividade nos processos de descaracterização objetiva definir critérios de avaliação quanto à instrução do requerimento e à validade da documentação comprobatório apresentada pelo administrado, que culminará com o deferimento, indeferimento ou conversão em diligência do pleito. Estando instruído e validado o requerido, deve elaborar informação que fundamente o deferimento do pleito e providenciar minuta de ofício que será destinada ao requerente, comunicando o ato administrativo conforme

modelo específico do Manual de Cadastro Rural, realizando a atualização cadastral, que será do tipo cancelamento ou retificação, do imóvel rural sob exame, dependendo se a descaracterização for total ou parcial.

Nas hipóteses de indeferimento e consequente conversão do pedido em diligência, deve elaborar informação fundamentando a diligência e providenciar minuta de ofício a ser dirigido ao requerente, concedendo prazo para atendimento da documentação necessária à apreciação do pedido formulado, sob pena da sanção prescrita no art. 40 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Se não atendida a diligência no prazo estabelecido, ou quando a documentação comprobatório não for suficiente para formar convicção quanto à aceitação do requerido, após consultar formalmente um engenheiro agrônomo do INCRA, o analista deve elaborar um informativo fundamentando no indeferimento e providenciar minuta de ofício, a ser dirigido ao requerente, especificando o motivo, arquivando o processo administrativo, nos termos do supracitado mecanismo legal.

No ano de 2013 foram analisados 51(cinquenta e um) processos administrativos, cujo objetivo era a descaracterização de imóveis rurais, por perda da sua vocação rural, sendo que destes, 42 (quarenta e e dois) foram deferidos e 9 (nove) aguardam a apresentação de documentos complementares ou a manifestação dos interessados.

### **3.1.6.3 Parcelamento de Imóveis Rurais**

Parcelamento (Loteamento e Desmembramento) de imóveis rurais – De acordo com a Instrução nº17-b, Aplicado nos imóveis em que o proprietário resolve diversificar a utilização econômica do imóvel rural, proporcionando uma destinação urbana ao imóvel. O parcelamento do solo urbano municipal é definido e regulamentado pela Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, não existindo necessidade de anuênciam do INCRA, quando o imóvel rural, objeto do parcelamento para fins urbanos, se localizar em zona ou expansão urbana.

Na hipótese de projeto de parcelamento de imóvel rural localizado em zona ou de expansão urbana, nos termos do item 2.2 da Instrução INCRA nº 17-b/80 c/c o art. 3º da Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e retira da competência

do Instituto a aprovação e fiscalização do projeto mencionado, caberá ao INCRA, unicamente, proceder à atualização cadastral, retificando ou cancelando o código do imóvel no SNCR, desde que aprovado o Projeto de Parcelamento pela Prefeitura Municipal e registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente.

As atividades desenvolvidas nos processos de parcelamento urbano são similares às atividades dos processos de descaracterização, devendo verificar se o requerido está em consonância com o que preceitua o item 2 da Instrução Normativa 17-b de 22 de dezembro de 1980, que determina a prévia audiência do INCRA nos casos de parcelamentos, para fins urbanos, de imóveis rurais localizados na Zona Urbana.

Em 2013 foram analisados **63** (sessenta e três) processos dessa espécie, sendo que **25** (vinte e cinco) tiveram deferidos os seus pedidos, com a atualização do cadastro do imóvel, e 38 (trinta e oito) convertidos em diligência, aguardando a apresentação de documentação complementar.

Parcelamento de imóveis rurais localizado na zona rural - Esse parcelamento se destina à formação de Núcleos Urbanos, à formação de Sítios de Recreio e à Industrialização. Objetivando a utilização racional do uso do solo e o interesse público envolvido, caberá a prévia audiência do INCRA, nos casos que tratem de parcelamentos, com fins urbanos, de imóveis rurais localizados fora da Zona Urbana, com fulcro no item 3, da Instrução INCRA nº 17-b de 22/12/1980.

A atividade objetiva definir critérios de análise quanto à instrução do requerimento e a validade da documentação comprobatória acostada para fins de manifestação do INCRA, caracterizada como Audiência Prévia, para parcelamento com fins urbanos de imóvel rural localizado fora do perímetro urbano do município.

Os parcelamentos de imóveis rurais com vistas à formação de núcleos urbanos, sítios de recreio ou industrialização somente poderão ser executados em área, que por suas características e situação, seja própria para a localização de serviços comunitários das áreas rurais circunvizinhas; seja oficialmente declarada como zona de turismo ou tenha, comprovadamente, perdido suas características produtivas.

Deve verificar se o requerimento e a documentação apresentada se está compatível com o que preceitua o item 3 da Instrução INCRA nº 17-b. Estando instruído e validado, o requerido elabora informação fundamentada, providênciaria minuta de manifestação do Instituto, caracterizada como prévia audiência e minuta de ofício a ser dirigida ao requerente.

Importante registrar que, nos casos previstos na Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, deverão ser apresentados planta certificada e memorial descritivo do imóvel rural, identificando a área a ser utilizada para o fim solicitado, conforme estabelecido na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais. No ano de 2013 foram analisados 2 processos, sendo deferidos os pedidos.

### **3.1.6.4 Desmembramento de Imóveis Rurais abaixo da Fração Mínima de Parcelamento-FMP**

O Decreto 62.504, de 8 de abril de 1968, foi criado para possibilitar o desmembramento de imóveis rurais em áreas abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, nos casos em que essas terras desmembradas sejam destinadas a obras de necessidades ou utilidade pública, obras de infra-estrutura ou outras atividades que beneficiem e desenvolva o meio rural, bem como as comunidades ali inseridas, sendo que a área a ser desmembrada não implica a formação de um novo imóvel rural, conforme o Manual de cadastro Rural-modulo II.

A finalidade desse procedimento é instruir sobre a forma de enquadramento do requerimento e definir os procedimentos voltados para a autorização do desmembramento abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, deve verificar se o requerimento é compatível com a disposição do art. 2º, II, e enquadrado em uma das hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, bem como se a instrução processual está em conformidade com as determinações do art. 4º, § único, alíneas “a” à “e” do referido Decreto Federal.

Estando instruído e validado o requerido deve elaborar despacho fundamentado, providenciar minuta de autorização e de ofícios que serão dirigidos ao requerente e ao prefeito do município de localização do imóvel, comunicando o deferimento do pleito.

Efetivado o desmembramento do imóvel rural abaixo da FMP, com a devida averbação na Serventia Imobiliária competente, o código do imóvel rural é inibido para análise cadastral, até que seja providenciada pelo proprietário a atualização cadastral da área remanescente do imóvel rural.

Importante registrar que a Autorização de Desmembramento independente do tamanho da área remanescente, uma vez que é destinado à obras de necessidade ou utilidade

pública, e não se aplica aos casos em que a alienação se destine à anexação a prédio rústico confrontante, e nas hipóteses de parcelamentos promovidos pelo Poder Público em programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar, desde que os beneficiários sejam agricultores que não possuam outro imóvel rural ou urbano, nos termos da art. 8º, § 4º da Lei 5.868/72 e art. 65, § 5º da Lei 4.504/64.

No ano de 2013 foram analisados **18** (dezoito) processos, os quais tiveram os seus pedidos deferidos.

### **3.1.6.5 Cancelamento de Cadastro junto ao SNCR**

Nesta ação, o requerente solicita o cancelamento do código de cadastro do imóvel rural, no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, conforme a Instrução nº17-b/1980.

O INCRA somente cancelará o cadastro do imóvel rural se restar comprovada, pelo requerente, a duplicidade de cadastramento, com a emissão de dois ou mais Certificados de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR. Assim, nos casos de transferência ou remembramento da área total do imóvel, caberá ao transmitente, orientando o adquirente para ao preenchimento dos formulários próprios para cadastramento, transferindo, e não cancelando, o código do imóvel e o CCIR envolvido para o atual proprietário.

Deve verificar se o requerimento e a documentação apresentada faz prova da duplicidade de cadastramento, que acarretará o cancelamento de um dos códigos dúplice.

Estando instruído e validado o requerido, deve elaborar informação que fundamente o deferimento do pleito e providenciar minuta de ofício que será destinada ao requerente, comunicando o ato administrativo.

*Nas hipóteses de indeferimento e consequente conversão do pedido em diligência, deve elaborar informação fundamentando a diligência e providenciar minuta de ofício a ser dirigido ao requerente, concedendo prazo para atendimento da documentação necessária à apreciação do pedido formulado, sob pena da sanção prescrita no art. 40 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.*

No ano de 2013, foram analisados 39 (trinta e nove) processos, destes 8(oito) foram indeferidos, 7(sete) deferidos, e 24 (vinte e quatro) convertidos em diligência, e aguardam documentação ou manifestação do interessado.

Ao decorrer do ano de 2013, foram analisados um total de 173 (cento e setenta e três) processos administrativos, que abrangem todas as hipóteses acima destacadas.

**Consulta dos Órgãos aos SNCR** - As consultas ao SNCR por órgãos governamentais e não governamentais são feitas por repartições do Poder Judiciário, Advocacia da União, Ministério Público Federal e Estadual, Correios e INSS. No ano de 2012 foram respondidas através de ofício 521 consultas a estes órgãos.

### **3.1.6.6 Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro**

A regulamentação de aquisição de terras por estrangeiro, pessoa física ou jurídica, visa dentre outras medidas a preservação da soberania nacional, assegurando aos brasileiros e a futura geração independência tanto territorial, quanto financeira, no tocante à exploração, utilização e preservação das nossas riquezas naturais.

A legislação, vigente em nosso ordenamento pátrio, que rege a aquisição de terras por estrangeiro, consiste na Lei nº. 5.709/71, no Decreto nº. 74.965/74, na Instrução Normativa/INCRA/ nº.76/13 e a nova Instrução Normativa Conjunta nº 1/12, firmada pelo MDA, MAPA, MDIC, Turismo e INCRA.

A quantidade total de processos físicos localizados no Serviço de Cadastro Rural é de 301, assim distribuídos:

*Tabela 1*

ANO	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
QUANTIDADE	52	48*	23	43	29	42	21	19	15	07	01	01

Fonte: Serviço de Cadastro Rural

\* Foi informado que em 2012 foram instruídos 40 processos, entretanto, após verificação ulterior, foram encontrados 48 processos devidamente formalizados.

Foram analisados 101 processos em 2013.

*Tabela 2*

ANO	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
QUANTIDADE	21	37	16	11	06	04	01	03	02

Fonte: Serviço de Cadastro Rural

Este gráfico engloba apenas as análises das demandas surgidas no exercício de 2013, com processos novos e processos antigos que apresentavam pendências.

Em 2013, meta de 120 processos a instruir, sendo instruídos 52 processos e analisados 21 processos administrativos, desta análise 5 estavam aptos para cadastramento, mas não alimentado no SINATE, por razões administrativas.

### **3.1.6.7 Regularização Fundiária**

O INCRA em vista não dispõe de estrutura própria para a execução desta ação, firmou o Convênio nº 724108/2009 com o Estado, através da SEAGRI-CDA, com os seguintes objetos, tais como Cadastro Georreferencimento de 343.911,00ha e Regularização Fundiária de 12.900 imóveis rurais, situados em sete municípios no Território Semiárido II do Estado da Bahia.

Vale ressaltar que, já foi liberado a primeira parcela no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até o presente momento, a conveniada não apresentou nenhum registro no postal do convênio referente à execução do objeto acordado, bem como nem a prestação de contas e registro das informações no SINCONV sobre o andamento das ações do convênio, assim como informações sobre o cumprimento ao despacho do decreto nº.7.511, de 30 de junho de 2011, e Portaria SHN, de 30 de setembro de 2011, solicitadas via Ofício INCRA/SR-05/GAB/Nº325, de 10 de outubro de 2011.

A conveniada em resposta à solicitação do INCRA expressa no ofício supracitado, envia Of. Nº 584/2011/SEAGRI, de 30/10/2011, informando que houve uma postergação do andamento do citado processo em virtude de:

- Atraso no entendimento com o INCRA a respeito da normatização técnica exigida para a abertura do processo licitatório de contratação das empresas de georreferenciamento;
- Modificação na estrutura da Procuradoria Geral do Estado-PGE

- Criação de uma comissão conjunta PGE/CDA, com o objetivo de preparar a instrução normativa, visando os procedimentos a serem adotados no tocante à regularização Fundiária de imóveis rurais.

Ressalta-se que a publicação do Aviso de liberação foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 07/12/2011.

O cronograma de desembolso com previsão de liberação inicial de R\$ 1.900.000,00 para 2010, foi alterado com desmembramento em duas parcelas, a 1º de R\$ 1.000.000,00 com liberação efetivada em 18/06/2010 e a 2º de R\$ 900.000,00, por força do cumprimento ao disposto do Dec. nº 7.511/2011 e a Portaria SNT nº 673/2011, em 30/09/2011, foi bloqueada e em outubro do mesmo ano ocorreu o desbloqueio e empenho realizado para aplicação dos recursos no exercício de 2012, ressaltando a não prestação de contas da primeira parcela até a solicitação da segunda prorrogação do convênio.

Em dezembro de 2011, registrou-se a primeira prorrogação de ofício nº 0001/2011 ao convênio nº 724108/2009, com prazo de vigência a contar do dia 18/12/2009 até 01/01/2013.

Em janeiro de 2011, foi publicado no Diário Oficial o Extrato do Termo Aditivo do Convênio CRT/BA/Nº724108/2009, com alteração a Cláusula Décima Quarta – Da Vigência, prorrogando o prazo de vigência a contar do dia 02/01/2013 até 30/06/2014, correspondente a 2º prorrogação, em razão do atraso na realização dos trabalhos de georreferenciamento de imóveis rurais, contratados pela Empresa TEC-AGRI. Serviços de Engenharia e Agrimensura Ltda.

Mediante Tomada de Preço nº 002/2011-SEAGRI-CDA resultante da licitação, a Empresa TEC-AGRI, em 09/03/2012, foi contratada pela conveniada para a realização dos serviços objeto do convênio, mas o referido contrato, em 08/08/2012, foi finalizado sem ter sido iniciado a sua execução.

O atendimento a solicitação do Of. Nº637/2012-SEAGRI-CDA, fls.92, relativa a segunda prorrogação, ocorreu mediante apresentação do Demonstrativo Financeiro e extrato Bancário da primeira parcela liberada, bem como em vista da necessidade indispensável para atender a demanda das famílias carentes a serem beneficiadas, pelo aspecto social, econômico e jurídico, com a realização dos trabalhos objeto do convênio.

Vale salientar que a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, diante dos impasses administrativos (supracitados) que impossibilitaram o andamento dos

trabalhos objeto do convênio, efetuou vários esforços no decorrer de 2012 e 2013, com intuito de dar início aos trabalhos, tais como Edital de Licitação já publicado, Ordem de Serviço emitida, e serviços de campo em fase de execução, pelas empresas contratadas (PHR Serviços Ltda e Consultop – Consultoria Projetos e Topografia Ltda).

## 3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

### 3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

*Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	37.819,00	46.354,12	518.380,43	516.782,62	509.463,89	499.553,84	7.318,73
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	1.220,00	2.063	173.507,29	161.284,49	161.124,49	161.079,49	160,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	8.516	6.872.136,77	6.634.111,29	6.634.014,59	3.029.931,44	96,70
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	38.641	1.538.810,45	1.482.216,78	1.482.216,78	1.482.155,78	0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	1	0	8.758,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	0

211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	1	9	45.833,33	34.897,63	23.976,68	23.976,68	10.920,95
------	--	---------------------------	---	---	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

*Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar\**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)		0	22.449,01	1.016,01	6.708,40	6.101,60
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)		0	9.511,88	2.468,24	0	7.043,64
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)			2.121.871,82	0	1.901.114,71	220.757,11
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)		0	0	0	0	0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)		0	0	0	0	0
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)		0	96.236,73	429,49	80.121,86	15.685,38

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

### **3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).**

A Obtenção de Terras desta Superintendência do INCRA na Bahia, SR(05), fundamentada nas orientações da Diretoria de Obtenção de Terras e nas Portarias 5, 6 e 7 do MDA, de 01/02/13, adotou estratégia para o exercício de 2013, baseando-se também no Diagnóstico Regional para Identificação de Áreas Prioritárias, cujos parâmetros são de pobreza no meio rural, concentração de terras, localização de acampamentos e entre outros.

Tendo em vista que a Diretoria de Obtenção não trabalha por município prioritário e que os imóveis só poderiam seguir para decreto após determinado a sua avaliação, elaborado o Estudo da Capacidade de Geração de Renda e apresentado um Pré-projeto de Assentamento, a SR(05) com base no passivo de imóveis, já vistoriados em anos anteriores, que se encontravam aptos para encaminhar para decreto, mas que necessitavam adequação à Portaria 5 do MDA, decidiu priorizar esses imóveis, principalmente os processos mais antigos e que estavam inseridos nas áreas ditas prioritárias com base no Diagnóstico Regional.

Com base no quantitativo de processos de desapropriação de imóveis considerados aptos para procedimento de vistoria e avaliação e embasados na capacidade operacional da Divisão de Obtenção de Terras, que a cada ano vem diminuindo a quantidade de Engenheiros Agrônomos da carreira de Peritos Federais Agrários, aptos para realizar os trabalhos de vistoria e avaliação, inicialmente planejou trabalhar com cerca de 30 imóveis no ano de 2013, conseguiu vistoriar e avaliar 23 imóveis, ultrapassando a meta física anual que era de 37.819,00 hectares, atingindo um total de 46.354,12 hectares.

*Quadro com imóveis vistoriados e avaliados em 2013.*

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	DATA/MÊS DE PUBLICAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	ÁREA LEVANTADA
3 DE MAIO	PAULO AFONSO	07.02.13	1324,44
COLATINA/COTIA	PRADO/ALCOBAÇA	22.05.13	3968,66
VARZINHA	CANUDOS	06.05.13	1324,44
NOVA ESPERANÇA	CANUDOS	06.05.13	1374,36
ENCANTADA	IRAMAIA	06.05.13	4128,83
CURITIBA	IRAMAIA	17.06.13	3838,26
CARNAYBA	B. J. DA LAPA	01/06/13	4249,84
SANTANA	COTEGIPE	08.07.13	7716,89
MUTUCA	JACOBINA	08.07.13	422,32
PILÕES	JACOBINA	08.07.13	780,46
SANTA IZABEL	URUÇUCA	08.07.13	294,44
SANTO ANTONIO	ITABUNA	08.07.13	180,00
DOIS VALES	CONDE	08.07.13	2350,77
NOVA ESPERANÇA	ITAETÊ	08.07.13	1096,65
MURICI/OITICICA	CONDE	05.08..13	1162,59
BOA ESPERANÇA	S.LARANJEIRA	12.08.13	5308,23
GENIPAPO	IBOTIRAMA	05.08.13	2000,00
SERRÔ AZUL	EUNAPOLIS	12.08.13	1629,66
VISTA NOVA	EUNAPOLIS	11.11.13	438,60
MARAVILHA C	EUNAPOLIS	11.11.13	395,10
SÃO JOÃO	SANTA C.CABRALIA	11.11.13	1015,70
BARRINHA	EUNAPOLIS	11.11.13	917,60
SANTA MARIA	PORTO SEGURO	11.11.13	436,30
			<b>46354,12</b>

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras

A modalidade de obtenção mais usual na SR(05) é a desapropriação sanção via lei 8.629/93, mas recentemente algumas ações de aquisição via Decreto 433/92 estão em curso na região do Extremo Sul da Bahia, não tendo sido ainda efetivada nenhuma aquisição. Em relação ao custo médio das desapropriações, entende-se que a grande maioria dos imóveis desapropriados que efetivamente geraram despesas em 2013, foram cujos processos já vinham em curso de anos anteriores, tendo sido avaliados nos anos anteriores. Com relação aos avaliados em 2013 e 2012, nota-se em algumas regiões do estado da Bahia a defasagem do que recomenda a Portaria 7 do MDA, que estabelece limites quanto ao custo de desapropriação por família, fixando valores máximos específicos por região geográfica e bioma incidente:

*“Art. 1º – Para efeito de obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, o valor máximo do imóvel, por família beneficiária, não poderá exceder os seguintes valores de referência, por região geográfica e bioma incidente:*

*I – R\$ 40.000,00 nos biomas Cerrado e Caatinga, na Região Nordeste;*

*II – R\$ 80.000,00 nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, na Região Nordeste, e bioma Cerrado, no estado do Tocantins;*

*III – R\$ 90.000,00 no bioma Amazônia, nas Regiões Centro Oeste, Norte e bioma Pampa; e*

*IV – R\$ 140.000,00 nas demais regiões.”*

O estado da Bahia encontra-se numa situação extremamente prejudicada, a partir do momento em que tem os valores estimados para o custo máximo por família subdimensionados, como exemplo, temos a região do Extremo Sul do estado, onde através de levantamento de valores referenciais, elaborados por Engenheiros Agrônomos do INCRA, da Carreira de Peritos Federais Agrários, iniciados no final de 2011 e finalizados em 2012, estimou-se um custo médio de desapropriação de imóveis na região por família da ordem de R\$ 120.000,00.

Outro exemplo que demonstra o subdimensionamento do custo por família para o estado, pode ser verificado na região Oeste, mais especificamente, nos municípios que tem uma grande relevância na produção de soja, onde o custo atual, de acordo com a Portaria nº 7/13 do MDA, limita as desapropriações de imóveis ao custo de R\$ 40.000,00 por família, quando pesquisas referenciais elaboradas por Engenheiros Agrônomos, da carreira de Peritos Federais Agrários, do INCRA na Bahia, em 2010 já estimavam um custo por família nos municípios de Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães da ordem de R\$ 130.000,00.

Nas avaliações de 2013, podemos citar alguns valores de terras por hectare em algumas regiões do Estado, já que um valor médio descaracteriza a grande diversidade de mercados de terras que existe no estado da Bahia, na região do Extremo Sul do Estado por exemplo os valores estão na ordem de R\$ 5.000,00 a 7.500,00 por hectare, no Sul da Bahia (Região Litoral Sul) R\$ 3.000,00 a 6.000,00

por hectare, na região da Chapada Diamantina R\$ 800,00 a 2.500,00 por hectare e na região Nordeste R\$ 90,00 a 700,00 por hectare.

### **3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente**

No estado da Bahia, a Justiça Federal, através da 7<sup>a</sup> Vara Agrária, determina que sejam depositados, em juízo, todo valor correspondente ao passivo ambiental dos imóveis em processo de desapropriação, mesmo assim em toda avaliação de imóvel rural considera-se o custo de recuperação do passivo que consta em todos os Laudos de Avaliação, sendo o imóvel ajuizado com o valor correspondente já descontado o valor da recuperação do passivo ambiental. A partir de decisão judicial, encaminha-se à Brasília

a determinação do juízo solicitando a complementação dos valores que posteriormente são depositados à parte em juízo.

### **3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados**

*Obtenção-Relação TDA 2013*

Fazenda	Área	Valor R\$
Varzinha/Canudos	3.329,1293	616,708,11
Três de Maio/Paulo Afonso	1.324,4365	2.810,464,25
Olhos D'agua do Mesquita/Boa Vista do Tupim	1.128,4464	1.152.264,03
Monte Carlos e São Joao/Una	1.152,264,03	1.010,276,77

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras

### **3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária**

O estado da Bahia possui o maior contingente de trabalhadores rurais Sem Terra na condição de acampados, onde estima-se um total de 40.000 famílias nessa situação.

A SR-05, apesar da baixa capacidade operacional, seja por questões de servidores aptos para realizar as atividades fins, seja por questões de recursos financeiros, conseguiu realizar o cadastramento de 4.155 famílias, sendo que foram assentadas efetivamente 2.063 famílias.

### **3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor**

A divisão de Obtenção de Terras da SR(05) está subdividida em três setores distintos, o Serviço de Obtenção de Terras, que trata da condução processual das ações voltadas à desapropriações de imóveis, o Serviço de Meio Ambiente que dá suporte às questões ambientais e o Serviço de Implantação de Projetos de Assentamento que trata do cadastro, seleção e homologação das famílias a serem assentadas. O trabalho é conduzido pelo Chefe da Divisão de Obtenção que conta com a colaboração dos coordenadores (chefes) dos setores, sendo responsabilidade de cada setor cumprir da

melhor forma possível com suas atribuições, sempre se reportando ao Chefe da Divisão, com o objetivo de cumprimento das metas institucionais e atendimento ao programa de Reforma Agrária. São realizadas reuniões periódicas para acompanhamento das ações e elaborado mensalmente uma planilha de monitoria das atividades que posteriormente é encaminhada ao setor de Planejamento da SR(05).

### 3.2.7 Indicadores

\* Esse valor corresponde ao efetivo pagamento de 3 imóveis rurais em 2013, dois localizados na Região Norte/Nordeste do estado da Bahia e um localizado na Região da Chapada Diamantina.

*Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício <sup>[3]</sup> , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT - <b>R\$ 4.512.087,43 / 5.781,99 ha</b>	<b>780,36 *</b>
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente <b>122,22</b> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. <b>(11 / 9)x 100</b>	<b>122,22</b>
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	<b>(46 / 551)x 100</b>	<b>8,35</b>

### **3.2.8 Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal**

A SR-05 não está na jurisdição da Amazônia Legal. No ano de 2013 tivemos dificuldades na formalização de licença ambiental devido as alterações na legislação que rege as atividades estaduais de licenciamento. Em julho foi publicado a nova Resolução CONAMA nº 458, que revoga a Resolução nº 387/2006, o que torna obrigatório o licenciamento de apenas algumas atividades desenvolvidas nos projetos de assentamento.

Com a implantação do Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos – SEIA que tornou o processo de Licenciamento Ambiental totalmente digital, fato esse, que acarretou alguns problemas devido a necessidade de atualização das peças técnicas já elaboradas. Como o Cadastro Estadual Florestal de Informações Ambientais – CEFIR (que faz parte do SEIA), foi elaborado para imóveis rurais de pessoa física ou jurídica de direito privado, o mesmo não se adequa à realidade dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

Assim, encontra-se em desenvolvimento um protótipo dentro do Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIA, para cadastramento dos P.As, com isso só conseguimos cadastrar 11 imóveis rurais no CEFIR e foram expedidas 9 licenças ambientais pelo antigo procedimento do INEM

### 3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

#### 3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

*Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	36.435	43.798	4.447.313,20	4.434.386,80	491.820,58	491.820,58	3.942.566,22
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)			32.310,80	31.713	31.713	31.713	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)		0	0	0	0	0	0
211 <sup>a</sup>	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)	3.726	258	14.673.363	14.673.185,51	7.492.804,70	7.457.059,20	7.180.380,81
211 <sup>a</sup>	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	0	138.500	132.542,56	132.542,56	132.500,55	0
211 <sup>a</sup>	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)		12.708	461.000	450.448,51	438.872,19	403.887,30	11.576,32
211 <sup>a</sup>	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	500	515	228.698,24	226.167,33	224.922,23	224.766,35	1.245,10
211 <sup>a</sup>	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	3.240	850	1.852.436,51	1.818.479,64	272.134,33	218.159,69	1.546.345,63
211 <sup>a</sup>	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)		0	47.100	46.610,26	46.610,26	46.610,26	0
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	90.305,40	87.699,33	5.699,33	5.699,33	82.000
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	440	520	1.946.444,47	1.946.019,97	578.598,88	578.535,05	1.367.420,09

210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	40	0	0	0	0	0	0
------	--	-------------------------------	----	---	---	---	---	---	---

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar\*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Física	Meta física (Valores)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)			8.593.844,20	0	0	8.593.844,20	
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)			0	0	0	0	
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)			100.367.700	31.464.700	10.036.100	58.236.900	
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)			21.689.840,77	1,74	5.287.526,41	16.401.834,32	
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)			135.128,74	0	133.628,74	1.500	
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)			6.517,92	0	2.184	525,30	
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)			0	0	0	0	

211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)			2.411.417,28	0	101.695,76	2.309.721,52
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)		2,51	2,51	0	0	
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)		0	0	0	0	
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)		568.017,32	129,90	190.500	69.613,72	
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)		0	0	0	0	

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

### **3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura**

#### **DIAGNÓSTICO DO DÉFICIT DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia, SR-05, assim como outras Superintendências Regionais, a partir de 2004 adotou na prestação dos serviços de ATES, a modalidade convênio. Neste sentido, a SR-05 e o Governo do Estado da Bahia firmaram uma ampla parceria, em julho de 2008, objetivando o desenvolvimento dos assentamentos, quando àquela data foi assinado entre as partes o convênio CRT-BA0001/2008, processo N° 54160.002908/2008-18, tendo a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEAGRI, como convenente e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, EBDA, como executora dos serviços de ATES. O objeto do referido convênio é a prestação de serviços de ATES a 35.000 famílias assentadas, representando na época 86,5% do universo de famílias assentadas no estado, o que colocou a Bahia como um dos melhores estados em termos de percentual de atendimento do programa, bem como de técnicos e do montante de recursos executados. O referido convênio, ao final do exercício de 2011 teve aditivo de prazo, posto que o início efetivo da prestação dos serviços se deu cerca de um ano após a assinatura do mesmo. Dessa forma, ficou estabelecido o mês de junho de 2013 e novo aditivo para término em junho de 2014.

Em síntese, cabe pontuar que as atividades realizadas até o exercício de 2013 corroboram com os objetivos do Programa de ATES, tendo sido incluídas na ação em 2013, 35.493 famílias assentadas da reforma agrária, embora ressaltarmos que, em função do quadro deficitário de técnicos extensionistas em inúmeros Núcleos de ATES, diversos assentamentos ou não foram atendidos ou o foram com certa precariedade não atendendo ao critério de multidisciplinaridade preconizado no programa. Dessa forma temos uma situação particular em relação à forma de prestar assistência técnica aos assentamentos na Bahia.

Na maioria dos outros estados não existem mais Convênios de ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental), Programa que antecedeu a atual forma de prestação deste serviço, através de Chamadas Públicas para contratação de empresas de Assistência Técnica, de acordo com as Leis 12.188/2010 e 8.666/1993.

O Convênio CRT 001/2008, ainda vigente, ampliou o número de beneficiários, que passou de um percentual de 44,7% em 2007 para 94% das famílias assentadas

desde 2008, e com isso a Divisão de Desenvolvimento em consenso com o Gabinete da Superintendência optou por retardar a contratação de empresas através de Chamadas Públicas de ATER. Em 2012 devido à precariedade de alguns Núcleos de ATES que não estavam atendendo satisfatoriamente somando-se as famílias não incluídas na ATES decidiu-se realizar uma Chamada Pública no final de 2012 a qual não teve êxito. Realizou-se então nova Chamada Pública em 2013 cujos contratos foram assinados em dezembro de 2013 para iniciarem os serviços em 2014. Outra situação particular da SR 05 diz respeito à estruturação da Divisão para atender as famílias, pois utiliza os Territórios de Identidade como unidade de planejamento, estando organizada em equipes territoriais responsáveis pelos atendimentos aos projetos de assentamento de suas respectivas regiões. Os assentamentos foram agrupados em sete (sete) mesorregiões, facilitando o diagnóstico em cada Mesorregião. Atualmente dois servidores do quadro do INCRA BA trabalham na Coordenação de ATES da Divisão de Desenvolvimento, que juntamente com as equipes mesorregionais e equipe de coordenação da EBDA monitora a execução da prestação dos serviços de ATES.

A Tabela 1 explica a situação atual da assistência técnica nos assentamentos da Bahia, mostrando o número de famílias com assistência técnica através do Convênio de ATES com o Governo do Estado, número de famílias atendidas por ATER nos moldes da Lei 12.188/2010 e o déficit de assistência técnica geral e por mesorregião. Constata-se que 3.790 famílias, 9,82% das famílias assentadas e aptas a receberem o serviço ainda não possuem assistência, considerando-se que não estamos levando em conta a capacidade total dos assentamentos, pois foram descontados os lotes que estão vagos e também as famílias de assentamentos consolidados. O total de famílias atendidas é de 34.753 famílias, sendo 27.984 pelo convênio de ATES e 6.769 através da Chamada Pública 001/2013. O percentual de famílias na ATES em relação ao total de famílias assentadas no estado representa 72,6% e atendidas por ATER 17,56%.

<b>MESOREGIAO SR(05)</b>									
As Mesorregiões 01 e 02 são as que possuem o maior número de famílias não assistidas, com um total de 2.068 famílias, 54,56% do total de 3.790 famílias que ainda não possuem assistência técnica. <b>MESOREGIAO SR(05)</b>		TERRITÓRIO IDENTIDADE	TERRITÓRIO CIDADANIA	PROJETOS ASSENTAMENTO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	TOTAL FAMÍLIAS	FAMÍLIAS COM ATES	FAMÍLIAS COM ATER	FAMÍLIAS SEM ATER/ATES
<b>MESO 01</b>	Costa do Descobrimento	Não	7	3	497	382	115	0	
	Extremo Sul	Não	23	7	3160	1460	0	1700	
	Itapetinga	Não	5	2	214	214	0	0	
	Vitoria da Conquista	Não	24	8	1271	1225	34	12	
	<b>TOTAL Meso 01</b>		<b>59</b>	<b>20</b>	<b>5142</b>	<b>3281</b>	<b>149</b>	<b>1712</b>	
<b>MESO 02</b>	Baixo Sul	Sim	34	8	1445	1203	54	188	
	Extremo Sul	Sim	1	1	30	0	30	0	
	Litoral Sul	Sim	61	20	3204	1826	268	1110	
	Médio Rio de Contas	Sim	6	5	221	98	65	58	
	<b>TOTAL Meso 02</b>		<b>102</b>	<b>34</b>	<b>4900</b>	<b>3127</b>	<b>417</b>	<b>1356</b>	
<b>MESO 03</b>	Bacia do Rio Corrente	Não	11	5	1006	311	695	0	
	Irece	Sim	1	1	596	596	0	0	
	Oeste	Não	25	11	3578	3027	510	41	
	Sertão Produtivo	Não	1	1	60	0	60	0	
	Velho Chico	Sim	72	12	9233	4903	4281	49	
	<b>TOTAL Meso 03</b>		<b>110</b>	<b>30</b>	<b>14473</b>	<b>8837</b>	<b>5546</b>	<b>90</b>	
<b>MESO 04</b>	Agreste de Alagoinhas	Não	1	1	55	55	0	0	
	Chapada Diamantina	Sim	10	1	801	783	0	18	

	Piemonte	Não	1	1	393	393	0	
								0
	Paraguaçu							
	Recôncavo	Não	9	4	467	450	0	17
	Vale do Jiquiriça	Não	18	10	1574	1504	70	0
	<b>TOTAL Meso 04</b>		<b>39</b>	<b>17</b>	<b>3290</b>	<b>3185</b>	<b>70</b>	<b>35</b>
<b>MESO 05</b>	Chapada Diamantina	Sim	37	10	2738	2738	0	0
	Irece	Sim	18	5	961	941	0	20
	Piemonte Paraguaçu	Não	3	1	121	121	0	0
	<b>TOTAL Meso 05</b>		<b>58</b>	<b>16</b>	<b>3820</b>	<b>3800</b>	<b>0</b>	<b>20</b>
<b>MESO 06</b>	Agreste de Alagoinhas	Não	16	7	704	692	0	12
	Bacia do Jacuípe	Não	4	2	290	276	0	14
	Piemonte do Paraguaçu	Nao	20	8	1274	1249	0	25
	Portal do Sertão	Não	1	1	207	207	0	0
	Recôncavo	Não	1	1	92	92	0	0
	Região Metropolitana	Não	3	2	127	67	0	60
	Semi Árido Nordeste II	Sim	16	9	681	655	0	26
	Sisal	Sim	9	2	455	0	455	0
	<b>TOTAL Meso 06</b>		<b>67</b>	<b>32</b>	<b>3830</b>	<b>3238</b>	<b>455</b>	<b>137</b>
<b>MESO 07</b>	Piemonte da Diamantina	Não	8	03	309	278	31	0

Piemonte Norte de Itaparica	Não	1	1	2	0	2	0
Semi Árido	Sim	1	1	43	43	0	
Nordeste II							0
Sertão do S. Francisco	Sim	21	8	576	576	0	0
Sisal	Sim	58	9	2158	1619	99	440
<b>TOTAL Meso 07</b>		<b>79</b>	<b>17</b>	<b>3088</b>	<b>2516</b>	<b>132</b>	<b>440</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>514</b>	<b>166</b>	<b>38543</b>	<b>27984</b>	<b>6769</b>
							<b>3790</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos

## DEFICIT EM RELAÇÃO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESTRADAS E ENERGIA.

Não existe um levantamento sistematizado na Superintendência que demonstre o diagnóstico de todos os projetos de assentamento em relação a infraestrutura básica. Por outro lado, pode-se obter uma ideia da situação a partir do banco de projetos existentes no Serviço de Infraestrutura, os quais demonstram a demanda de obras para prover tal infraestrutura.

No quadro abaixo estão detalhadas as demandas registradas por infraestrutura:

MUNICÍPIO	PA	TIPO DE OBRA	QUANTIDADE (KM/UN)
ADUSTINA	RIACHO DO ANGICO	SAA	1
ANGICAL	ANGICAL	ESTRADA	248,97 KM
ANGICAL	ANGICAL	SAA	5
ARAÇÁS	SÃO MATEUS	SAA	1
BARRA DO CHOÇA	PÁTRIA LIVRE	SAA	1
BELMONTE	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO JEQUITINHONHA	ESTRADA	6,78 KM
BOA VISTA DO TUPIM	ALIANÇA	ESTRADA	20,80 KM
BOA VISTA DO TUPIM	CHE GUEVARA / BANDEIRA	ESTRADA	18,00 KM
BOA VISTA DO TUPIM	CRISPIM	ESTRADA	2,30 KM
BOA VISTA DO TUPIM	NOSSA SENHORA AUXILIADORA	ESTRADA	6,00 KM
BOA VISTA DO TUPIM	POLINÉSIA	ESTRADA	32,80 KM
BOA VISTA DO TUPIM	ALIANÇA	SAA	1
BOA VISTA DO TUPIM	BARRA VERDE	SAA	1
BOA VISTA DO TUPIM	CHE GUEVARA / BANDEIRA	SAA	1
BOA VISTA DO TUPIM	NOSSA SENHORA AUXILIADORA	SAA	1
BONITO	PIRATINI	SAA	1
BUERAREMA	ITARARÉ	ESTRADA	12,20 KM
BUERAREMA	BUIQUE	SAA	1
BUERAREMA	ITARARÉ	SAA	1
CACHOEIRA	CAIMBONGO	SAA	1
CAMACÂ	RECORDAÇÃO	SAA	1
CAMAMU	ERNESTO CHE GUEVARA	ESTRADA	5,81 KM
CAMAMU	ZUMBI DOS PALMARES	ESTRADA	6,62 KM
CANAVIEIRAS	SÃO JOSÉ	ESTRADA	3,70 KM
CÂNDIDO SALES	RANCHO DOS TEIXEIRAS	SAA	1
CANSANÇÃO	NOVA ESPERANÇA E ALTO BONITO	ESTRADA	54,40 KM
CANSANÇÃO	ÁGUA SALGADA	SAA	1
CANUDOS	VARZINHA	ESTRADA	26,40 KM
CARINHANHA	SANTA HELENA	ESTRADA	23,50 KM
CASA NOVA	CAMPO VERDE	SAA	1
CATU	SÃO FRANCISCO DE CATU	SAA	1
CIPÓ	PIONEIRO	ESTRADA	9,50 KM
CONCEIÇÃO DO COITÉ	NOVA PALMARES	ESTRADA	23,40 KM

COTEGIPE	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ESTRADA	11,00 KM
COTEGIPE	BEIRA RIO II	SAA	1
COTEGIPE	RIO GRANDE II	SAA	1
CRAVOLÂNDIA	PALESTINA	ESTRADA	32,20 KM
CRAVOLÂNDIA	PALESTINA	SAA	2
ENCRUZILHADA	MUMBUCA / CANAÃ	SAA	1
ESPLANADA	BOA VISTA DE ESPLANADA	SAA	1
ESPLANADA	SÃO FRANCISCO	SAA	1
FORMOSA DO RIO PRETO	NOVA TERRA	ESTRADA	8,50 KM
GANDU	CEDRO III	ESTRADA	13,10 km
GANDU	CEDRO III	SAA	1
GANDU	CONJ. MINEIRO	SAA	1
IBICARAI	CONJ. VILA ISABEL	SAA	1
IBICARAI	LORETA VALADARES	SAA	1
IBIQUERA	SANTA CLARA	ESTRADA	43,10 KM
IBIQUERA	SANTA CLARA	SAA	1
ILHÉUS	CONJUNTO BOM GOSTO	ESTRADA	5,07 km
ILHÉUS	FREI VANTUY	ESTRADA	6,95 KM
ILHÉUS	JOÃO AMAZONAS	ESTRADA	6,91 KM
ILHÉUS	JOSEFA VITÓRIA	ESTRADA	5,45 KM
ILHÉUS	NOVA VITÓRIA	ESTRADA	11,40 KM
ILHÉUS	RESSURREIÇÃO	ESTRADA	8,77 KM
ILHÉUS	CONJUNTO BOM GOSTO	SAA	1
ILHÉUS	FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA	SAA	1
IPIRÁ	1º DE ABRIL	SAA	1
ITABUNA	CONJ. ALEMITA	ESTRADA	5,90 KM
ITABUNA	CONJ. ALEMITA	SAA	1
ITACARÉ	PANCADA GRANDE	ESTRADA	16,10 KM
ITACARÉ	NOVO PARAÍSO	SAA	1
ITACARÉ	PANCADA GRANDE	SAA	1
ITAETÊ	ROSELY NUNES	ESTRADA	23,30 KM
ITAETÊ	SANTA MARIA FLORENTINO	ESTRADA	10,20 KM
ITAETÊ	SANTA CLARA PARAGUACIÚMA	SAA	1
ITAMARAJU	SANTA CRUZ DO OURO	SAA	1
ITAMBÉ	NOVO HJORIZONTE	ESTRADA	6,00 KM
ITAPICURU	ARIZONA	ESTRADA	23,80 KM
ITAPICURU	QUILOMBO LAGOÃO	ESTRADA	7,00 KM
ITAPICURU	ARIZONA	SAA	1
JANDAIRA	PATALIM	SAA	1
LENÇOIS	BELA FLOR	ESTRADA	15,60 KM
MACAJUBA	SÃO JOAQUIM	ESTRADA	25,37 KM
MACAJUBA	SÃO JOAQUIM	SAA	1
MARAÚ	LIBERDADE	ESTRADA	19,60 KM
MARAÚ	LIBERDADE	SAA	1
MARCIONÍLIO SOUZA	CAXÁ SEGREDO	SAA	1
MATA DE SÃO JOÃO	EUCLIDES NETO	SAA	1
MORRO DO CHAPEU	LAGOINHA E BOA VISTA	SAA	1
NOVA REDENÇÃO	MORENO	ESTRADA	25,20 KM
NOVA REDENÇÃO	SANTA CRUZ	SAA	1
NOVA SOURE	PENHA	ESTRADA	12,60 KM
PEDRO ALEXANDRE	BONITO DAS UMBURANAS	SAA	1
PINDOBAÇU	NOVA CANAÃ	SAA	1
POJUCA	ANA ROSA	SAA	1
PONTO NOVO	PAJEU	ESTRADA	159,39 KM
PONTO NOVO	PAJEU	SAA	1
PRADO	GUAIÁRA	ESTRADA	13,50 KM

QUIJINGUE	TÁBUA SERRINHA	SAA	1
REMANSO	NOVA CANAÁ	SAA	1
RIACHÃO DAS NEVES	RIO BRANCO	SAA	1
RIACHO DE SANTANA	BREJO DE SÃO JOSÉ	ESTRADA	9,26 KM
RIACHO DE SANTANA	BREJO DE SÃO JOSÉ	SAA	1
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	EMBAÚBA	ESTRADA	10,83 KM
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	O DESCOBRIMENTO	ESTRADA	11,36 KM
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	SÃO MIGUEL	ESTRADA	26,98 KM
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	EMBAÚBA	SAA	1
SANTA INÉS	ITATIAIA	SAA	1
SANTA INÉS	RANCHO ALEGRE	SAA	1
SANTA LUZ	LAGOA DO BOI	ESTRADA	25,50 KM
SANTA LUZ	MUCAMBINHO	ESTRADA	38,50 KM
SANTA LUZ	RUMO A INDEPENDÊNCIA	ESTRADA	13,55 KM
SANTA LUZ	VARGEM FUNDA	ESTRADA	14,45 KM
SANTA RITA DE CÁSSIA	ARCO VERDE	SAA	1
SANTO AMARO	ELDORADO / PETINGA	SAA	1
SÍTIO DO MATO	MANGAL II	ESTRADA	5,52 KM
SÍTIO DO MATO	NOVA ESPERANÇA	ESTRADA	25,98 KM
SÍTIO DO MATO	VALE VERDE / QUILOMBOLA JATOBÁ	ESTRADA	10,62 KM
SÍTIO DO QUINTO	CARAÍBAS	ESTRADA	6,00 KM
SÍTIO DO QUINTO	PORTEIRA	ESTRADA	26,50 KM
SÍTIO DO QUINTO	TINGUI GONÇALVES	ESTRADA	22,55 KM
SÍTIO DO QUINTO	PORTEIRA	SAA	1
SÍTIO DO QUINTO	TINGUI GONÇALVES	SAA	1
TAPIRAMUTÁ	LAMEIRO (2 DE JULHO)	SAA	1
TUCANO	PÉ DE SERRA	ESTRADA	49,50 KM
TUCANO	SANTA VIRGÍNIA	ESTRADA	9,70 KM
TUCANO	PÉ DE SERRA	SAA	1
UBAÍRA	JEQUIRIÇÁ	SAA	1
UBAITABA	CACHOEIRA BONITA	ESTRADA	8,80 KM
UBAITABA	CRUZEIRO DO SUL	ESTRADA	20,10 KM
UBAITABA	N. S. APARECIDA	ESTRADA	6,24 KM
UBAITABA	N. S. APARECIDA	SAA	1
UNA	FORTALEZA	ESTRADA	19,65 KM
UNA	IPIRANGA	ESTRADA	9,77 KM
UNA	NOVA GALÍCIA	ESTRADA	6,38 KM
UNA	NOVA GALÍCIA	SAA	1
URUÇUCA	SÃO JORGE	ESTRADA	8,40 KM
UTINGA	SÃO FRANCISCO Nº 05	ESTRADA	22,13 KM
VALENÇA	SANTA LUZIA	ESTRADA	10,50 KM
WAGNER	REUNIDAS JAQUEIRA/RIO BONITO	ESTRADA	11,47 KM
WAGNER	SÃO SEBASTIÃO DE UTINGA	ESTRADA	11,60 KM
WENCESLAU GUIMARÃES	NOVO HORIZONTE	ESTRADA	24,17 KM
WENCESLAU GUIMARÃES	SÃO JOÃO (OZIEL ALVES)	ESTRADA	13,15 KM
WENCESLAU GUIMARÃES	FABIO HENRIQUE	SAA	1
XIQUE-XIQUE	PICADA	SAA	4

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos

Em vista do exposto pode-se afirmar que em vários assentamentos da jurisdição da SR 05-Bahia, foram elaborados 73 (setenta e três) projetos de sistemas de abastecimento de água; projetos de estradas vicinais totalizando um levantamento de 1203,3 km (Um mil, duzentos e três quilômetros e trezentos metros) a serem executados a fim de beneficiar as comunidades. Vale ressaltar que devem existir outros déficits, visto que existem demandas que o setor de infraestrutura ainda desconhece.

Foram identificados também através da consulta ao banco de dados da COELBA, que existem cerca de 79 Projetos de Assentamento com solicitação de energização aguardando aprovação pelo CGE – (Comitê Gestor Estadual) do Programa Luz para Todos. Além disso, existem cerca de 111 Projetos de Assentamento com solicitações de energização já aprovados pelo CGE / PLPT aguardando a finalização da elaboração dos projetos executivos para início das obras. Esses números não são exatos, podem variar para mais ou para menos, visto que a atualização das informações do banco de dados da COELBA sofre atualizações periódicas e também existem solicitações que não são feitas em nome das respectivas associações dos PA's, mas, de forma individual, o que dificulta sua identificação no banco de dados.

### **3.3.3 Demonstração dos resultados das ações**

#### **Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária**

Com relação a estratégia para provimento de assistência técnica, como já dito anteriormente, a SR-05 é uma das poucas, senão a única, que até o final do ano de 2013 ainda não havia adotado o modelo de assistência técnica preconizado pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Tal situação deve-se ao fato do atual convênio de ATES, pactuado em 2008 estar vigente, com previsão de finalização em junho de 2014, sendo que os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER são plenamente cotejados embora que, para as famílias não atendidas e para aquelas atendidas por esta SR, com problemas crônicos e irreversíveis, organizou-se uma chamada pública de ATER no final de 2012 a qual não teve êxito devido a Lotes sem concorrentes e outros lotes em que as concorrentes não atingiram a pontuação mínima exigida no Edital. Pelos

mesmos motivos, isto é, famílias ainda não atendidas e outras com atendimento não satisfatório pelo Convênio, organizou-se uma nova Chamada Pública em 2013 cujos contratos foram assinados com duas empresas que atenderão no total 6.769 famílias.

Ressalta-se que para considerar as metas estabelecidas em termos de assistência técnica o indicador adotado é a assinatura do contrato de ATER, portanto os contratos assinados no final do ano contribuíram juntamente com o contrato de ATES para que a SR 05 atingisse as metas estabelecidas e possua ótimo índice de assistência técnica comparado a outras SRs. Em termos de execução na prática, esta se deu unicamente através do convênio de ATES , com repasse financeiro considerado pequeno comparado ao montante do convênio devido ao fato de haver saldo em caixa da conveniada dos exercícios anteriores e também porque o maior componente para manutenção dos serviços é o pagamento dos salários do corpo técnico, sendo tal despesa aportada no convênio a título de contrapartida. Ademais, observou-se uma baixa operacionalização dos recursos do referido convênio vez que algumas metas do convênio não foram plenamente executadas. Justifica-se aí o valor de Restos a Pagar Inscritos no valor de R\$ 8.593.844,20. A justificativa para a SR 05 continuar evidenciando esforços no sentido de manter o Convênio com o Governo do Estado está no fato de ser muito mais econômico, visto que o custo médio por família no Convênio de ATES é de R\$ 371,00 família/ano contra R\$ 2.693,33 família/ano dos contratos da Chamada Pública 001/2013. Supondo-se que as atuais 27.984 famílias atendidas pela ATES a um custo em torno de dez milhões de reais ano passassem para o sistema de ATER o INCRA da Bahia teria de dispor de aproximadamente 75 milhões de reais para atendê-las. Aliado a isso seriam necessários vários contratos diferentes devido a magnitude dos valores, distância entre as regiões e números de famílias frente a um quadro restrito de servidores para gerenciar e fiscalizar esses contratos. Outro fator importante é que normativamente foi possível incorporar os técnicos de ATES na atividade de concessão do crédito instalação. As metas atingidas dessa ação foram superiores em função da incorporação nas Ordens de Serviço dos técnicos de ATES, visto que o convênio de ATES é entre dois entes públicos abrindo esta possibilidade pelos técnicos de ATES estarem investidos do caráter de servidores públicos estaduais, amparados assim legalmente de acordo com a NE 79. Importante ressaltar também a transversalidade entre a Ação de Assistência Técnica e a Concessão de Crédito as famílias assistidas. Esta estratégia também foi apresentada ao TCU de acordo com o processo administrativo nº 54160.002692/2011-88 que constitui-se no Plano de Ação apresentado

ao INCRA Sede e posteriormente ao TCU conforme o acórdão nº60/2011-TCU-PLENÁRIO-PLANO DE AÇÃO PARA APRIMORAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DO INCRA CONCERNENTES AO CÉDITO INSTALAÇÃO, o qual tem sido motivador para melhorias em todas as fases do processo de concessão, supervisão e fiscalização do Crédito Instalação.

Justifica-se portanto a estratégia adotada principalmente em função do ponto de vista econômico, pois o convênio de ATES é imensamente vantajoso, tendo em vista a elevada contrapartida do Governo do Estado da Bahia e a cobertura atualmente de 72,6% das famílias assentadas no estado.

Em relação a Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária a mesma está intimamente ligada à execução de ações de ATER. Assim sendo, esta unidade gestora não executou a ação supra no exercício de 2013, devendo sua execução acontecer no decorrer de 2014 já que os contratos da Chamada Pública foram assinados em dezembro de 2013.

### **Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural**

Não foram estabelecidas metas para a ação de Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural para o exercício de 2013. Contudo, no decorrer do exercício, a partir da meta estabelecida para ampliar o serviço de ATER no estado, foram adotadas estratégias que convergiram para execução da ação em algumas regiões do estado.

Considerando os fatos já expostos no item anterior, onde houve a preparação para realização da Chamada Pública sob a luz da Lei Nº12.188/2010, com o objetivo de qualificar as atividades a serem realizadas através da realização da Chamada Pública, foram realizadas oficinas regionais e estadual com potenciais prestadoras de ATER e famílias a serem beneficiadas com a Chamada.

Foram realizadas 05 oficinas conforme detalhamento no quadro abaixo, as quais obtiveram a participação direta de 150 pessoas. A primeira consistiu em realizar um intercâmbio de experiência com as prestadoras que já realizam serviços de ATER no estado da Bahia através de Chamadas Públicas, bem como coletar os principais motivos que levaram a uma baixa participação das entidades na chamada pública que a superintendência realizou em 2012. O resultado esperado e alcançado foi o de realizar

adaptações no processo licitatório no sentido de tornar a Chamada Pública mais atrativa e ao mesmo tempo mais próxima da realidade das instituições existentes no estado.

As demais oficinas foram realizadas diretamente com a representação das famílias assentadas a serem beneficiadas com a Chamada Pública. A primeira, realizada entre os dias 06 e 07 de agosto, no município de Tucano, obteve a participação de representantes de 22 assentamentos. A segunda realizada no município de Ilhéus, entre os dias 08 e 09 de agosto, contou com a participação de representantes de 12 assentamentos e as duas últimas, realizadas em Bom Jesus da Lapa entre os dias 15 e 16, 19 e 20 de agosto, contando com a participação de representantes 48 Projetos de Assentamento.

*Tabela 1*

OFICINAS PREPARATÓRIAS PARA A CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013				
DIA	LOCAL	LOTE	PARTICIPANTES	TOTAL BENEFICIARIOS
25/07	AUDITÓRIO INCRA /PRESTADORAS	10 EMPRESAS	16	
08 e 09/08	ILHEUS-HOTEL BARRAVENTO – AUDITÓRIO	7 -(12 PA)	32	399
06 E 07/08	TUCANO – CALDAS PALACE HOTEL - JORRO	6 (22 PA)	33	895
19 E 20/08	B. J. LAPA - 1º OFICINA -CTL – CENTRO TREINAMENTO LIDERANÇAS -B.J.LAPA	03 - 04 E 05(29 PA)	48	2912
15 E 16/08	LAPA - 2º OFICINA -CTL – CENTRO TREINAMENTO DE LIDERANÇAS - B.J.LAPA	01 E 02 (19 PA)	21	2462
		TOTAL	150	6668

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos

O principal objetivo das oficinas com as famílias foi a discussão sobre as diferenças entre o formato anterior e o novo formato da ATER. Passaria a ser adotada uma dinâmica diferente em relação ao convênio existente com a SEAGRI, visto que a partir da realização da Chamada Pública haveria a contratação das entidades sob à luz do novo marco regulatório. Além disso, as oficinas serviram para discutir as demandas de atividades com o objetivo de qualificar o processo de contratação, evitando distorções entre o serviço estabelecido nos contratos e a realidade dos Projetos de Assentamento e das Famílias.

### **Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas**

Em relação a esta ação podemos considerar que 2013 foi um ano bastante atípico, visto que a partir de 13 de junho a aplicação do Crédito Instalação foi suspensa mediante

Memorando enviado pela Presidência do INCRA, de modo que todas as nossas atividades desde então foram orientadas pela Portaria nº 352, de 18 de junho de 2013.

Por força da Portaria, imediatamente foram suspensas todas as operações relacionadas ao Crédito Instalação e em seguida recolhidos todos os recursos financeiros depositados pela Autarquia nas contas abertas para esse fim.

Como o art. 3º, inciso I, da referida Portaria também admitiu o restabelecimento das operações de crédito instalação, cuja execução do crédito junto aos beneficiários já tinha sido iniciada, obedecendo-se as condicionantes relacionadas ao referido Inciso, trabalhamos o restante do ano 2013 com para atender esse objetivo.

Por conta da nossa capacidade operacional insuficiente, situação já evidenciada nos Relatórios de Gestão dos anos anteriores, praticamente não se trabalhou em 2013 com os outros casos em que a Portaria 352 admite o restabelecimento das operações, pois a prioridade foi buscar o restabelecimento dos recursos que estavam em aplicação e atendiam as condicionantes a), b), c ) e d) relacionadas ao Inciso I do Art. 3º da referida Portaria.

Seguindo entendimento do INCRA SEDE, de que os casos tem que atender, concomitantemente, as 4 condicionantes, salientamos que, no âmbito desta SR, alguns casos foram considerados omissos (Art. 5º da Portaria 352), visto que não atendiam a condicionante (a) para o restabelecimento que reza que a data do último débito em conta corrente fosse posterior a 12/06/2012. Importante frisar que estes casos atendem as outras três condicionantes, porém não tem débito depois da data especificada, pois os recursos estavam sendo aplicados na semana ou um pouco antes da suspensão das operações, alguns técnicos estavam no período em campo fiscalizando as aplicações e atestando notas e recibos de materiais e serviços recebidos/executados nos Projetos de Assentamento. Para alguns casos, inclusive, as notas e recibos estavam nas agências bancárias com autorização do Superintendente para os pagamentos devidos. Com a suspensão os ofícios autorizativos, notas e recibos retornaram as SR's.

Os casos omissos acima e outros estão com os técnicos responsáveis para solicitar o restabelecimento das operações conforme orientações do Memo Circular nº 18/P/Incra de 08 de outubro de 2013, da Presidência do INCRA.

Até dezembro de 2013, a partir das informações que esta SR enviou para o INCRA SEDE e posterior análise dos dados e informações pela DD , foram autorizados pela Presidência do INCRA o estorno dos recursos especificados na tabela abaixo:

*Tabela 2*

Modalidade/Projetos	Código do Sipra	Nº de famílias	Recursos Estornados (R\$)
<b>APOIO INICIAL</b>			
OJEFERSON SANTOS	BA0448000	3	9.600,00
CURRAL DAS VARGENS	BA0383000	2	36,80
LAGOA DA ONCA	BA0360000	13	6.717,11
FLORESTAN FERNANDES	BA0516000	52	41.600,00
PAU BRASIL	BA0862000	26	80.000,00
VALE DO IUIU	BA0878000	158	6.342,43
SANTA MARIA	BA0549000	1	3.200,00
PRIMAVERA CAPEFE	BA0510000	70	51.601,38
<b>Total</b>		<b>325</b>	<b>199.097,72</b>
<b>AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO</b>			
PORTEIRA	BA0511000	32	55.004,20
PENHA	BA0599000	31	35.473,50
FAZ.REUNIDAS BOA VISTA E OUTRAS	BA0566000	31	477.929,05
SANTA MARIA	BA0590000	33	372.390,60
UNIÃO	BA0556000	38	240.472,18
3 DE ABRIL	BA0156000	8	14.999,20
NOSSA SENHORA APARECIDA - COCOIS	BA0587000	21	93.853,54
NOVA VIDA	BA0487000	38	29.706,66
SÃO JERÔNIMO	BA0497000	1	15.000,00
DOM HELDER CÂMARA	BA0334000	19	34.674,12
ENTRE RIOS	BA0287000	14	47.183,88
OJEFERSON SANTOS	BA0448000	27	55.501,17
SOSSÊGO I	BA0484000	18	2.844,25

<b>Modalidade/Projetos</b>	<b>Codigo do Sipra</b>	<b>Nº de familias</b>	<b>Recursos Estornados (R\$)</b>
FLORESTAN FERNANDES	BA0516000	45	65.426,20
SANTA CLARA E PARAGUACIUMA	BA0475000	48	3.450,00
SOHEM	BA0455000	71	148.400,00
VARZINHA	BA0464000	35	62.767,79
NOVA CANAÃ	BA0488000	70	128.627,29
MALHADOR DA JUREMA	BA0592000	26	57.821,00
PICADA	BA0105000	21	259.500,00
CHICO MENDES II	BA0253000	57	17.000,00
NOVA ESPLANADA CAPEFE	BA0459000	55	78.161,75
PRIMAVERA CAPEFE	BA0510000	27	118.851,20
VITORIA	BA0532000	29	88.521,00
SERRA GRANDE	BA0665000	52	120.000,00
PROJ. ESP. QUILOMBOLA PARATECA	BA0361000	100	41.014,20
EXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO	BA0075000	38	54.000,00
RESERVA OESTE	BA0071000	146	387.443,48
BATALHA	BA0349000	404	437.750,00
GAMELEIRA	BA0381000	14	28.535,60
MUNDURI	BA029800	90	72.000,00
1º DE ABRIL	BA0420000	20	60.000,00
CURRAL DAS VARGENS	BA0383000	41	71.050,00
NOVA ESPLANADA CAPEFE	BA0459000	55	11.838,25
NOVA VIDA	BA0487000	38	16.273,34
BATALHA	BA0349000	404	437.750,00
EXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO	BA0075000	38	54.000,00
FLORESTAN FERNANDES	BA0516000	45	105.000,00
PEDRA VERMELHA	BA0571000	23	133.719,30
PICADA	BA0105000	21	259.500,00
RESERVA OESTE	BA0071000	146	387.443,48

<b>Modalidade/Projetos</b>	<b>Codigo do Sipra</b>	<b>Nº de familias</b>	<b>Recursos Estornados (R\$)</b>
SANTA CLARA E PARAGUACIUMA	BA0475000	48	90.000,00
PA SOHEM	BA0290000	71	295.000,00
UNIÃO DA CHAPADA	BA0503000	153	117.150,00
PAU BRASIL	BA0862000	26	314.000,00
SANTA CRUZ DO OURO	BA0476000	77	180.000,00
SANTO ANTONIO S. JOSÉ	BA0281000	9	16.200,00
VALE DO IUIU	BA0878000	156	1.000,00
DOM MATHIAS	BA0479000	90	441.196,65
BEIRA RIO II	BA0557000	30	3.200,00
CARLOTA	BA0292000	64	183.200,00
<b>Total</b>		<b>3194</b>	<b>6.821.822,88</b>
<b>APOIO MULHER</b>			
MORENO	BA0346000	73	129.992,14
<b>Total</b>		<b>73</b>	<b>129.992,14</b>
<b>FOMENTO</b>			
TINGUI	BA0533000	59	9.781,00
FAZENDA BRASIL	BA0280000	48	26.045,06
FAZENDA SÃO JOÃO	BA0456000	22	30.375,60
ITATIAIA	BA0460000	30	24.180,49
VARZINHA	BA0464000	35	20.700,16
RUMO INDEPENDENCIA	BA0531000	2	6.400,00
FERRADURA	BA0350000	37	64.535,31
PRIMAVERA CAPEFE	BA0510000	97	3.200,00
NOVA ESPLANADA CAPEFE	BA0459000	98	198.400,00
GAMELEIRA	BA0381000	17	54.400,00
FAZ. CAJUEIRO II	BA0353000	64	61.882,00
LAGOA DE ITAPARICA	BA0518000	32	24.300,00
MORENO	BA0346000	88	281.200,00
NOVA VIDA	BA0487000	37	118.400,00

<b>Modalidade/Projetos</b>	<b>Codigo do Sipra</b>	<b>Nº de familias</b>	<b>Recursos Estornados (R\$)</b>
SALUBRINHO	BA0388000	30	5.728,39
PA SANTA CLARA E PARAGUACIUMA	BA0475000	53	25.600,00
MUNDURI	BA0298000	90	16.000,00
<b>Total</b>		<b>839</b>	<b>971.128,01</b>
<b>RECUPERAÇÃO/MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO</b>			
ANGICAL	BA0010000	309	1.154.753,85
CONQUISTA DO RIO PARDO	BA0138000	24	23.000,00
IPIRANGA	BA0169000	23	184.000,00
BAIXÃO	BA0211000	132	182.600,00
EUROPA	BA0271000	38	32.000,00
EXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO	BA0075000	525	18.000,00
MACACO SECO	BA0269000	35	28.290,00
PICADA	BA0105000	53	306.268,99
RESERVA OESTE	BA0071000	325	80.618,79
ROSELY NUNES	BA0109000	144	176.000,00
SERRA BRANCA	BA0078000	32	96.800,00
PAU PEBA	BA0237000	43	160.388,10
RIO BRANCO	BA0231000	11	71.600,00
THAINÁ	BA0153000	15	8.700,00
VITOROPOLIS	BA0265000	15	120.000,00
3 DE ABRIL	BA0156000	11	11.334,24
PATALIM	BA0570000	20	2.397,36
BOA SORTE	BA0159000	39	4.504,38
CHICO MENDES	BA0167000	23	106.515,84
VILA TANCREDO NEVES	BA0031000	3	5.098,36
BUIQUE	BA0114000	2	49.600,00
CASCATA	BA0196000	4	54.860,71
PANCADA GRANDE	BA0119000	7	5.592,26

<b>Modalidade/Projetos</b>	<b>Codigo do Sipra</b>	<b>Nº de familias</b>	<b>Recursos Estornados (R\$)</b>
LIMOEIRO	BA 0227000	2 5	11.101,25
FREI VANTUY	BA 0242000	2 5	84.714,40
CONJUNTO LARANJEIRA	BA0303000	24	135.371,20
MARIANA	BA0060000	18	21.370,80
CAMPO FORMOSO	BA032900	25	34.443,50
MOCAMBO	BA0149000	123	104.400,00
SANTA CRUZ E BOM JESUS	BA0254000	115	276.000,00
PARAGUAÇUZINHO	BA0290000	32	61.660,14
ROSELY NUNES	BA0109000	144	2.400,00
BAIXÃO	BA0211000	41	158.000,13
EUROPA	BA0271000	38	6.900,00
MOÇAMBIQUE	BA0270000	48	5.600,00
PA SANTA FÉ	BA0290000	23	79.449,41
NOVA JABUTICABA	BA0118000	43	46.601,03
ANTÔNIO CONSELHEIRO	BA0094000	36	45.141,87
LAGOA BOI	BA0073000	61	188.829,64
MARI	BA0245000	51	153.000,00
PA PICADA	BA0105000	53	306.268,99
PA SERRA BRANCA	BA0078000	32	96.800,00
BOA SORTE RECREIO	BA0142000	40	280.000,00
MORENO	BA0346000	88	324.800,00
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	BA0022000	31	96.000,00
EXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO	BA0075000	525	18.000,00
RESERVA OESTE	BA0071000	325	80.618,79
REUNIDAS VAZANTE	BA0102000	101	808.000,00
REUNIDAS SANTA FÉ	BA0257000	42	336.000,00
ALAGOAS	BA0023000	6	48.000,00
SANTA CLARA	BA0164000	165	22.063,55

<b>Modalidade/Projetos</b>	<b>Código do Sipra</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Recursos Estornados (R\$)</b>
POÇO LONGE	BA0268000	80	5.482,40
NOVA ESPERANÇA ALTO BONITO	BA0165000	36	108.000,00
<b>Total</b>		<b>4344</b>	<b>6.827.939,98</b>
<b>SEMIÁRIDO</b>			
TINGUI	BA0533000	59	8.000,00
BARRA VERDE	BA0155000	33	15.500,00
BOA SORTE UNA.	BA0523000	354	69.532,96
CENTRAL	BA0215000	51	102.000,00
KHAETA	BA0385000	60	17.529,48
PARAGUAÇUZINHO	BA0342000	33	66.000,00
PA MACACO SECO	BA0269000	34	15.099,00
PA BAIXÃO	BA0211000	124	102.954,05
LAGOA BOI	BA0073000	61	2.000,00
M. DA JUREMA	BA0592000	26	52.000,00
RUMO INDEPENDENCIA	BA0531000	2	4.000,00
RIO VERDE	BA0457000	1	2.000,00
CURRAL DAS VARGENS	BA0383000	142	7.466,22
VALE DO IUIU	BA0878000	156	145.473,71
MORENO	BA0346000	89	240.000,00
SERRA GRANDE	BA0665000	52	12.000,00
MUNDURI	BA0298000	98	32.928,00
REUNIDAS VAZANTE	BA0102000	100	6.541,60
<b>Total</b>		<b>1475</b>	<b>901.025,02</b>
<b>Total Recursos estornados à SR em todas Modalidades</b>			<b>15.851.005,75</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos

A maioria dos recursos acima retornou às contas. Só teve dificultado o restabelecimento das operações quando houve problemas envolvendo os titulares das contas, foi o que aconteceu, por exemplo, com o PA Nova Jabuticaba, cuja conta até dezembro não tinha sido regularizada, apesar dos esforços da equipe técnica junto à Associação e ao Banco do Brasil.

No âmbito do Crédito Instalação e Pronaf algumas mudanças estão sendo desenhadas para financiamento da Reforma Agrária, migrando-se, no caso do Crédito Instalação, de uma relação direta do INCRA com o acompanhamento fiscalização e supervisão da aplicação do Crédito pelos beneficiários para uma relação mais bancarizada, ficando o INCRA com a responsabilidade de qualificar/indicar a demanda para os agentes financeiros. Algumas propostas nesse sentido estão sendo gestadas pelo

GOVERNO CENTRAL, mas uma delas já foi materializada através da Portaria Interministerial nº 78, de 8 de fevereiro de 2013, que incluiu os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Em 2013 já não houve orçamentário do INCRA para Aquisição ou Recuperação de Materiais de Construção.

Em 2013 não avançamos no PMCMV por conta, principalmente, da falta de adaptação das Entidades Organizadoras às novas exigências do Programa executado através dos agentes financeiros CEF e BB. A proposta é construirmos uma oficina, no inicio de 2014, convidarmos as Entidades que mais avançaram no processo para juntos com o INCRA e os Agentes Financeiros contornarmos os obstáculos.

Nossa tarefa na SR em 2014 é aplicar os recursos estornados concluindo a aplicação dos referidos créditos e nos prepararmos para as novas tarefas que se avizinharam.

Auditados pela TCU entre os meses de junho e julho, a SR 05 passou a seguir algumas recomendações que depois iriam compor Acordão, tais como: orientar, através das Comissões de Crédito, as associações de beneficiários para que efetuem pesquisas e orçamentos de compras e serviços nos mercados locais, nas proximidades dos assentamentos.

### **Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização-Terra Sol**

Finalização do convênio entre a Superintendência Regional do INCRA na Bahia com a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental – FUNDESF com o objetivo de fornecer assessoria técnica especializada através da criação de um núcleo para orientação e qualificação de atores envolvidos no fomento aos processos de beneficiamento da produção, agroindustrialização, comercialização e atividades rurais não-agrícolas (turismo, artesanatos, culinária de raiz, arte e cultura) para projetos de assentamento de reforma agrária da Bahia.

Em 2013 os trabalhos em andamento no âmbito do convênio foram:

- Roteiros turísticos em Projetos de Assentamento: foram realizadas 10 oficinas em 3 projetos de assentamento com potencial turístico para levantamento de roteiros com beleza cênica e paisagem natural preservada, bem como

levantamento das pendências e encaminhamentos para a finalização da roteirização.

- Elaboração de livro de culinária dos assentamento da Chapada Diamantina: realizaram etapas de campo para fotografar e assim montar o layout e conteúdo digital.
- Elaboração dos planos de negócios solidários: os planos de negócios estão ligados a empreendimentos instalados ou a serem instalados nos projetos de assentamento, desta forma foram incluídos 3 projetos de assentamento para a elaboração do plano, contendo uma pousada comunitária, uma unidade de processamento de frutas da caatinga e uma unidade de processamento de frutas.
- Elaboração de projetos executivos de agroindústrias, paisagismo e receptivo: foram identificadas as necessidades de levantamento geológico no PA Mocambo para roteirização turística, bem como projetos hidráulico elétrico e projeto estrutural de pousada e centro receptivo em outros dois Projetos de Assentamento.
- Consultoria especializada em patrimônio histórico/arqueológico: levantamento de campo em 3 projetos de assentamento para analise da importância histórica das estrutura e/ou objetos nos projetos de assentamento.
- Consultoria especializada em ecoturismo no PA Boa Sorte Uma: contratada empresa para confeccionar proposta preliminar de execução envolvendo o turismo de baixo impacto e a preservação e conservação dos recursos naturais com geração de renda sustentáveis.

#### **Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito- Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária**

- A supervisão e fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária constituem-se em uma atividade rotineira e continuada, demandando quantitativo individual por servidor bem além da sua capacidade. Ressaltando que os servidores que estão nas Ordens de Serviço, conforme NE 79/2008 e NE 86/2009, acumulam serviço de campo, as atividades administrativas internas necessárias a correta instrução processual e prestação de contas.

- No campo, os técnicos envolvidos na ação também são demandados para outras atividades, pois para acessar o crédito a família assentada tem que está regularizada no SIPRA e ter assinado o CCU.
- Dessa forma e para tanto a SR-05 sempre possuiu uma demanda de aplicação de crédito instalação superior a sua capacidade operacional de pagamento, acompanhamento e fiscalização, em virtude do reduzido número de servidores.
- Atualmente temos 28 servidores desta SR, incluindo-se aí àqueles lotados nas Unidades Avançadas das regiões sul e oeste do estado da Bahia que estão imbuídos no atendimento à crescente demanda. Em 2013 nossa obrigação seria de atender um quantitativo de 636 Projetos de Assentamento, onde residem e trabalham cerca de 50 mil famílias.
- Enfim, mesmo considerando todas as dificuldades que inicialmente as mudanças trazem, todo o processo de recolhimento e estorno dos recursos às contas das Associações, nossa baixa capacidade operacional e a insuficiência de recursos de custeio ainda aplicamos em 2013 o valor de R\$ 18.149.033,85 para todas as modalidades do Crédito Instalação, conforme detalhado no tabela abaixo:

*Tabela 3*

<b>Modalidade/Projetos</b>	<b>Código do Sipra</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Recursos Aplicados (R\$)</b>
<b>APOIO INICIAL</b>			
MORENO	BA0346001	75	117.990,66
POTIGUAR	BA0660000	57	166.420,56
DOM RICARDO	BA0883000	181	406.399,47
PROJ. ESP. QUILOMBOLA PARAT	BA0361000	100	312.200,00
EUCLIDES NETO II	BA0836000	10	13.363,50
FERRADURA	BA0350000	11	19.200,00
SANTA CLARA E PARAGUACIUMA	BA0475000	49	6.400,00
FAZENDA SERRA GRANDE	BA0665000	56	34.042,01
SANTA MARIA	BA0549000	62	3.200,00
PRIMAVERA CAPEFE	BA0510000	104	68.263,45
NOVA ESPLANADA	BA0452000	32	57.310,15
<b>Total</b>		<b>737</b>	<b>1.204.789,80</b>

<b>AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO</b>				
MALHADOR JUREMA	BA0592000	37	111.730,00	
RESERVA OESTE	BA0071000	637	296.922,30	
SANTO ANTONIO E SAO JOSE	BA0281000	40	120.600,00	
BATALHA	BA0349000	404	694.518,30	
NOSSA SENHORA AUXILIADORA	BA0397000	54	27.882,99	
NOVA ESPLANADA I	BA0452000	98	337.812,92	
FAZ REUNIDAS FS	BA0293000	120	715.704,29	
PRIMAVERA CAPEFE	BA0510000	104	913.850,00	
DOM MATTHIAS	BA0479000	90	293.718,51	
1º DE ABRIL PARAGUAÇU	BA0420000	69	59.979,17	
UNIAO DA CHAPADA	BA0503000	157	93.850,00	
VARZINHA	BA0464000	51	49.815,00	
PORTEIRAS	BA0511000	34	189.497,90	
SERTAO BONITO	BA0482000	40	80.251,32	
VITORIA	BA0532000	29	233.446,50	
PATALIM	BA0570000	22	26.422,36	
NOVA ESPLANADA CAPEFE	BA0459000	40	243.610,18	
SANTA MARIA	BA0590000	40	119.059,20	
FERRADURA	BA0350000	36	153.000,00	
FLORESTAN FERNANDES	BA0516000	41	46.590,00	
PDS REUNIDAS PAU BRASIL	BA0862000	51	333.206,88	
NOVA CANAÃ	BA0488000	81	80.452,93	
GAMELEIRA	BA0381000	14	65.910,00	
ARARUNA	BA0266000	15	18.187,90	
FAZ REUNIDAS BOA VISTA E OUTRAS	BA0566000	31	361.535,88	
PEDRA VERMELHA	BA0571000	34	138.280,70	
3 DE ABRIL	BA0156000	40	62.140,00	
EXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO	BA0075000	38	3.000,00	
ENTRE RIOS	BA0287000	30	21.000,00	
SANTA CLARA E PARAGUACIUMA	BA0475000	55	78.450,00	
SOHEM	BA0455000	71	30.000,00	
OJEFERSON SANTOS	BA0448000	30	4.500,00	
CURRAL DAS VARGENS	BA0383000	53	5.950,00	
PICADA	BA0105000	275	61.418,99	
FAZENDA SERRA GRANDE	BA0665000	56	150.000,00	
SAO JOAO DA CASA NOVA - VILA	BA0499000	41	76.965,00	
VALE DO IUIU	BA0878000	160	24.589,07	
NOSSA SENHORA APARECIDA	BA0587000	25	12.000,00	
PENHA E OUTRAS	BA0599000	33	192.124,50	
UNIAO	BA0556000	54	11.598,20	

SOSSEGO I	BA0484000	18	30.000,00
NOVA VIDA	BA0487000	38	140.733,96
<b>Total</b>		<b>3386</b>	<b>6.710.304,95</b>
<b>RECUPERAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO</b>			
SANTA FÉ	BA0290000	26	353.913,99
ANGICAL I	BA0010000	450	93.106,20
MORENO	BA0346000	120	827.200,00
MOÇAMBIQUE	BA0270000	50	10.400,00
BARRA VERDE	BA0155000	95	6.780,20
ANTONIO CONSELHERO	BA0094000	36	41.992,28
REUNIDAS VAZANTE	BA0102000	113	357.232,51
IPIRANGA	BA0169000	45	4.500,00
LAGOA DO BOI	BA0073000	77	800,00
EUROPA	BA0271000	50	31.400,00
MACACO SÊCO	BA0269000	35	22.690,00
ROSELY NUNES	BA0109000	145	148.800,00
SÃO SEBASTIÃO DE UTINGA	BA0112000	70	10.000,00
BAIXAO	BA0211000	133	256.400,00
CAMPO FORMOSO	BA0329000	26	34.123,50
MOCAMBO	BA0149000	198	192.850,00
PANCADA GRANDE	BA0119000	38	70.736,44
PARAGUAÇUZINHO	BA0342000	32	800,00
CONJUNTO LARANJEIRA	BA0303000	30	4.000,00
NOVA JABUTICABA	BA0118000	80	278.667,81
PICADA	BA0105000	275	264.768,99
ALDEIA	BA0101000	68	36.941,60
MARI	BA0245000	57	500,00
PAU PEBA	BA0237000	59	47.719,75
ALAGOAS	BA0023000	14	39.991,00
MOCAMBO/BONFIM	BA0098000	40	167.165,00
BUIQUE	BA0114000	29	183.400,00
MARRECA	BA0323000	76	9.600,00
RESERVA OESTE	BA0071000	321	54.230,00
MARIANA	BA0060000	28	79.999,67
FABIO HENRIQUE	BA0216000	60	16.364,00
PANEMA	BA0244000	34	186.274,59
3 DE ABRIL	BA0156000	90	83.065,76
SANTA CLARA	BA0164000	125	67.651,52
LIMOEIRO	BA0227000	40	51.898,75
OLHO D'AGUA	BA0168000	21	27.000,00
BARRA VERDE	BA0155000	95	87.186,90
BOA SORTE/RECREIO	BA0142000	70	24.000,00
REUNIDAS PALAME	BA0152000	55	4.900,00
BOA SORTE	BA0159000	39	113.029,60

VITOROPOLIS	BA0265000	22	51.135,68
VILA TANCREDO NEVES	BA0031000	32	2.100,00
CHICO MENDES	BA0167000	31	1.400,00
SANTA CRUZ E BOM JESUS	BA0254000	185	1.238.034,25
PA CASCATA	BA0196000	40	37.564,80
FREI VANTUY	BA0242000	40	1.600,00
<b>Total</b>		<b>3795</b>	<b>5.274.510,54</b>
<b>SEMIÁRIDO</b>			
REUNIDAS VAZANTE	BA0102000	125	193.458,40
MORENO	BA0346000	119	164.000,00
SERRA AZUL	BA0206000	40	40.000,00
FAZ MUNDURI	BA0298000	98	4.704,00
RIO VERDE	BA0457000	17	1.579,00
PROJ. ESP. QUILOMBOLA PARAT	BA0361000	100	200.000,00
FAZENDA SERRA GRANDE	BA0665000	56	19.000,00
BARRA VERDE	BA0155000	95	81.464,72
VALE DO IUIU	BA0878000	160	166.526,29
PALESTINA	BA0217000	68	136.000,00
BOA SORTE UNA	BA0523000	452	707.995,12
LAGOA DO BOI	BA0073000	77	2.300,00
RESERVA OESTE	BA0071000	326	19.800,00
BARRA VERDE	BA0155000	61	65.129,60
ALAGOINHA	BA0061000	11	30.112,95
REUNIDAS SANTA FÉ	BA0257000	98	14.400,00
SÃO FRANCISCO Nº 05	BA0485000	43	80.000,00
BAIXA ALEGRE	BA0870000	31	61.920,00
BATALHA	BA0349000	420	95.000,00
SANTO APOLÔNIO/GROTÃO	BA0314000	61	13.339,43
KHAETA	BA0385000	23	92.765,00
NOVA PALMARES	BA0210000	0	10.800,00
PICADA	BA0105000	597	154.671,73
SANTA CRUZ E BOM JESUS	BA0254000	185	276.000,00
BAIXAO	BA0211000	141	93.975,07
CENTRAL	BA0215000	91	99.999,64
MACACO SÊCO	BA0269000	35	40.795,00
SERTAO BONITO	BA0482000	40	13.000,00
SÃO DIOGO	BA0236000	174	86.999,00
BELA FLOR	BA0166000	20	15.900,00
PARAGUAÇUZINHO	BA0342000	32	50.000,00
<b>Total</b>		<b>3796</b>	<b>3.031.634,95</b>
<b>APOIO MULHER</b>			
MORENO	BA0346000	75	101.007,86
<b>Total</b>		<b>75</b>	<b>101.007,86</b>
<b>FOMENTO</b>			

MORENO	BA0346000	120	316.792,31
17 DE ABRIL	BA0140000	25	72.400,00
VARZINHA	BA0464000	51	91.299,84
SERTAO BONITO	BA0482000	40	12.800,00
SÃO JOSÉ	BA0543000	31	70.400,00
JOAO AMAZONAS	BA0384000	74	177.55,83
FAZ MUNDURI	BA0298000	96	16.000,00
SANTO ANTONIO E SAO JOSE	BA0281000	40	28.800,00
SÃO FRANCISCO Nº 05	BA0485000	43	128.000,00
SANTA MARIA	BA0013000	62	198.400,00
APARECIDA DO NORTE	BA0517000	65	4.294,50
FAZ CAJUEIRO II	BA0353000	108	150.760,00
SALUBRINHO	BA0388000	40	5.541,00
LAGOA DE ITAPARICA	BA0518000	12	78.100,00
FERRADURA	BA0350000	76	626.999,10
FAZENDA BRASIL	BA0280000	50	7.000,00
TINGUI GONCALVES E DESENVOLVIMENTO	BA0533000	61	19.199,00
<b>Total</b>		<b>994</b>	<b>1.826.785,75</b>
<b>Total Recursos Aplicados em todas Modalidades</b>			<b>18.149.033,85</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos

Informações dos técnicos de campo dão conta que no ano de 2013 foram concluídas a construção de 315 casas e recuperação de outras 380 habitações. As demais construções estão em andamento.

É importante salientar que para consecução dos objetivos acima, continua sendo fundamental a incorporação dos técnicos de ATES nas Ordens de Serviço, visto que este convênio, é entre dois entes públicos, abrindo esta possibilidade pelos técnicos estarem investidos do caráter de servidores públicos estaduais, amparados assim legalmente de acordo.

### **Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento**

Quanto a supervisão ocupacional de lotes de projetos de reforma agrária foram realizadas 515 vistorias em lotes de 23 projetos de assentamento, tendo como base a IN-71/2012, totalizando 103% da meta prevista.

Entretanto o ano de 2013 foi marcado por indefinições internas quanto ao cumprimento da referida norma, sendo necessária a realização do seminário de supervisão ocupacional de lotes de roforma agrária, com a participação de Representantes do INCRA – SEDE, técnicos do INCRA - Bahia, técnicos da ATES, bem como representantes dos movimentos sociais e dos PA's da SR-05. Após o seminário,

estratégias foram acertadas e os quase 1800 processos represados começaram a ser analisados e encaminhados.

Em 2013 foram analisados 666 processos dentre estes, 269 foram encaminhados ao Superintendente para julgamento, os demais necessitam de ajustes pelas equipes de campo ou de análise jurídica.

### **Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento**

A Superintendência realizou mais um pregão eletrônico no final do exercício de 2012 cujo resultado e contratação ocorreram no exercício de 2013. Além deste, no mesmo exercício, houve o fechamento do CRT015/2009.

Com a conclusão do prazo contratual do CRT015/2009, houve a finalização da execução do parcelamento interno em 13 Projetos de Assentamentos localizados nos Territórios de Vitória da Conquista, Vale do Jequiriça e Extremo Sul principalmente, beneficiando aproximadamente 850 famílias.

Em relação ao Pregão Eletrônico de 2013, foram licitados serviços em três lotes conforme agrupamento das mesorregiões do IBGE e consequentemente semelhanças nas características climáticas, florísticas e de relevo. Os lotes foram assim estabelecidos:

*Tabela 4*

BLOCOS	MESORREGIÕES HOMOGENEAS
I	Extremo Oeste, Nordeste e Vale do São Francisco
II	Centro Sul e Sul Baiano
III	Centro Norte e Metropolitana

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos

Com o resultado da licitação, 5256 famílias foram contempladas com os serviços em 86 assentamentos, o que acabou por superar a meta estabelecida de 3.240. No exercício de 2013, os serviços avançaram no sentido da demarcação dos perímetros dos Projetos de Assentamentos, tendo sido realizado 15(quinze).

Houve dificuldade na apresentação dos pré-projetos de parcelamento, situação que foi um dos principais entraves do contrato anterior. O INCRA não dispõe de profissionais em número e experiência suficientes para dar celeridade à elaboração dos projetos. Embora tenha ocorrido uma preparação e avanços em relação à situação passada.

Através do convênio firmado com a SEAGRI, para ATES, foram capacitados profissionais para a elaboração e avaliação dos projetos. Contudo, a quantidade e expertise dos profissionais ainda estão aquém do necessário, gerando atraso na execução das etapas posteriores do processo de demarcação.

Segue abaixo a lista dos assentamentos com ordem de serviço emitida para execução da demarcação em projetos de assentamento:

*Tabela 5*

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CAPACIDADE ASSENTAMENTO
ANTONIO CONSELHEIRO III	CAMAMU	35
ARGEMIRO MENDES DE OLIVEIRA	CAMAMU	24
ERNESTO CHE GUEVARA	CAMAMU	19
ZUMBI DOS PALMARES	CAMAMU	50
DANDARA DOS PALMARES	CAMAMU	70
CONJUNTO MINEIRO	GANDU	26
EUCLIDES NETO II	IBIRATAIA	10
MIRANTE	IGRAPIUNA	40
PEDRA BONITA	ITAMARAJU	41
VALE DO IUIU	MALHADA	187
Luzitânia	MARAU	30
FAZENDA SAO JOAO	NILO PECANHA	30
SANTO ANTONIO/BOA ESPERANÇA	PAU BRASIL	10
PAUS PRETOS	SEBASTIAO LARANJEIRAS	60
EMBAUBA I	SANTA CRUZ CABRALIA	41
COROA DE CABRÁLIA	SANTA CRUZ CABRALIA	60
BELA VISTA/MOVELAR	SANTA CRUZ CABRALIA	95
VIROTE	ITABELA	44
SANTA MARIA	EUNAPOLIS	62
NOVO HORIZONTE JACARANDA	ITAMBE	60
ERNESTO CHEGUEVARA	WENCESLAU GUIMARAES	60
FABIO HENRIQUE	WENCESLAU GUIMARAES	76
BOA SORTE	WENCESLAU GUIMARAES	50
BAIXA ALEGRE	JAGUAQUARA/ITAQUARA	34
ANATIVA	MARCIONILIO SOUZA	57
MAÇARANDUBA NOVA ESPERANÇA	MARAÚ	38
PRIMAVERA	MASCOTE	6
REUNIDAS ROSA DO PRADO	PRADO	264
COSME E DAMIAO	CAMACARI	30

MOKA II E III	CAMPO FORMOSO	18
UNIÃO	CANDEIAS	38
SÃO FRANCISCO DE CATU	CATU	20
1º DE ABRIL PARAGUAÇU	IPIRA	85
CASSATINGA	ITIUBA	42
PAU DE COLHER	JACOBINA	23
NOVA VIDA I	LAJEDINHO	40
BARRO BRANCO	MATA DE SAO JOAO	21
SANTA MARIA	MATA DE SAO JOAO	40
SANTA LUZIA	OUROLANDIA	64
PEDRA VERMELHA	OUROLANDIA	34
LAGOA DE DENTRO I E II	OUROLANDIA	40
NOVA SUIÇA	SANTO AMARO	100
SERRA VERDE/FAZENDA SUÍSSA	SENHOR DO BONFIM	18
NOVA CANAÃ	PINDOBAÇU	84
JIBOIA	SENHOR DO BONFIM	62
SANTO ANTONIO	ADUSTINA	25
ANGICO	BARRA	40
ANTONIO CONSELHEIRO	BARRA	21
FAZENDA VALE DO BOQUEIRÃO	BARRA	163
FERRADURA	BARRA	76
SAO FRANCISCO	BARRA	163
SITIO NOVO	BARRA	32
UIRAPURU	BARRA	60
PERIPERI	BARRA	16
CURRAL DAS VARGENS	BOM JESUS DA LAPA	155
MALHADOR JUREMA	CANUDOS	37
VARZINHA	CANUDOS	51
GERAL PITUBA	CARINHANHA	43
ROMPE GIBAO	CORONEL JOAO SA	83
FAZENDA BORÁ	ITAGUACU DA BAHIA	33
QUILOMBO LAGOÃO	ITAPICURU	12
PATALIM	JANDAIRA	22
MARAVILHA	MONTE SANTO	22
PENHA E OUTRAS	NOVA SOURE	47
QUIJINGUE	QUIJINGUE	37
DOM RICARDO	RIACHÃO DAS NEVES	182
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	SANTA BRIGIDA	24
ANTÔNIO CONSELHEIRO II	SANTA RITA DE CASSIA	300
FAZENDA REUNIDAS ESPLANADA	SANTA RITA DE CASSIA	63
UNIÃO NOVA ESPERANÇA	SENTO SE	11
POTIGUAR	SENTO SE	82
PONTA DÁGUA	SENTO SE	125
GUIMARÃES	SENTO SE	155
IMBORES, BELA VISTA	SITIO DO MATO	84

SANTA ROSA	SITIO DO MATO	29
PORTEIRAS	SITIO DO QUINTO	34
VALE DA CONQUISTA	SOBRADINHO	80
ATRACAJU	TUCANO	35
LAGOA DE ITAPARICA	XIQUE-XIQUE	50
BEIRA RIO	SENTO SE	75
JOVITA ROSA	PARATINGA	35
BOA VISTA DE ESPLANADA	ESPLANADA	30
FAZ REUNIDAS BOA VISTA	ESPLANADA	62
SÃO MATHEUS	ARACAS	54
BARRO VERMELHO/CANUDOS	BARRA	250
FAZENDA BOM SUCESSO E OUTRAS	SÃO FELIX DO CORIBE	20

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos

### **Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**

Os serviços de Titulação e Consolidação da Divisão de Desenvolvimento da Superintendência Regional da Bahia tiveram seus trabalhos focados nos processos de Cessão/Concessão de uso de áreas de reforma agrária para a autorização de implantação de empreendimentos públicos ou privados dentro dos Projetos de Assentamento sob jurisdição desta Superintendência Regional.

Foram realizadas 95 vistorias (visita de um engenheiro agrônomo para a confecção do laudo de vistoria e um topógrafo para medição e confecção da planta e memorial descritivo da área a ser cedida), as vistorias aconteceram em 75 (setenta e cinco) projetos de assentamento.

Os futuros empreendimentos vistoriados estão divididos da seguinte forma:

Escola -	45 unidades
Posto de Saúde -	07 unidades
Quadra poliesportiva -	04 unidades
Galpão para Trator -	04 unidades
Sistema de Abastecimento de Água -	04 unidades
Casa de Farinha -	03 unidades
Tanque de resfriamento de leite -	03 unidades
Barragem -	03 unidades
Beneficiadora de leite -	02 unidades
Poço de Petróleo -	02 unidades
Horta Comunitária -	02 unidades
Pesquisa Mineral -	02 unidades
Unidade de Beneficiamento do Mel -	02 unidades
Templo Religioso -	02 unidades
Unidade de Comercialização -	02 unidades

Praça -	01 unidade
Unidade Demonstrativa de Café -	01 unidade
Unidade de Produção de Leite de Cabra -	01 unidade
Secador de Café -	01 unidade
Casa de Artes -	01 unidade
Área Urbana -	01 unidade
Jazida de Cascalho -	01 unidade
Campo de Futebol -	01 unidade

Salientamos que os 95 empreendimentos localizados em 75 projetos de assentamento beneficiarão 7762 unidades familiares do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Todas as concessões/cessão devem trazer benefícios à comunidade, bem como adequado às diretrizes dos normativos ambientais vigentes.

Quanto a emissão dos contratos de concessão de uso foram emitidos 1109 contratos os quais já contam para futura titulação.

#### **PRONERA:**

##### **1 CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

- CRT Nº 0007/2006
- META FÍSICA: 100 educandos
- VIGÊNCIA: Dez./2006 a Set./2013

O convênio referente ao Curso Superior de Bacharelado em Agronomia foi pactuado junto à FASEC, com a interveniência da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Inicialmente, o término da vigência do certame estava previsto para novembro de 2012, entretanto foram solicitados pela convenente dois aditamentos de prazo, resultando que o referido convênio foi finalizado somente em 30 de setembro de 2013, apesar de todo o recurso do ajuste ter sido repassado à convenente até o mês de novembro de 2012.

As justificativas da convenente para o alargamento do prazo final do convênio apontavam para questões pedagógicas, especialmente no que diz respeito à conclusão das monografias dos educandos e defesas das mesmas.

Durante o exercício de 2013 foram realizadas duas visitas de acompanhamento ao Curso Superior de Bacharelado em Agronomia, respectivamente no mês de abril e no mês de outubro de 2013, quando ocorreu a cerimônia de colação de grau dos 78 educandos da turma (Assentamento Terra Vista-BA).

**Obs.** Até a presente data o relatório final de metas físicas do convênio não foi apresentado pela convenente.

## 2 CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM DIREITO

- CONVÊNIO Nº 763232/2011
- META FÍSICA: 40 educandos
- VIGÊNCIA: Dez./2011 a Jul./2017

O convênio formalizado para execução do Curso de Bacharelado em Direito foi pactuado entre o INCRA e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e encontra-se em execução desde 2012.

Durante o exercício de 2013 a convenente solicitou ajuste do Plano de Trabalho do convênio no SICONV, essa solicitação de ajuste foi aprovada por se tratar de adequações às novas condições para pagamento de bolsas permitidas através da IN 75/2012.

Sobre os recursos, informa-se que em setembro de 2013 foi liberada a terceira parcela do certame, no valor de R\$ 215.764,68 reais. Cabe ressaltar, que foi extremamente difícil a realização dos procedimentos operacionais para liberação da referida parcela, isso em decorrência de inconsistências persistentes entre SICONV e SIAFI. A convenente sentiu-se prejudicada pelo atraso, o que foi constatado em posterior acompanhamento técnico, no qual os alunos informaram que estavam há meses sem receber as bolsas do convênio.

Em 2013 foram realizadas visitas de acompanhamento ao convênio nos meses de junho, julho e outubro, ocasiões em que foi constatado o comprometimento da UEFS em executar as metas físicas da melhor forma possível, inclusive estendendo aos estudantes do PRONERA todas as oportunidades de utilização da estrutura da Universidade como qualquer aluno regular da instituição.

## 3 CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM DIREITO

- CONVÊNIO Nº 778080/2012
- META FÍSICA: 50 educandos
- VIGÊNCIA: Dez./2012 a Dez./2017

O convênio celebrado para execução do Curso Superior de Bacharelado em Direito foi pactuado junto à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a aula inaugural

do curso ocorreu em 03 de julho de 2013, no Campus I da UNEB, em Salvador-BA, contando com a presença de várias autoridades.

Quanto aos recursos do convênio, informa-se que foram repassadas duas parcelas à convenente durante o exercício de 2013. A primeira referente aos restos a pagar de 2012, no valor de R\$ 307.773,70 reais (liberada em janeiro de 2013), bem como a segunda parcela do certame, liberada em dezembro de 2013, no montante de R\$ 266.772,20 reais.

O referido convênio passou por ajuste no Plano de Trabalho, solicitação da convenente embasada na IN 75/2012 que se refere ao pagamento de bolsas no âmbito do PRONERA.

O acompanhamento ao convênio será iniciado em campo durante o exercício de 2014, assim que os educandos retornarem às aulas.

#### 4 CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- CRT Nº 0002/2008
- META FÍSICA: 150 educandos
- VIGÊNCIA: Out./2008 a Jun./2013

O convênio celebrado para execução do Curso Técnico em Enfermagem foi pactuado junto à FADCT com a interveniência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Em janeiro de 2013 foi liquidado todo o recurso do convênio, sendo que a última parcela teve o valor de R\$ 190.500,00 reais (restos a pagar).

O último acompanhamento técnico ao convênio foi realizado em abril de 2013, quando os educandos estavam concluindo o estágio supervisionado. Na oportunidade, a coordenadora do estágio supervisionado disse que todos os educandos que estavam concluindo o curso estavam plenamente aptos e demonstravam verdadeira vocação para o trabalho na área de saúde.

O certame foi finalizado em junho de 2013, com a formação de 68 técnicos em enfermagem.

#### 5 CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

- CONVÊNIO Nº 762313/2011
- META FÍSICA: 50 educandos

**- VIGÊNCIA: Dez./2011 a Mai./2016**

O Curso Técnico em Administração é fruto de um convênio pactuado entre o INCRA e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Em 2013 o referido convênio passou por ajustes no Plano de Trabalho, visando adequações referentes à IN 75/2012 que estabelece as condições para o pagamento de bolsas no âmbito do PRONERA. Houve também a prorrogação de ofício ao convênio, decorrente do atraso no repasse da segunda parcela do mesmo.

O Curso Técnico em Administração seria iniciado em 2013, entretanto dificuldades em conseguir o espaço para a hospedagem conjugado ao fornecimento da alimentação dos educandos, impossibilitaram o início das aulas, apesar de todo o empenho da convenente.

Cabe salientar que o valor aluno/ano disponibilizado pelo PRONERA para a execução dos cursos de nível médio e superior, continua sendo muito abaixo do valor de mercado de um curso regular e esse fato ter tornado cada vez mais difícil e penosa a execução do programa.

A convenente convocou reuniões nos meses de junho, agosto, setembro e novembro de 2013, nas ocasiões a técnica do INCRA esteve presente e foram tratados assuntos relacionados aos procedimentos adotados e às dificuldades encontradas para o início das aulas do Curso Técnico em Administração.

A terceira parcela do certame, no valor de R\$ 246.763,00 reais foi inscrita m restos a pagar e a previsão de liberação está atrelada ao início das aulas.

## 6 CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO

- CONVÊNIO Nº 762314/2011
- META FÍSICA: 50 educandos
- VIGÊNCIA: Dez./2011 a Mai./2016

O Curso Técnico em Cooperativismo é fruto de um convênio pactuado entre o INCRA e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Em 2013 o referido convênio passou por ajustes no Plano de Trabalho, visando adequações referentes à IN 75/2012 que estabelece as condições para o pagamento de

bolsas no âmbito do PRONERA. Houve também a prorrogação de ofício ao convênio, decorrente do atraso no repasse da segunda parcela do mesmo.

O Curso Técnico em Cooperativismo seria iniciado em 2013, entretanto dificuldades em conseguir o espaço para a hospedagem conjugado ao fornecimento da alimentação dos educandos, impossibilitaram o início das aulas, apesar de todo o empenho da convenente.

Cabe salientar que o valor aluno/ano disponibilizado pelo PRONERA para a execução dos cursos de nível médio e superior, continua sendo muito abaixo do valor de mercado de um curso regular e esse fato ter tornado cada vez mais difícil e penosa a execução do programa.

A convenente招ocou reuniões nos meses de junho, agosto, setembro e novembro de 2013, nas ocasiões a técnica do INCRA esteve presente e foram tratados assuntos relacionados aos procedimentos adotados e às dificuldades encontradas para o início das aulas do Curso Técnico em Cooperativismo.

A terceira parcela do certame, no valor de R\$ 246.763,00 reais foi inscrita m restos a pagar e a previsão de liberação está atrelada ao início das aulas.

## 7 CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

- CONVÊNIO N° 762315/2011
- META FÍSICA: 150 educandos
- VIGÊNCIA: Dez./2011 a Abr./2016

O Curso Técnico em Meio Ambiente é fruto de um convênio pactuado entre o INCRA e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Em 2013 o referido convênio passou por ajustes no Plano de Trabalho, visando adequações referentes à IN 75/2012 que estabelece as condições para o pagamento de bolsas no âmbito do PRONERA. Houve também a prorrogação de ofício ao convênio, decorrente do atraso no repasse da segunda parcela do mesmo.

O Curso Técnico em Meio Ambiente seria iniciado em 2013, entretanto dificuldades em conseguir o espaço para a hospedagem conjugado ao fornecimento da alimentação dos educandos, impossibilitaram o início das aulas, apesar de todo o empenho da convenente.

Cabe salientar que o valor aluno/ano disponibilizado pelo PRONERA para a execução dos cursos de nível médio e superior, continua sendo muito abaixo do valor de mercado de um curso regular e esse fato ter tornado cada vez mais difícil e penosa a execução do programa.

A convenente convocou reuniões nos meses de junho, agosto, setembro e novembro de 2013, nas ocasiões a técnica do INCRA esteve presente e foram tratados assuntos relacionados aos procedimentos adotados e às dificuldades encontradas para o início das aulas do Curso Técnico em Meio Ambiente.

A terceira parcela do certame, no valor de R\$ 723.894,09 reais foi inscrita m restos a pagar e a previsão de liberação está atrelada ao início das aulas.

### **3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento**

As estratégias relacionadas à consolidação dos projetos de assentamento foram extremamente prejudicadas no exercício devido aos eventos já narrados anteriormente. Em especial no que concerne ao Crédito Instalação e Infraestrutura Básica. Este aspecto dificultou a sincronização dos processos e procedimentos em vista da consolidação.

As atividades se restringiram ao acaso, ou seja, obedecendo aos fatos e orientações estabelecidas pela Presidência do INCRA. A solicitação da devolução e aplicação dos recursos dos créditos obedeceu essencialmente ao ultimo período em que os recursos foram movimentados/executados pelas associações.

A provisão dos outros fatores de infraestrutura que apresentavam execução direta por parte do INCRA, abastecimento de água e estradas, também tiveram prejuízos com a ambiguidade e dificuldade de entendimento das orientações expedidas pela direção do INCRA. Além disso, a implantação das redes de energia elétrica, por apresentar execução de terceiro também dificulta a sincronização mencionada.

Os fatores que tiveram cenários e comportamento usual foram a ATER e demarcação de parcelas.

Diante destes aspectos descritos, a Superintendência deve no exercício de 2014, concentrar esforços em realizar um diagnóstico para avaliar o estágio de desenvolvimento dos assentamentos, com foco especial na infraestrutura. Para tanto, está prevista através do convênio INCRA/SEAGRI, o aprimoramento do banco de dados e sistema existente com o fim de abrigar detalhes sobre estes aspectos de infraestrutura e estágio de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento. O

cadastramento das informações será feito não somente nos assentamentos previstos para elaboração dos PDAs/PRAs no âmbito do convênio, mas para todos os demais atendidos pelo programa de ATES/ATER e também para os não atendidos. Utilizando-se estratégias de coleta diferentes para cada um.

É importante destacar metodologicamente, o papel e atividades que a ATES/ATER desempenhará, os quais corroboram com o processo de consolidação dos PAs:

- a) Executar as atividades de ATES, baseadas nos princípios e objetivos do Programa, junto às famílias assentadas dos Projetos de Assentamento reconhecidos pelo INCRA, em áreas de reforma agrária;
- b) Elaborar, assessorar e acompanhar a implementação dos PEA, PDA, PRA e o RAS, observando os normativos existentes, especialmente a Resolução CONAMA nº 387/2006;
- c) Adequar, assessorar e acompanhar a implementação do PDA e PRA já existentes, mesmo que elaborados por outras entidades;
- d) Desenvolver estudos, em articulação com o INCRA, para selecionar e identificar as áreas produtivas, de reserva legal e de preservação permanente, buscando viabilizar a elaboração do PEA;
- e) Orientar a aplicação do Crédito Instalação, dentre outras linhas, com o envolvimento das famílias assentadas e todo o processo de elaboração e implementação dos planos e projetos;
- f) Executar a estratégia de divulgação e internalização das atividades de ATES, junto aos (às) assentados(as) beneficiários(as), com vistas ao entendimento, sintonia e participação desses atores para o perfeito funcionamento do Programa;
- g) Orientar e capacitar os (as) agricultores (as) para a elaboração e implementação dos projetos produtivos nas áreas de Reforma Agrária;
- h) Elaborar e acompanhar a implementação dos projetos técnicos que viabilizem o acesso dos (as) agricultores (as) às diferentes modalidades de crédito produtivo, bem como orientar e acompanhar a aplicação dos recursos e produzir relatórios técnicos, a serem encaminhados à SR, conforme preceitua o Manual de Crédito Rural;
- i) Elaborar projetos técnicos dos assentamentos que assegurem a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), bem como dos solos degradados. Esses projetos ainda podem prever ações de gestão e educação ambiental;

j) Orientar e acompanhar a aplicação dos recursos, bem como produzir relatório semestral, sobre o estágio atual do projeto. Destaca-se a necessidade do projeto guardar coerência com as proposições do PDA ou PRA;

k) Elaborar os projetos técnicos dos assentamentos que permitam o acesso ao Programa Terra Sol, bem como orientar e acompanhar sua execução. Os projetos técnicos mais complexos podem ser elaborados por especialistas, conforme prevê o Programa de ATES. É vedada a contratação ou utilização dos Núcleos Operacionais de ATES para realização de atividades que constituam atribuições inerentes aos cargos do quadro de servidores do INCRA.

Cabe-nos pontuar que as ações de ATES se dividem em ações de assistência técnica propriamente dita e ações específicas motivadas pelos programas e ações específicos do INCRA, a exemplo dos créditos, atualização de relação de beneficiários, manejo e recuperação ambiental, supervisão ocupacional e muitas outras, o que torna o leque de ações extremamente vastas e complexas.

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia utiliza os Territórios de Identidade como unidade de planejamento, estando a sua Divisão de Desenvolvimento organizada em equipes mesoterritoriais responsáveis pelos atendimentos aos projetos de assentamento de suas respectivas regiões. Os assentamentos foram agrupados em 7 (sete) mesorregiões. Foi definida uma equipe de Coordenação de ATES, atuante na Divisão de Desenvolvimento, que juntamente com as equipes mesoterritoriais e equipe de coordenação da EBDA monitora a execução da prestação dos serviços de ATES, utilizando-se de dados do SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (INCRA) e SIN-EBDA, Sistema de Informações da EBDA onde são registradas as atividades dos Técnicos de ATES descritas acima, podendo este último ser acessado pelo INCRA e então monitorar em campo por amostragem.

### **3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor**

Dentre as atividades realizadas pela gestão para aprimoramento do controle dos processos, destaca-se a implantação e pleno funcionamento do banco de dados dos processos administrativos dos lotes que estão sendo objeto de supervisão ocupacional.

Observando a dificuldade em acessar informações, estágio atual e encaminhamentos realizados com o trâmite dos processos, foi desenvolvido um banco

de dados voltado para essa ação.

Esse aspecto aumentou a velocidade de acesso aos dados e encaminhamentos dos processos, acelerando o atendimento e prestação de informação aos assentados. O banco de dados também possibilitou a melhoria do monitoramento e agilidade nos encaminhamentos.

Com relação ao Crédito Instalação, foi implantada a exigência da planilha de supervisão do crédito a cada viagem realizada. Cada servidor responsável pela concessão do crédito instalação passou apresentar antes de cada viagem uma planilha informando quais e quantos créditos supervisionariam em cada viagem. Também foi determinado que os servidores orientassem às associações a aumentarem a quantidade de cotações para compra de materiais para cinco e a darem preferência por fornecedores locais, conforme orientação do TCU após auditorias realizadas na Superintendência.

O aspecto informado no item anterior, relacionado à organização das informações da infraestrutura dos assentamentos também consistirá numa importante ação para melhoria do controle e gestão com o objetivo de atingir a consolidação dos Projetos de Assentamento.

### 3.3.6 Indicadores

*Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	$(40/2504)*100 = 1,60\%$
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	26,26%
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	*
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233.	

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	<b>O MDA não enviou o número de contratos firmados.</b>
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	<b>90,18%</b>
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	<b>515/35330*100 = 1,45%</b>
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	0

\*Não foi possível levantar o total de habitações construídas em 2013 de forma tempestiva.

De acordo com tabela acima, o índice de acesso à água para consumo doméstico foi de 1,60 %, sendo calculado através da relação entre o número de famílias beneficiadas com sistema de abastecimento de água e o número de famílias assentadas no ano de 2013, segundo dados do SIPRA. Vale ressaltar que o referido índice foi relativamente baixo devido à pequena quantidade de obras recebidas no exercício anterior, o que não significa pouca atuação do setor de infraestrutura, pois o mesmo encontra-se com 17 obras em execução de sistema de abastecimento de água como mostra tabela abaixo:

<b>1. Município / Projeto de Assentamento</b>	<b>2. Situação verificada pela fiscalização</b>
3. Araças / São Mateus	4. <b>83,21%</b>
5. Cansanção / Agua Salgada	6. <b>84,0%</b>
7. Pindobaçu / Nova Cannã	8. <b>92,0%</b>
9. Remanso / Canaã	10. <b>75,75%</b>
11. Sítio do Quinto / Porteira	12. <b>50,35%</b>
13. Sítio do Quinto / Tingui Gonçalvez	14. <b>73,0%</b>
15. Tucano / Pé de Serra	16. <b>8,85%</b>
17. Casa Nova / Campo Verde	18. <b>64,88%</b>
19. Quijingue / Tábua Serrinha	20. <b>67,5%</b>
21. Santa Inês - Rancho Alegre	22. <b>62,52%</b>
23. Santa Inês – Itatiaia	24. <b>10,83%</b>
25. Boa Vista do Tupim - N. Sra Auxiliadora	26. <b>44,69%</b>
27. Boa Vista do Tupim - Che Guevara	28. <b>56,30%</b>
29. Bonito - Piratini	30. <b>42,41%</b>
31. Camacan - Recordação	32. <b>3,62%</b>
33. Macajuba - São Joaquim	34. <b>41,27%</b>

<b>35. Xique Xique - Picada</b>	<b>36. 9,49%</b>
---------------------------------	------------------

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos

Em virtude de ajustes nos projetos executivos dos Projetos de Assentamento os quais sofreram modificações visando o perfeito funcionamento dos sistemas, houve atraso na execução das obras, como também em função da não liquidez dos pagamentos de notas fiscais emitidas das obras, logo estas tiveram seus ritmos desacelerados.

Em outro momento a construtora alegou também que em função do atraso das instalações elétricas por parte de concessionárias credenciadas junto a COELBA, bem como das condições climáticas (chuvas) ocorridas no período, foram obrigados a reduzir as atividades de construção dos sistemas de abastecimento de água. O que de fato ocorreu, haja vista a ausência de celeridade por parte das concessionárias credenciadas junto a COELBA na interligação de algumas redes de energia implantadas em projetos de assentamento sob a jurisdição do INCRA e constantes na planilha de beneficiários do contrato em questão, devido à necessidade de aprovação, por parte da COELBA, de projetos de eletrificação tais como instalações de subestações e adições de fase em rede existente, postergando, desta forma, a conclusão das obras, já que estas dependem da energização das redes. Conseqüentemente houve necessidade de dois aditivos de prazo, cada um com 120 dias, totalizando 240, com data prevista para conclusão no dia 17 de Maio de 2014.

Qanto ao índice de provimento, expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA. O cálculo foi feito utilizando-se a quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados, dividido pela quantidade total de assentamentos jurisdicionados no nível de agregação multiplicado por 100. Para a Bahia temos um índice de 26,26%. Convém ressaltar que no Convênio de ATES com o Governo do Estado houve um aditivo para elaboração de Planos de Desenvolvimento, com a Meta para a executora EBDA elaborar 111 PDAs e 151 PRAs. Ocorre porém que a executora, em função de alegada deficiência técnico-administrativa ainda não operacionalizou os recursos desta respectiva meta do convênio. A despeito de todo o esforço do INCRA na confecção dos referidos planos, problemas de ordem administrativa na executora tem se mostrado impeditivos para a realização de licitação para contratação de empresa para confecção das peças técnicas de tais instrumentos. Ressalta-se que a parte descritiva foram parcialmente elaboradas pelas equipes de ATES

devendo ser qualificados com o apoio de consultores especialistas no tema. Caso a EBDA tivesse entregado os Planos nosso índice seria de 77,23%, de modo que para o ano de 2014 haverá necessidade da Divisão de Desenvolvimento reavaliar a estratégia adotada e definir quanto a mantê-la ou buscar outra alternativa para esta meta.

Já o índice de provimento de Assistência Técnicas, revela a quantidade de famílias atendidas. O cálculo utiliza a quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação multiplicado por 100. Em 2013 a Bahia terminou o ano com o índice de 90,18%.

### **3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste**

No exercício de 2013 foram pagos os seguintes valores relativos a exercícios anteriores (RAP), totalizando 4.356.757,25 (quatro milhões, trezentos e cinqüenta e seis mil, setecentos e cinqüenta e sete reais e vinte e cinco centavos):

Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água – (contratos e convênio = 3.211.151,10; três milhões, duzentos e onze mil, cento e cinqüenta e um reais e dez centavos);

Implantação/Recuperação de Estradas Vicinais – (1.136.890,12 ; um milhão, cento e trinta e seis mil, oitocentos e noventa reais e doze centavos);

Limpeza /Recuperação de Aguadas – (8.716,03; oito mil, setecentos e dezesseis reais e três centavos);

Vale ressaltar que foram expedidos os seguintes instrumentos: Portaria Nº 43 do MDA de Junho de 2012 que instituiu o processo de habilitação e seleção de proposta para a ação de aquisição de máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais e o MEMO CIRCULAR Nº 7 da DD em Janeiro de 2013 que informou a celebração do Termo de Cooperação firmado entre o INCRA e o Ministério da Integração, que objetivou as ações de implantação, recuperação e/ou recuperação de sistemas de abastecimento de água em Projetos de Assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária. O Termo de Cooperação estabeleceu que a execução das

obras ficasse a cargo do MI, que se dará através de convênios celebrados com os governos estaduais, via Programa “Água para Todos”.

Em virtude desses instrumentos não houve a descentralização de recursos orçamentários durante todo o primeiro semestre de 2013, impossibilitando, desta forma, a atuação em novas ações de infraestrutura nesta Superintendência durante esse período. No segundo semestre de 2013 foram elaboradas, pelo núcleo de engenharia, as licitações de contratação de elaboração de projetos executivos de Sistemas de Abastecimento de Água e de Recuperação/Implantação de Estradas Vicinais projetos de assentamentos no estado da Bahia, ambas as licitações deram “desertas”, ou seja, não houve interessados. É importante ressaltar, também, que entre os meses de outubro e dezembro os serviços de fiscalização ficaram prejudicados, devido à falta de recursos de custeio para a Divisão de Desenvolvimento desta SR, fato que colaborou com a diminuição do ritmo de execução das obras contratadas, e consequentemente sua finalização e recebimento, previstos para o exercício de 2013.

## **4. Prestação Direta de Serviços ao Públco**

### **4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo**

A coordenação da Sala da Cidadania na Bahia (SR05) tem desenvolvido um trabalho de modernização do serviço e do atendimento ao Cidadão. Entende-se que o Cidadão é o foco deste setor, o qual, entretanto, não deve prescindir da aplicação de técnicas administrativas que proporcionem ao fluxo de trabalho mais eficiência, eficácia e efetividade.

Assim sendo, a partir da aplicação das funções básicas de administração: planejamento, organização, direção e controle, objetivou-se proporcionar ao setor os resultados alinhados com o planejamento estratégico do órgão e do governo federal.

Desta forma apresenta-se aqui a (tabela 1) sintética, como parte dos instrumentos de gestão e controle desta administração da Sala da Cidadania (SC). Esta tabela demonstra as principais atividades desenvolvidas na SC. Fica localizada em uma pasta de rede (na SR05), na qual os responsáveis pelas atividades no setor a alimentam diariamente com os respectivos dados.

*Tabela sintética de controle de atividades da Sala da Cidadania SR05*

Nº	ATIVIDADES	TOTAL 2013	TOTAL projetado 2014	VARIAÇÃO 13/14
1	(DP) Recepção de Declara.Propriedade de Imóvel Rural	1.849	3.844	108%
2	(DP) Processamento e envio ao cadastro rural	1.849	3.844	108%
3	(GEO) Recepção Georeferenciamento	665	0	-100%
4	(GEO) Processamento e envio ao Protocolo para Certificação	665	0	-100%
5	(INSS) Pedidos de pesquisa recepcionados	56	70	25%
6	(INSS) processamento das Pesquisas e envio ao Cadastro Rural	55	70	27%
7	Solicitações de Certidões SIPRA recepcionadas	240	240	0%
8	Certidões SIPRA entregues	240	240	0%
9	Solicitação de CCIR via Postal ou 2ª Via	0	0	0%
10	Recepção solicitação Cancelamento de Cadastro; Descaracterização; Desmembramento	105	105	0%
11	Processamento e envio ao protocolo dos pedidos de Cancel.de Cadastro; Descaracterização; Desmembramento	105	105	0%
12	Recepção de solicitação de Requerimentos Autorização p/Aquisição I.Rurais por Estrangeiros	11	11	0%
13	Processamento/envio ao protocolo das solicitações de Requerimentos Autorização p/Aquisição I.Rurais por Estrangeiros	11	11	0%
14	Demandas por processamento diligência à Proprietários Imóveis Rurais	163	600	268%
15	Envio de diligências à Proprietários Imóveis Rurais	507	600	18%
<b>TOTAL de atividades com documentos</b>		<b>6.521</b>	<b>9.740</b>	<b>49%</b>
<b>TOTAL atende sem DOC: telefone, balcão</b>		<b>5.150</b>	<b>6.180</b>	<b>20%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>11.671</b>	<b>15.920</b>	<b>36%</b>

Fonte: desenvolvida pelo coordenador da SC: Admº Arlindo Pitombo.

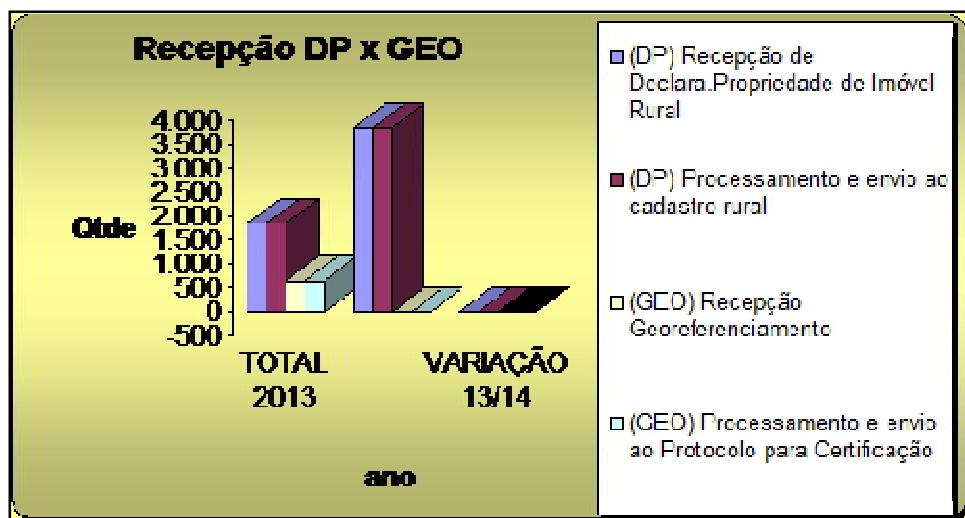
Esta tabela sintética demonstra os números ocorridos de cada atividade em 2013, os números projetados para 2014 e a variação percentual desta projeção.

Na perspectiva de efetuar uma pequena análise crítica dos números apresentados na tabela 1, destaca-se a seguir no gráfico 1, os números da recepção de declaração de Propriedade de Imóveis Rurais (DP) e de solicitações de Georreferenciamento (GEO).

A interação entre as duas atividades pode ser explicada pela necessidade de os processos de GEO gerarem uma ou mais DP.

Como se pode observar no gráfico 1 e na tabela 1, espera-se uma grande variação de recepção de DP entre 2013 e 2014. Isto se deve ao novo Sistema de Gestão Fundiária do Incra (SIGEF), no qual cada imóvel deve gerar, em média, três (3) DP, pois, neste novo processo, será necessário uma DP para cada matrícula do imóvel. Assim sendo, não obstante se tenha zerado o número projetado de recepção de GEO para 2014, triplicou-se (média esperada de 3 a 5) a expectativa de recebimento de DP que estes GEO gerarão.

*Gráfico 1 Recepção e distribuição para análise de DP e GEO*



Fonte: desenvolvido pelo coordenador da SC: Admº Arlindo Pitombo.

Outro aspecto importante a mencionar é que uma reavaliação do fluxo desta documentação proporcionou seu redesenho, implicando em um tempo máximo de permanência, processamento e distribuição destes documentos na SC de 24h ou (D+1).

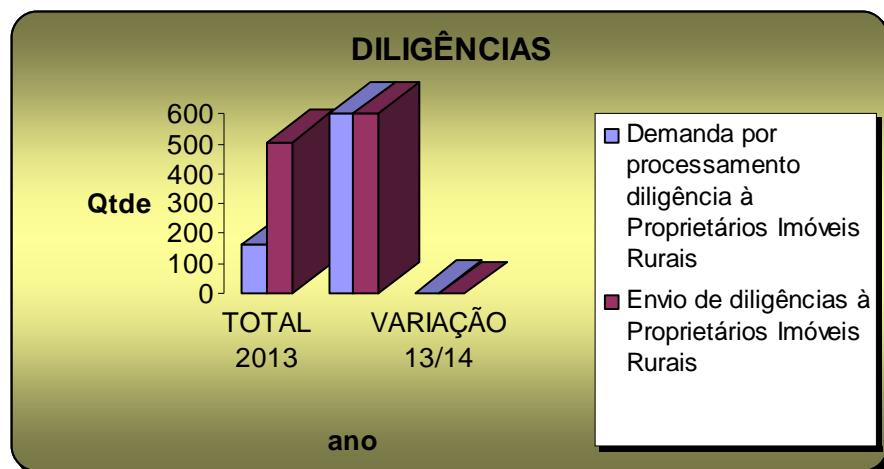
#### **4.2 Principais atividades de controle do Gestor**

Esta SC assumiu uma postura pró ativa e diligente junto ao Cidadão que demanda seus serviços. Disponibiliza computadores e internet para os Cidadãos de forma a facilitar sua busca por documentação para cadastramento do seu imóvel. Tanto

a nova postura como as ferramentas disponibilizadas têm sido muito bem recebidas pelos Cidadãos.

O gráfico seguinte apresenta outro número que parece importante ser mencionado. O gráfico 2, demonstra um número muito maior de diligencias enviadas a proprietários de imóveis rurais em 2013 por conta do processamento de um estoque remanescente de 2012. Estas diligencias são demandadas pelo Cadastro Rural (SR05) à esta SC que processa as cartas e envia aos respectivos proprietários. Considerando que em 2014 o Cadastro Rural se reestruture para analisar um número maior de DP, e espera-se que o número de diligencias também retorne seu crescimento.

**Gráfico 2** Diligências geradas pela análise de DP pelo Cadastro Rural



Fonte: desenvolvido pelo coordenador da SC: Admº Arlindo Pitombo.

## 5 Gestão de Pessoas

### 5.1 Distribuição de servidores

A Superintendência Regional do INCRA no Estado da Bahia conforme Organograma Institucional é composta pelo Gabinete, Divisão de Ordenamento Fundiário, Divisão de Obtenção, Divisão de Desenvolvimento, Divisão de Administração e por duas Unidades Avançadas (Oeste e Sul). Atualmente possui 188 servidores ativos distribuídos conforme planilha abaixo.

A Unidade Avançada do Extremo Sul da Bahia, localizada no Município de Itabuna é composta por um corpo funcional de 19 (dezenove) servidores, o que corresponde ao percentual de 10,2% do total de servidores ativos.

A Unidade Avançada do Oeste, localizada no Município de Bom Jesus da Lapa é composta por um corpo funcional de 12 (doze) servidores, o que corresponde ao percentual de 6,5% do total de servidores ativos.

De proêmio cabe destacar que a inexistência das coordenações nas Superintendências Regionais do INCRA, decorre da não deliberação por parte do Regimento Interno, possibilitando assim somente a matriz ter tal opção. Todavia no organograma da Regional identificamos divisões e setores, o que nos leva por oportuno detalhar:

*COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES*

<b>SETORES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>GABINETE</b>	<b>22</b>
<b>DIVISÃO ORDENAMENTO FUNDIARIO</b>	<b>3</b>
<b>SERVIÇO CADASTRO</b>	<b>4</b>
<b>SERVIÇO DE CARTOGRAFIA</b>	<b>13</b>
<b>SERVIÇO QUILOMBOLA</b>	<b>10</b>
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>
<b>DIVISAO DE OBTENÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>SERVIÇO DE OBTENÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>SERVIÇO DE MEIO AMBIENTE</b>	<b>7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>
<b>DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>26</b>
<b>SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA</b>	<b>7</b>
<b>SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>11</b>

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO NO CAMPO	2
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	8
SERVIÇO DE DESENV. HUMANO	4
SERVIÇO GERAIS	10
SERVIÇO DE FINANÇAS	3
SERVIÇO DE CONTABILIDADE	3
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>
UNIDADE AVANÇADA OESTE	12
UNIDADE AVANÇADA SUL	19
<b>TOTAL GERAL DE SERVIDORES</b>	<b>188</b>

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano

*QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO SERVIDORES POR DIVISÃO*

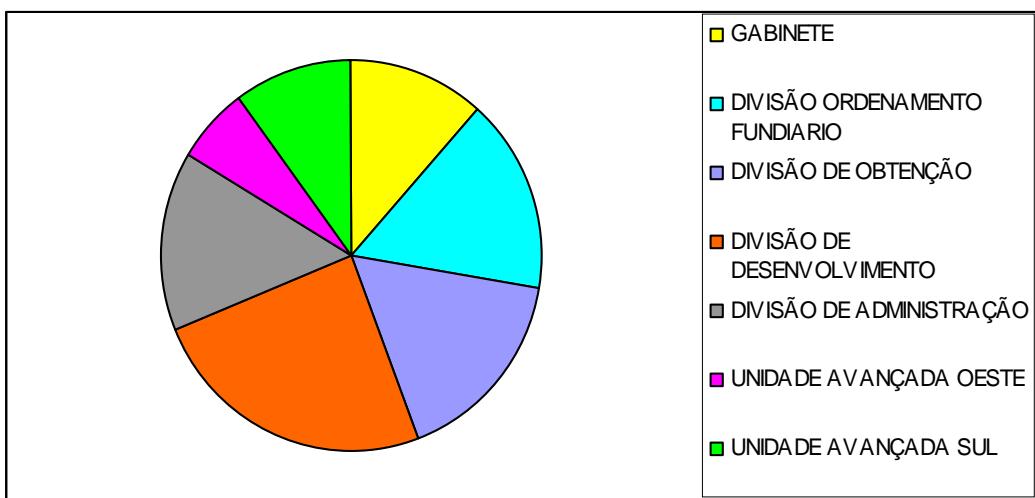
GABINETE	22	12,0%
DIVISÃO ORDENAMENTO FUNDIÁRIO	30	16,0%
DIVISÃO DE OBTENÇÃO	31	16,5%
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO	46	25,6%
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	28	13,2%
UNIDADE AVANÇADA OESTE	12	6,5%
UNIDADE AVANÇADA SUL	19	10,2%
<b>TOTAL</b>	<b>188</b>	<b>100,0%</b>

\* VALORES APROXIMADOS VARIAÇÕES PERCENTUAIS >2 PONTOS

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano

*GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO SERVIDORES NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA BAHIA*

*GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO SERVIDORES NA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA BAHIA*



Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano

## 5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

A estratégia adotada para melhoria do clima organizacional e do ambiente de trabalho no âmbito da SR/BA passou por duas vertentes: melhorias físicas e melhorias funcionais, a saber,

No que se refere às melhorias físicas esta Superintendência implementou as seguintes ações:

Aquisição de 120 cadeiras ergonômicas em substituição as existentes que apresentavam problemas;

Aquisição de 50 armários altos, 50 armários baixos e 40 gaveteiros, distribuídos entre as Coordenações visto que a aquisição anterior datava de 2007, além de não contemplar o ingresso dos novos servidores;

Recepcionamos 45 desktops com monitores e teclados disponibilizados às Divisões;

Procedemos à sinalização de todos os setores da Superintendência, com o objetivo de orientar todos aqueles que transitam nesta SR;

Readequamos o espaço físico da Coordenação de Cartografia e o setor financeiro;

Efetuamos a substituição dos filtros de carvão ativados dos purificados de água bem como a limpeza dos tanques de armazenagem, além das ações preventivas de dedetização, descupinização e desratização da Sede.

Adquirimos 04 aparelhos de microondas, duplicando a capacidade existente, localizados nas copas dos três andares a fim de diminuir o tempo de espera no aquecimento da alimentação dos servidores que trazem sua refeição de casa.

Quanto às melhorias funcionais relamos as seguintes iniciativas:

Revisão dos procedimentos internos com o objetivo de estabelecer padronizações melhorando a eficiência das ações. Como resultado desse trabalho foi desenvolvido um sistema interno, denominado NIA – Núcleo Integrado da Administração, concentrando, ao tempo em que coloca à disposição do gestor todas as informações atinentes Á Divisão sendo uma ferramenta essencial de controle a exemplo

de: publicações; comissão de licitação; pagamentos; contabilidade; recursos humanos e transporte.

Recepção da Junta Médica do INCRA, considerando que esta Regional aguardava há três anos tais deslocamentos a fim de validar todos os procedimentos que se encontravam pendentes;

Assinamos Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal da Bahia, fato que viabilizou o atendimento pela Junta Médica daquela Instituição, agilizando os procedimentos demandados pelos Servidores;

Viabilizamos capacitações internas e partilhadas com outras regionais nas áreas de cartografia; quilombolas; licitações; SICONV; SICAF; alcançando um público de mais de 398 servidores;

Promovemos capacitações dos atendentes nas Unidades de Cadastramento Municipal – UMCs, atendendo aproximadamente 90 municípios;

Suporte as ações do PNDTR, alcançando a marca de

Suporte aos mutirões de Certificação, potencializando a análise e encaminhamentos de centenas de imóveis certificados

Promoção do Evento “Outubro Rosa”, em parceria com o Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor Público Federal (SIAS), onde tivemos as seguintes ações;

Feira de Produtos Orgânicos e Artesanatos originários de Assentamentos de Reforma Agrária e Quilombolas

Palestra acerca dos riscos do câncer de mama;

Verificação de Tensão Arterial, avaliação do IMC, glicemia capilar

-Hipertensão, diabetes (orientação)

-DST/AIDS

-Avaliação Nutricional; (Nutricionista)

-Avaliação Postural e orientação; (Fisioterapeuta)

-Higiene Oral (Odontologia)

-Avaliação Oftalmológica (Optometrista)

-Serviço Social e orientações; (Assistente Social)

-Doação de Sangue (HEMOBA)

-Massoterapia;

-Vacinação; Alcançando aproximadamente 330 servidores e terceirizados (técnico e enfermeiro);

-Terapia Ocupacional; (Terapeuta)

### 5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

SR	Nº PROCESSO	DATA/MÊS DE REALIZAÇÃO	Nº DE SERVIDORES	CURSO REALIZADO	QUANTIDADE DE H/A	ORIGEM DOS RECURSOS*
5	54160.000191/2013-29	26/02/2013 À 28/02/2013	1	Divisão, Partilha e Demarcação de Imóveis Rurais	24H/A	1
5	54160.000559/2013-59	24/04/2013 À 26/04/2013	1	Gestão de Convênios	20H/A	1
5	54160.000592/2013-89	08/05/2013 À 10/05/2013	1	Elaboração e Gestão de Programas de Qualidade de Vida no Trabalho na Adm Púb.	24H/A	1
5	54160.000624/2013-46	13/05/2013 À 17/05/2013	1	Semana Especial de Capacitação em Licitações e Contratos da Administração Pública	40H/A	1
5	54160.000558/2013-12	06/06/2013 À 07/06/2013	5	Gestão e Fiscalização de Contratos	24H/A	1
5	54160.000092/2013-47	10/06/2013 À 14/06/2013	2	Auditoria da Folha de Pagamento no Serviço Público.	16H/A	1
5	DESENVOLVIMENTO	09/07/2013 à 12/07/2013	103	Seminário Ações em Assentamento	28H/A	1
5	QUILOMBOLAS	29/07/2013 À 02/08/2013	74	Curso de Formação para os Novos Antropólogos- Quilombolas	40H/A	1
5	54160.001352/2013/00	07/08/2013 À 09/08/2013	1	IX Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais	36H/A	1
5	54160.001228/2013-36	02/09/2013 à 06/09/2013	24	Capacitação na Elaboração de Mapas Temáticos com a ferramenta Quantum GIS	40H/A	1
5	54160.001969/2013-17	07/10/2013 à 11/10/2013	1	SIAFI OPERACIONAL BÁSICO COM O NOVO CPR	36H/A	1
5	EVENTO	OUTUBRO ROSA		AÇÃO DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE	8H	2
5	54160.002293/2013-89	31/10/2013 à 01/11/2013	1	Retenções de Tributos nos Órgãos Públicos: INSS, ISSQN, IRRF, IR, CSLL, PIS, COFINS	16H/A	1
<b>TOTAL</b>			<b>215</b>		<b>352H/A</b>	

## 5.4 Recursos humanos da unidade

### 5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

*Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	189	189	12	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	189	189	12	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	186	186	12	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	3	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	2	2	1	3
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	191	191	13	14

Fonte: Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

### 5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

*Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.*

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	123	2
1.1 Voluntária	118	2
1.2 Compulsória	2	0
1.3 Invalidez Permanente	3	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	43	0
2.1 Voluntária	42	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	166	2

Fonte : SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

*Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.*

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	58	5
1.1. Integral	45	4
1.2. Proporcional	13	1
<b>2. Em Atividade</b>	36	0
<b>3. Total (1+2)</b>	94	5

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

#### 5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

*Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.*

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim		2		1	3
1.2 Área Meio			2	2	4
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	1			1	1
2.2 Área Meio	1		1	2	4
<b>3. Total (1+2)</b>					12

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

#### 5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

*Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.*

Tipologias/ Exercícios	Vencimento s e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciário s	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão	12.525.287,51	312.046,90	1.112.469,41	332.451,99	2.641.775,59	860.503,92	1.445,79	60.589,91	35724,79	17.882.295,81
Servidores com Contratos Temporários										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior		78.882,87			16.200,4					95.083,27
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas		5.139,72								5.139,72

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

#### 5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

*Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.*

Quadro 16 – Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.												
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados					Sit.
							F	M	S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	
2008	11	0	CRT/BA 004/2008	CRETA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 04.374.998/0001-45	14/4/2008	15/10/2013			25	35		E
2009	3	0	CRT/BA 009/2009	CONTACTOS RECUSROS HUMANOS LTDA 13.218.763/0001-55	14/5/2009	13/5/2014			4	5	3	P
2011	2	0	CRT/BA 010/2011	BRASPE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI 03.595.040/0001-11	02/12/11	01/01/15	20	17				P
2012	1	0	CRT/BA 007/2012	BAHIA SECURITY SEGURANÇA PRIVADA LTDA 05.567.754/0001-41	01/02/2012	01/03/15			17	17		P

2012	12	0	CRT/BA 009/2012	BRASPE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI 03.595.040/0001-11	03/05/12	04/05/2012	18	18	1	1			P
2013		40	CRT/BA 007/2013	KATRE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA 12.633.102/0001-23	25/06/2013	25/06/2014	2	2					A
2013	11	0	CRT/BA 011/2013	CSC TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA 07.633.003/0001-01	01/11/2013	01/11/2014			55	55			A

Observações:

**LEGENDA**

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Área:**

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 12. Outras

**Fonte:SIAPE(GRCOSITCAReExtratordeDados)**

**5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício**

*Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.*

<b>Tipos de Atos</b>	<b>Número de eventos ocorridos no exercício</b>
Admissão	11
Desligamento	5
Concessão de aposentadoria	2
Concessão de pensão	6
<b>Total</b>	<b>24</b>

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

#### **5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal**

Não se aplica.

#### **5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal**

*Quadro 18: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.*

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Fonte</b>	<b>Resultado</b>
REGIÃO	36% ALCANCE DOS SERVIDORES CAPACITADOS.	36%	$67/186*100= 36,02$	66.	
TOTAL DE HORAS CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES 1064 H/A	o número de horas de capacitação por funcionários. 15.88	15.88/01	$1064/186= 5,72$	1064 H/A.	

**Fonte:** SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

#### **5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores**

Inicialmente a distribuição de servidores na SR/05-BA, foi feito com base nas atribuições do cargo do servidor nomeado, conforme determina o edital do concurso realizado.

No segundo momento foi levado em consideração os Conhecimentos, Habilidades e Atitudes, o que remeteu a redistribuição de alguns servidores em outros setores.

## **6 Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil**

### **6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres**

Nesta Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2013, estavam em vigência e foram firmados instrumentos de transferência de recursos somente na modalidade Convênio. No exercício, foram tomadas providências no intuito de sanar a situação dos Instrumentos , tanto os vigentes como os com prazo de vigência expirados.

Nos Convênios em situação de A COMPROVAR, os convenentes foram devidamente notificados a fim de que fossem apresentadas as prestações de contas das respectivas parcelas recebidas; foram reiteradas as notificações quando não atendidas em tempo hábil.

Nas situações de A APROVAR, as prestações de contas, bem como a realização das metas físicas foram analisadas procurando sempre cumprir os prazos estabelecido pelas normas vigentes sobre o assunto. Nos casos em que as prestações de contas encontravam-se incompletas e/ou em desacordo com as normas vigentes, os convenentes foram devidamente notificados para sanar os erros encontrados. Ressaltando que, quando na inércia no atendimento das notificações tanto nos casos do envio da prestação de contas para comprovação como nos casos de complementação de informações das prestações enviadas, os Convenentes foram classificados, dentro do SIAFI, no status de INADIMPLÊNCIA a fim de que fossem sanadas as pendências.

No exercício de 2013, encontravam-se vigentes Convênios cujos **Valores Pactuados** somavam R\$73.077.180,54 (setenta e três milhões, setenta e sete mil, cento e oitenta reais e cinqüenta e quatro centavos) tendo como **Contrapartida** um valor total de R\$37.640.096,91 (trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta mil, noventa e seis reais e noventa e um centavos).

Durante o exercício de 2013, foram repassados um total de R\$1.444.714,95 (hum milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e noventa e cinco centavos ); o total acumulado de **Valores Repassados** dos instrumentos vigentes até o exercício - levando em conta os repasses dos exercícios anteriores - é de R\$34.266.136,03 ( trinta e quatro milhões, duzentos e sessenta e seis mil, cento e trinta e seis reais e três centavos ).

Deste total, R\$32.311.954,00 (trinta e dois milhões, trezentos e onze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais) referente à Prestação de Contas estão em status de A APROVAR, estando os processos em fase de análise e/ou necessitando de relatório técnico de execução do objeto. No status de A COMPROVAR, referente aos convênios cujos valores repassados aguardam prestação de contas, existe um total de R\$ 7.468.756,03 ( sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinqüenta e seis reais e três centavos).

Segue abaixo quadro demonstrativo das Transferências recebidas e realizadas por esta SR-05, no exercício de 2013:

*Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.*

Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA											
CNPJ: 00375972/0007-56				UG/GESTÃO: 373053/37201							
Informações sobre as Transferências											
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados			Vigência	Sit.	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			Início	Fim	
001/2008	627625	22.100	R\$54.141.037,64	R\$35.589.901,62	R\$0,00	R\$26.797.380,00			04.07.2008	01.06.2014	1
1	724108/2009	12.900	R\$ 5.101.521,00	R\$592.970,00	R\$0,00	R\$1.000.000,00			18.12.2009	30.06.2014	1
1	752195/2010	3.087	R\$1.355.000,00	R\$29.500,00	R\$180.000,00	R\$ 1.355.000,00			16.12.2010	13.12.2013	1
1	762313/2011	50	R\$ 874.996,84	R\$36.720,00	R\$0,00	R\$287.416,44			27.12.2011	02.05.2016	1
1	762314/2011	50	R\$ 874.996,84	R\$36.720,00	R\$0,00	R\$287.416,44			27.12.2011	24.05.2016	1
1	762315/2011	150	R\$ 2.624.989,32	R\$110.160,00	R\$0,00	R\$895.678,60			27.12.2011	11.04.2016	1
1	763104/2011	840	R\$ 4.658.435,00	R\$1.164.609,00	R\$0,00	R\$1.825.626,00			27.12.2011	27.12.2014	1
1	763232/2011	40	R\$ 1.098.690,43	R\$45.778,77	R\$215.764,68	R\$379.514,02			27.11.2011	01.07.2017	1
1	767472/2011	445	R\$ 972.650,97	R\$19.850,02	R\$474.404,27	R\$863.558,63			15.05.2012	10.01.2015	1
1	778080/2012	50	R\$ 1.374.862,5	R\$13.887,50	R\$574.545,90	R\$574.545,90			27.12.2012	27.12.2017	1

**LEGENDA****Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI/ SICONV

*Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.*

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>			
<b>Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA</b>			
<b>CNPJ: 00375972/0007-56</b>		<b>UG/GESTÃO: 373053/37201</b>	
<b>Situação</b>	<b>Status</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valores Globais (R\$)</b>
Instrumentos vigentes	A aprovar	03	27.408.780,00
	A comprovar	11	8.281.358,23
	<b>Total</b>	14	35.690.138,23
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	02	6.246.074,00
	A comprovar	02	6.502.581,44
	<b>Total</b>	04	12.748.655,44

Fonte: SIAFI/ SICONV

## **6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR**

Em regra, após o trânsito em julgado na decisão de 1º grau, o juiz emite o mandado o Mandado Translativo de Domínio, determinando que o cartório proceda o registro do imóvel em nome do INCRA.

Esta Regional está concluindo o levantamento dos imóveis que já estão em seu nome através de solicitação a todos os cartórios de imóveis da Bahia. Atualmente temos cerca de 1/3 de todas as áreas adquiridas em nome do Órgão, isto se deve ao fato de que o INCRA cria o assentamento a partir da imissão na posse do imóvel podendo perdurar por muito tempo os recursos judiciais até a decisão do 1º grau.

## **6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber**

1) A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos , registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o Módulo Cadastro do SNCCI, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas

de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no siafi.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todos as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidão de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Por fim é importante frisa q após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação

dos técnicos das SRs que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta 1.2.2.4.9.10.00, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI e demais procedimentos. A intenção destes polos é dar a iniciativa dos trabalhos com a metodologia: "aprenda a fazer fazendo".

2) A conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceleiros, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:

#### Receitas Diretamente Arrecadadas

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Código GRU	Previsto	Arrecadado
250	13153000	Taxa de ocupação	28804-7	88.758	66.438
250	16001300	Serviços administrativos	28830-6	50.852	206.429
250	19192700	Multas previstas em contratos	28867-5	-	25.113
250	19199900	Outras multas	28848-9	234.506	439.611
250	19189900	Multas e juros de mora de outras receitas	28891-8	-	
250	19229900	Outras restituições	28852-7	3.982.024	5.319.221
250	22190000	Alienação de outros bens móveis	28868-3	332.520	-
250	22210000	Alienação de imóveis rurais p/col. ref. agrária	28874-8	25.967.835	33.058.348
280	23009900	Amortização de Empréstimos Diversos	48807-0	347.979	589.355
<b>TOTAL</b>				<b>31.004.474</b>	<b>39.704.515</b>

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, **a Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI**, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/PRESID

Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/PRESI
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/PRESI

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

#### **6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR**

A gestão desta Unidade Jurisdicionada, mais especificamente as áreas contábil e financeira, mantém atividades de controle a fim de assegurar a fidedignidade do registro contábil dos atos e fatos de gestão.

O setor financeiro realiza o controle dos empenhos, apropriações e pagamentos das despesas além do controle orçamentário desta UJ. Além da conformidade de gestão, o financeiro controla e realiza o encaminhamento, às instituições financeiras, das relações de ordens bancárias externas e de ofício para pagamentos referente a crédito de instalação rural dos Projetos de Assentamentos bem como o atendimento ao público com relação ao pagamento das faturas dos créditos desses PA's.

O setor contábil realiza o controle dos convênios firmados focando basicamente nos prazos de execução e prestação de contas, bem como no auxílio aos convenentes para a execução dos objetos pactuados nos instrumentos de transferência. O setor realiza também o controle dos processos de Tomadas de Contas Especiais, desde a necessidade de instauração dos mesmos, apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano causado ao Erário. Existe também um acompanhamento dos prazos de vigência dos Contratos firmados por essa SR, além do controle dos saldos residuais dos contratos vencidos.

Em relação a este setor, há de se fazer uma observação quanto ao seu quadro funcional cuja situação reflete diretamente no desempenho de suas funções.

Até o mês de junho de 2013, esta Setorial contava somente com 2 (duas) estagiárias e 1(uma) técnica em contabilidade sendo que esta última nunca havia feito nenhuma capacitação para gestão de Convênios, uma das principais atividades exercidas pelo setor.

Destarte, a partir do dia 17 do citado mês, tomaram posse 2 (dois) novos contadores para repor o déficit de servidores do setor, porém, até então, estes ainda não foram devidamente capacitados para trabalharem de forma segura tanto com a rotina contábil quanto na Gestão de Convênios, função que requer preparo e que envolve responsabilidades – há de se ressaltar que essas atividades estão sendo realizadas exclusivamente de forma “empírica” já que não existe capacitação, logo demanda tempo e a margem de reparar erros torna-se maior.

A preocupação na correção desse déficit se dá, principalmente, em virtude da grande demanda de solicitações de Órgãos Superiores de controle e fiscalização inclusive da Auditoria interna desta Autarquia, com relação a situação dos Convênios, principalmente os que se apresentam vencidos, bem como Prestação de Contas dos mesmos instrumentos de transferência; vale frisar que, se for observado o item 7.5 desse RG/2013 relativo a Informações sobre as Tomadas de Consta Especiais verifica-se, dentre outras informações, que nenhum processo relativo a esse procedimento, que nesta UJ é de responsabilidade no setor contábil, foi instaurado no exercício 2013, mais um reflexo dos citados déficits do setor em questão.

#### *Quadro analítico comparativo 2013 x 2012*

*Informações sobre transferências realizadas.*

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA</b>						
<b>CNPJ: 00375972/0007-56</b>		<b>UG/GESTÃO: 373053/37201</b>				
<b>Situação</b>	<b>Status</b>	<b>Quantidade</b>		<b>Valores Globais (R\$)</b>		
		<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	
<b>Instrumentos vigentes</b>	A aprovar	3	3	R\$ 27.408.780,00	R\$ 9.355.947,00	
	A comprovar	11	13	R\$ 8.281.358,23	R\$ 46.617.610,14	
	<b>Total</b>	14	16	R\$ 35.690.138,23	R\$ 55.973.557,14	
<b>Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)</b>	A aprovar	2	2	R\$ 6.246.074,00	R\$ 6.246.074,00	
	A comprovar	2	0	R\$ 6.502.581,44	R\$ -	
	<b>Total</b>	4	2	R\$ 12.748.655,44	R\$ 6.246.074,00	

Fonte: SIAFI/ SICONV

*Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas nos exercícios.*

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>					
<b>Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA</b>					
<b>CNPJ: 00375972/0007-56</b>		<b>UG/GESTÃO: 373053/37201</b>			
<b>Informações sobre as Transferências - valores totais de cada exercício</b>					
<b>Modalidade</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Valores Pactuados</b>	<b>Valores Repassados</b>		
		<b>Global</b>	<b>Contrapartida</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado até o Exercício</b>
<b>2012</b>	74.912	R\$ 84.051.996,98	R\$ 38.323.044,91	R\$ 9.284.363,78	R\$ 43.128.039,82
<b>2013</b>	39.712	R\$ 73.077.180,54	R\$ 37.640.096,91	R\$ 1.444.714,85	R\$ 34.266.136,03
<b>variação</b>	<b>-46,99%</b>	<b>-13,06%</b>	<b>-1,78%</b>	<b>-84,44%</b>	<b>-20,55%</b>

Fonte: SIAFI/ SICONV

### **Contratos**

A SR/05, no exercício de 2013, geriu, 09 contratos de terceirização, 28 (vinte e oito) contratos de serviços administrativos e, deu-se continuidade aos 12 (doze) contratos vinculados as áreas finalísticas.

Esclarecemos que em relação aos contratos terceirizados, o acréscimo tem como justificativa as repactuações além do aumento de quantitativo visto que, com a redução significativa de servidores do Estado, que prestavam serviços nesta Superintendência através do Convênio de ATES/ATER, necessário se fez o acréscimo de novas funções de apoio administrativo, para dar sequências as ações em andamento.

Nota-se, pelas planilhas abaixo das relações de contratos e despesas redução de despesas em relação ao exercício anterior.

CONTRATOS DA SR/05 2012			
ADMINISTRACAO			
EMPRESAS	ND	OBJETO	TOTAL ANUAL
MÓDULO	339039	MANUT. PREVENTIVA E CORRETIVA DO ELEVADOR	3.399,96
CORREIOS	339039	SERVICO DE MALOTE	3.728,46
COLD	339039	MANUT. PREVENTIVA E CORRETIVA SIST. DE AR CONDICIONADO	71.166,69
COELBA (SEDE)	339039	SERV. DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	235.749,24
COELBA U.A-SUL	339039	SERVICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	5.905,43
COELBA U.A-OESTE	339039	SERVICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	7.764,46
EMBASA	339039	SERVICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA	137.739,91
RADIONET	339039	SERVICO DE RASTREAMENTO VEICULAR	82.500,00
TELEMAR SEDE (3505-5300)	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA SEDE	22.369,06
TELEMAR SEDE FIXOS (410-0206)	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA SEDE	10.872,79
TELEMAR ITAMARAJU	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA UA'S	4.503,89
TELEMAR SUL/LAPA (420-0206)	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA UA'S	22.184,02
TELEMAR BARREIRAS	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA UA'S	2.352,75
VIVO	339039	SERVICO DE TELEFONIA MOVEL	24.400,45
EMBRATEL VIP LINE	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA SEDE	63.596,03
HEITOR BATISTA	339036	LOCAÇÃO IMOVEL UNIDADE AVANÇADA BOM JESUS DA LAPA	20.400,00
SIMPRESS	339039	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	54.885,80
ESCRITA	339039	SERVICOS DE REPROGRAFIA	20.548,48
SAAE	339039	SERV. DE ABASTECIMENTO DE AGUA UN. AVANÇADA BOM JESUS DA LAPA	426,18
GENERAL SECURITY	339039	SERVICO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	234.424,98
J2 TELEINFORMATICA LTDA	339039	MANUTENÇÃO CENTRAL TELEFÔNICA	7.980,00
OPTIMATE SISTEMA ELETRONICOS	339039	SERV. DE ACESSO INTERNET UNIDADES AVANÇADAS LAPA E ITABUNA	92.900,12
WALDIR	339039	SERV. DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	829.915,72
NORTESUL ENGENHARIA LTDA	339039	SERV. DE DIVISÓRIAS	39.567,83
TOTAL			1.999.282,25

CONTRATOS DA SR/05 2013			
ADMINISTRACAO			
EMPRESAS	ND	OBJETO	TOTAL ANUAL
MÓDULO	339039	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO ELEVADOR	3.583,31
CORREIOS	339039	SERVICO DE MALOTE	4.320,60
COLD	339039	MANUT. PREVENTIVA E CORRETIVA SEISTEMA DE AR CONDICIONADO	131.645,04
COELBA (SEDE)	339039	SERVICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	211.815,75
COELBA U.A-SUL	339039	SERVICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.013,36
COELBA U.A-OESTE	339039	SERVICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	8.081,69
EMBASA	339039	SERVICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA	199.539,68
RADIONET	339039	SERVICO DE RASTREAMENTO VEICULAR	81.000,00
TELEMAR SEDE (3505-5300)	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA SEDE	37.831,06
TELEMAR SEDE FIXOS (410-0206)	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA SEDE	23.980,67
TELEMAR ITAMARAJU	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA UA'S	1.660,89
TELEMAR SUL/LAPA (420-0206)	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA UA'S	22.104,22
TELEMAR BARREIRAS	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA UA'S	534,98
VIVO	339039	SERVICO DE TELEFONIA MOVEL	40.557,91
EMBRATEL VIP LINE	339039	SERVICO DE TELEFONIA FIXA SEDE	32.028,08
HEITOR BATISTA	339036	LOCAÇÃO IMOVEL UNIDADE AVANÇADA BOM JESUS DA LAPA	33.600,00
SIMPRESS	339039	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	63.025,97
ESCRITA	339039	SERVICOS DE REPROGRAFIA	65.983,69
SAAE	339039	SERV. DE ABASTECIMENTO DE AGUA UN. AVANÇADA BOM JESUS DA LAPA	525,68
GENERAL SECURITY	339039	SERVICO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	176.866,68
J2 TELEINFORMATICA LTDA	339039	MANUTENÇÃO CENTRAL TELEFÔNICA	7.980,00
OPTIMATE SISTEMA ELETRONICOS	339039	SERV. DE ACESSO INTERNET UN. AVANÇADAS LAPA E ITABUNA	102.000,00
WALDIR	339039	SERVICO DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	328.109,02
B. S. SILVA - EPP	339039	SERVICO DE LAVAGEM DO TANQUE	1.020,00
PARQUE PUBLICITÁRIO LTDA - ME	339039	ASSINATURA JORNAL CORREIO DA BAHIA	940
NORTESUL ENGENHARIA LTDA	339039	SERVICO DE DIVISÓRIAS	17.601,65
SEI SOLUÇÕES INTEG. LTDA EPP	339039	SERVICO DE MANUTENÇÃO SUBESTAÇÃO DE ENERGIA	1.414,00
INSETILAR LTDA	339039	SERVICO DE DESINSETIZAÇÃO	4.680,00
TOTAL			1.606.443,93

CONTRATOS DA SR/05 2012			
ÁREAS FINS			
EMPRESAS	ND	OBJETO	TOTAL ANUAL
GESTEIRA MATERIAL	339030	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS	184.422,08
REOBOTE	339033	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM ÁREA E RODOVIÁRIA	6.620,17
TURISMO PINHEIRO	339033	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM ÁREA E RODOVIÁRIA	145.615,70
ENGEC	339033	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	1.111.790,00
GESTEIRA SERVIÇOS	339039	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS	7.850,42
MIWAH	339039	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS	38.568,43
EGBA - D.O.E	339039	PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO	7.606,50
BAHIA TRIB. JUSTIÇA	339039	PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL DA JUSTIÇA	11.592,00
NUTRICASH	339039	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE CARTÃO COMBUSTÍVEL	144.186,11
CREA	339039	PAG. DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE ENG. DO INCRA/BA	1.600,00
INEMA	339047	PAGAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1.065,40
EBC	339139	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO	90.451,60
IMPRENSA NACIONAL	339139	PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	48.821,63
WALDIR	339039	SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	829.915,72
<b>TOTAL</b>			<b>2.630.105,76</b>

CONTRATOS DA SR/05 2013			
ÁREAS FINS			
EMPRESAS	ND	OBJETO	TOTAL ANUAL
GESTEIRA FERREIRA E CIA(MATERIAL)	339030	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS	235.453,21
P & P TURISMO	339033	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM ÁREA E RODOVIÁRIA	300.456,04
ENGEC ENGENHARIA	339033	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	1.118.597,13
GESTEIRA FERREIRA E CIA (SERVIÇOS)	339039	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS	43.451,42
EGBA - D.O.E	339039	PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO	8.321,30
BAHIA TRIB. JUSTIÇA	339039	PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL DA JUSTIÇA	11.280,00
NUTRICASH	339039	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE CARTÃO COMBUSTÍVEL	328.606,98
CREA	339039	PAG. DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE ENG. DO INCRA/BA	1.935,00
INEMA	339047	PAGAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	14,76
EBC	339139	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO	189.898,87
IMPRENSA NACIONAL	339139	PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	29.641,10
A E P COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA	339039	SERVIÇO DE CHAVEIRO E AQUISIÇÃO DE CARIMBOS	4.747,00
<b>TOTAL</b>			<b>2.264.081,51</b>

**CONTRATOS TERCEIRIZAÇÃO EXERCÍCIO 2012**

ND 339037			
EMPRESAS	ND	OBJETO	TOTAL ANUAL
CRETA ADMINISTRATIVO	339037	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	891.239,63
CRETA LIMPEZA EMERGENCIAL	339037	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	125.422,45
TMW LIMPEZA	339037	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	281.462,32
TMW CONDUTORES	339037	SERVIÇO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	947.920,41
CONTACTO'S	339037	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO	374.079,80
BAHIA SECURITY EMERGENCIAL	339037	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	34.625,84
BAHIA SECURITY	339037	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	368.332,70
EXPRESS CLEAN	339037	SERVIÇO DE COPEIRAGEM	44.764,24
A.R.P AMBIENTAL	339037	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	27.766,61
CERQUEIRA MELO	339037	SERVIÇO DE COPEIRAGEM	3.815,24
TOTAL			3.099.429,24

**CONTRATOS TERCEIRIZAÇÃO EXERCÍCIO 2013**

ND 339037			
EMPRESAS	ND	OBJETO	TOTAL ANUAL
CRETA ADMINISTRATIVO	339037	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	800.668,56
BRASPE LIMPEZA	339037	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	427.360,89
BRASPE MOROTISTAS	339037	SERVIÇO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	890.485,86
CONTACTO'S	339037	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO	372.577,14
BAHIA SECURITY	339037	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	533.414,30
EXPRESS CLEAN	339037	SERVIÇO DE COPEIRAGEM	8.499,52
BRASPE COPEIRAGEM EMERG.	339037	SERVIÇO DE COPEIRAGEM	24.167,22
KATRE COPEIRAGEM	339037	SERVIÇO DE COPEIRAGEM	24.042,50
CSC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	339037	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	268.805,75
TOTAL			3.350.021,74

**RESUMO**

DESPESAS	PAGAMENTO ANUAL 2012	TOTAL	PAGAMENTO ANUAL 2013	TOTAL
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>1.999.282,25</b>		<b>1.606.443,93</b>	
<b>AREAS FINS</b>		<b>2.630.105,76</b>		<b>2.264.081,51</b>
<b>CONTRATOS TERCEIRIZADOS</b>		<b>3.099.429,94</b>		<b>3.350.021,74</b>

Fonte: Divisão de Administração

*Obs.: o aumento no valor dos contratos terceirizados se deve ao pagamento de repactuações contratuais e nova contratação de apoio administrativo.*

## GETI

O Setor de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação- GETI, originalmente, por força do organograma vinculado ao Gabinete tem sido acompanhado pela Divisão de administração face a similaridade com o tema.

Iniciou o exercício de 2013, nesta SR-05, com a elaboração de um projeto de Infraestrutura de Rede física buscando uma melhor comunicação entre os ativos de Rede, colocando um novo servidor de Rede em produção e atualizou os servidores de virtualização ESXi para a versão 5.1, assim se converteu alguns dos servidores de Rede físicos em servidores virtuais.

Com a instalação de um novo GLPI que é um software utilizado para a abertura de chamados potencializou o anteriormente usado pelo Setor GETI.

Foi discutido e desenvolvido uma ferramenta para solicitação e acompanhamento dos quantitativos de materiais do Almoxarifado para solicitação de materiais pelas Divisões da SR-05, o chamado Sistema de Almoxarifado- SISAL, com o intuito de melhor controlar a entrada e saída de materiais, solicitado pelos servidores.

Instalou-se o OCS Inventory para inventário dos ativos de Rede, manutenção da WLAN (restauração do serviço de rede sem fio), configuração da “Assistência remota do Windows” para acesso remoto Windows 7, configuração do DHCP no controlador de domínio secundário (serviço para distribuição de endereços IPs dinâmicos).

Instalação de novos pontos de acesso wireless e manutenção preventiva e corretiva dos servidores de Redecom a criação de usuários e pastas de Rede, instalação e configuração de impressoras na Rede, manutenção de pontos de rede e remanejamento de ramais telefônicos.

Visando garantir a segurança da informação da Regional SR-05, foi instalado o WSUS que é um serviço de atualização para equipamentos com plataforma Microsoft, o Nagios que é um software de monitoramento de ativos de Rede, levantamento do acesso dos usuários em nível de pastas de Rede, aquisição das fitas LTO3 para dar continuidade às rotinas de Backup dos arquivos presentes no Servidor de Arquivos, troca das baterias dos nobreaks em produção, renovação da garantia física do Servidor de Arquivos e o Backup dos Servidores de Rede Virtuais.

Objetivando garantir o controle dos suprimentos, foi realizado o levantamento do estoque de informática (quantidade de toner, adaptador, estabilizador e etc.), onde este setor entrou em contato com os fornecedores para que os mesmos pudessem prestar

a devida assistência (Simpress, Escrita, J2 Teleinformática, OC Open computadores) e a Gestão de Impressões (cotas, trabalhos e etc.) via Sistema Papercut.

O Setor desenvolveu o Sistema NIA (Núcleo Integrado Administrativo), no intuito de otimizar as atividades desempenhadas na divisão de administração da Superintendência Regional da Bahia SR-05, visando agilidade e acompanhamento das informações que são geridas nesta divisão, o NIA proporciona em tempo real que os dados alimentados pelos setores da divisão sejam obtidos de forma fácil, precisa e rápida, atendendo a dinâmica dos trâmites processuais e documentais que são geridos pelos usuários do NIA.

Assim, obedecendo a estrutura da gestão administrativa todos os setores tem acesso as suas atividades que lhe são incumbidas em seus devidos links no NIA como os subsetores de: pagamentos, contratos, comissão de licitação, contabilidade, transporte, recursos humanos que serve para elaborar e monitorar todo o núcleo do Setor de Administração.

Também foi criado o sistema SISAL (Sistema de Almoxarifado) - Logística de entrada e saída de materiais do Setor de Almoxarifado e CMV – (Controle Mensal de Veículos)- sistema que serve para controlar a entrada e saída de veículos, manutenção preventiva e corretiva, consumo de combustível e quantitativo de veículos na SR-05.

No Suporte, o GETI presta auxílio aos usuários na manipulação de algumas ferramentas (OpenOffice, GLPI, etc.) e/ou demais necessidades, além de manutenção preventiva e corretiva das estações de trabalho.

Instalação de softwares gratuitos e licenciados, remanejamento das estações de trabalho junto ao Setor de Almoxarifado, auxílio nas videoconferências e montagem das salas para treinamentos e reuniões.

Suporte de informática em geral às Unidades Avançadas e apoio técnico nos mutirões vinculados ao PNDTR realizados pela Superintendência Regional da Bahia e Delegacia Federal Agrária da Bahia.

## **Transportes**

Está SR possui hoje em seu quadro operacional 17 (dezessete) veículos já listados na conta contábil 91 (noventa e um), em processo de doação.

Das 30 (trinta) Pick-Up em uso, 13 (treze) delas são de modelo Ranger/ 2008, que em face da superfície territorial bem como a má conservação das estradas, já se

mostram com valores defasados, considerando as manutenções realizadas nos dois últimos exercícios, necessitando de reparos constantes e custos elevados.

A frota é composta de 46 (quarenta e seis) veículos, sendo 30 (trinta) Pick-Up, 11 (onze) veículos de modelo Fiat Palio, 01 (Um) ônibus, 01 (Um) Caminhão, 01 (Uma) Van, dos quais foram baixados 03 (três) unidades. Ficando no momento disponível nessa SR-05, 43 (quarenta e três) viaturas oficiais.

O contrato de locação é composto de 04 (quatro) veículos, sendo que 02 (dois) foram disponibilizados para Unidades Avançadas.

Recentemente foi realizado Pregão Eletrônico para Registro de Preço, tendo por objeto a locação de veículos, com estimativa de 20 (vinte) Pick-Up a serem contratados. O contrato já se encontra assinado, porém ainda não está executado.

#### *RELAÇÃO DE VIATURAS*

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO
01	FORD/RANGER	JRV-0105	2008
02	FORD/RANGER	JRV-1665	2008
03	FORD/RANGER	JRV-4755	2008
04	FORD/RANGER	JRV-0527	2008
05	FORD/RANGER	JRV-0633	2008
06	FORD/RANGER	JRV-9824	2008

07	FORD/RANGER	JRV-0266	2008
08	FORD/RANGER	JRV-4393	2008
09	FORD/RANGER	JRV-3609	2008
10	FORD/RANGER	JRV-9645	2008
11	FORD/RANGER	JRV-8966	2008
12	FORD/RANGER	JRV-1870	2008
13	FORD/RANGER	JRV-9280	2008

#### **VIATURAS: 13**

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO
14	L.200	NTK-5844	2010
15	L.200	NTK-1908	2010
16	L.200	NTK-6756	2010
17	L.200	NTK-5565	2010
18	L.200	NTK-8695	2010
19	L.200	NTK-2168	2010
20	L.200	NTK-6129	2010
21	L.200	NTK-4858	2010
22	L.200	NTK-3090	2010

Nº ORDEM	MARCA	PLACA	MODELO
23	L.200	NZN-4934	2011

24	L.200	NZN-0303	2011/12
25	L.200	NZN-8150	2011/12
26	L.200	NZN-3956	2011/12
27	L.200	NZN-5868	2011/12
28	L.200	NZN-5817	2011/12
29	L.200	NZN-9875	2011/12
30	L.200	NZN-6082	2011/12

**VIATURAS: 17**

<b>Nº ORDEM</b>	<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>
31	PALIO/FIRE	JRG-8716	2007
32	PALIO/FIRE	JRG-1304	2007
33	PALIO/FIRE	JRD-3776	2007
34	PALIO/FIRE	JRD-9810	2007
35	PALIO/FIRE	JRA-2747	2007
36	PALIO/FIRE	JRG-9354	2007
37	PALIO/FIRE	JRA-6344	2007

<b>Nº ORDEM</b>	<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>
38	PALIO/FIRE	JRA-6108	2008
39	PALIO/FIRE	JSD-2458	2008
40	PALIO/FIRE	JSD-2591	2008
41	PALIO/FIRE	JSD-4259	2008
42	PALIO/FIRE	JSD-7956	2008
43	PALIO/FIRE	JSD-1144	2008

**VIATURAS: 13**

<b>Nº ORDEM</b>	<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>
44	VOLKSWAG/ONIBUS	JHN-5323	2009
<b>Nº ORDEM</b>	<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>
45	M.BENZ/CAMINHAO	NTW-0329	2010

**VIATURAS: 02**

<b>º ORDEM</b>	<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>
44	VOLKSWAG/ONIBUS	JHN-5323	2009

<b>Nº ORDEM</b>	<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
01	FORD/RANGER	JRV-8453	2008	ALIENAÇÃO
02	FORD/RANGER	JRD-9210	2007	ALIENAÇÃO
03	FORD/RANGER	JRA-6212	2007	ALIENAÇÃO
04	FORD/RANGER	JRA-6289	2007	ALIENAÇÃO
05	MITSUBISHI/L.200	JQS-6342	2006	ALIENAÇÃO
06	FIAT/PALIO	JPZ-5473	2005	ALIENAÇÃO
07	FIAT/PALIO	JPZ-5472	2005	ALIENAÇÃO

08	GOL/VOLKSWAGEM	JQS-6181	2005	ALIENAÇÃO
09	MITSUBISHI/L.200	JPT-6378	2005	ALIENAÇÃO
10	MITSUBISHI/L.200	JPT-6379	2005	ALIENAÇÃO
11	MITSUBISHI/L.200	JPZ-5168	2005	ALIENAÇÃO
12	MITSUBISHI/L.200	JPZ-5169	2005	ALIENAÇÃO
13	FORD/RANGER	JPZ-5126	2004	ALIENAÇÃO
14	FORD/RANGER	JPZ-5127	2004	ALIENAÇÃO
15	PICK-UP/S.10	JPZ -3912	2004	ALIENAÇÃO
16	TOYOTA/HILUX	MOZ-6400	2003	ALIENAÇÃO
17	JIPE/ENGESA	BB-4369	1987	ALIENAÇÃO
18	CAMINHAO/MERCED ES BENS	HZG-5453	1984	ALIENAÇÃO

**TOTAL DE VIATURAS: 45**

**VIATURAS CONTA CONTABIL 14.212,91 (QUANT – 18)**

Fonte: Divisão de Administração

### Diárias

Compete ao Setor de Sistema de Concessão de Diárias e Passagens- **SCDP** a execução das seguintes atividades:

1. Cadastrar solicitação de viagem de servidores e colaboradores eventuais.
2. Emissão de bilhete de passagem aérea e terrestre.
3. Examinar, anexar e encaminhar as prestações de contas de diárias;
4. Cadastrar, alterar usuários e agências de viagens juntamente com Gestor do Sistema.
5. Acompanhar e controlar quantidade e valores pagos de diárias e passagens de cada Divisão.

<b>DEMONSTRATIVO DE GASTOS EM 2012</b>		
Diárias pagas (Colaboradores Eventuais - Policiais da Ouvidoria Agrária e Servidores do Pedro Melo- Programa PNDTR.)	Diárias pagas Servidores e Terceiros autorizados	Passagens Aéreas e Terrestres
<b>R\$ 141.600,00</b>	<b>R\$1.223.156,71</b>	<b>R\$154.848,16</b>
<b>OBS:</b> Total de despesas com diárias de passagens R\$ 1.519.604,87, sendo que no exercício de 2012 não houve atividades no período de Junho a Setembro na Superintendência, devido à greve dos servidores.		

Fonte: Divisão de Administração

<b>DEMONSTRATIVO DE GASTOS EM 2013</b>		
Diárias pagas (Colaboradores Eventuais - Policiais da Ouvidoria Agrária, Programa Terra Forte, Apoio nos Processos de Licitação, Apoio ao Setor de Engenharia, Acompanhante de Servidor com Necessidades Especiais, Fundiária/Quilombola Comunidade de Rio dos Macacos e	Diárias pagas Servidores e Terceiros autorizados	Passagens Aéreas e Terrestres

<b>PRONERA.)</b>		
<b>R\$ 242.897,40</b>	<b>R\$ 1.484.162,25</b>	<b>R\$ 252.150,97</b>
<b>OBS:</b> Total de despesas com diárias e passagens R\$ <b>1.979.210,62.</b>		

Fonte: Divisão de Administração

## 7 Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

### 7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

O Controle Interno da Superintendência Regional do INCRA na Bahia é coordenado pelo Gabinete, com apoio da assessoria de Planejamento e da Divisão de Serviços Administrativos no atendimento de eventuais diligências dos Órgãos de Controle Interno e Externo, consolidando as informações dos outros Setores, para que as informações, respostas e justificativas prestadas nas diligências, contenham qualidade mínima de informações e documentos.

Em virtude da limitada capacidade operacional decorrente da carência de servidores, aliada à intensa demanda de atividades, ainda não existe uma estrutura que conte com elementos gerenciais, como a avaliação de risco.

*Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.*

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	<b>X</b>				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.				<b>X</b>	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				<b>X</b>	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			<b>X</b>	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			<b>X</b>	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			<b>X</b>	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			<b>X</b>	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			<b>X</b>	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		<b>X</b>		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			<b>X</b>	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		<b>X</b>		

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			<b>X</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		<b>X</b>		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			<b>X</b>	
<b>Análise Crítica:</b> Tendo em vista as restrições orçamentárias e financeiras que ocorreram no ano de 2013, não foi possível capacitar nenhum servidor em procedimentos específicos de Controles Internos.				

## **7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos**

A Superintendência não instituiu isoladamente nenhum controle. Utiliza para acompanhamento de seu desempenho apenas o Monitoramento, estabelecido oficialmente pela Sede.

O Monitoramento é realizado mensalmente por meio do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra>), e contempla a execução do ponto de vista físico e orçamentário de 27 (vinte e sete) Ações contidas em 10 (dez) Programas inseridos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, o que permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisões com base nas informações disponibilizadas.

De acordo com a Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, os dados relativos à execução física são inseridos no Módulo de Monitoramento e Avaliação e validados pelo Superintendente Regional. Cabe às Diretorias, por meio dos relatórios do sistema, acompanhar e analisar a evolução da execução de cada regional.

## **7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações**

A Superintendência não instituiu isoladamente nenhum controle para assegurar a fidedignidade das informações prestadas à sociedade e aos órgãos de controle. Institucionalmente, a forma de assegurar a fidedignidade das informações prestadas é através de auditoria por amostragem. Esta regional já passou por auditoria interna quanto às informações fornecidas, assim como participou da auditoria de outras regionais, sob a coordenação da Auditoria Interna do Incra.

## **7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos**

Este tema já foi devidamente abordado no item 6.3 deste relatório.

## **7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais**

Existem atualmente 9 (nove) processos de Tomada de Contas Especial – TCE – em andamento nesta Unidade Jurisdicionada, porém nenhum foi instaurado em 2013; Sobre os processos em andamento citados, vale ressaltar que:

- a origem do débito e causas determinantes das TCE's, 4 (quatro) delas se referem a pendências na Prestação de Contas por mais de cento e oitenta (180) dias e os 5 (cinco) restantes se referem à irregularidade na Execução Física;
- quanto ao estágio dos processos, 3 (três) se encontram no TCU e o restante em Instrução Processual nesta UJ;
- o total do valor potencial do dano ao erário desses processos, soma um montante de R\$3.334.714,32 (três milhões, trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e quatorze reais e trinta e dois centavos).

## **8 Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas**

### **8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.**

Não houve determinação do TCU em 2013.

### **8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior**

- Superintendência Regional do Incra na Bahia – INCRA/SR-05  
Exercício 2012  
Processo: 54160.000405/2013-67  
Relatório nº. 201305870

Nº. DA CONSTATAÇÃO: 1.1.2.1

Demora na adoção das providências para cobrança de montante desviado de R\$ 610.600,00 em transferência de recursos para associação de produtores.

Manifestação do Gestor:

Após relatório de Auditoria nº 201202758 da CGU, esta Superintendência efetuou consulta à Procuradoria Jurídica especializada e conforme NOTA/AGU/PGF/PFE/INCRA/SR(05)/BA/Nº258/2012 de 29.11.2012, adotamos os procedimentos da Norma de Execução/INCRA/nº13/2001 (DOU 07.06.2001) que estabelece rotina para apuração e inscrição em dívida ativa de valores devidos ao INCRA.

Já foram atendidos os passos 1; 2; 2.1 e 2.2 do Procedimento nº01 – Créditos Diversos, do Anexo da referida Norma de Execução.

Providências a serem implementadas:

Adotar os procedimentos da Norma de Execução/INCRA/n°13/2001 (DOU 07.06.2001)

Prazo de Atendimento: providências de caráter contínuo até o cumprimento total da referida norma.

Situação (texto) em 08 / 10 / 2013: Em execução.

- Superintendência Regional do Incra na Bahia – INCRA/SR-05  
Exercício 2012  
Processo: 54160.000405/2013-67  
Relatório nº. 201305870

Nº. DA CONSTATAÇÃO: 3.1.1.1

Divergências e falhas entre os dados constantes dos quadros e respectivos textos explicativos de ações programáticas no Relatório de Gestão.

Manifestação do Gestor:

O INCRA/BA apresentou as suas considerações mediante e-mail, em 06/05/2013:

Fato a) Ação 4460: Retificar o Quadro A. 4.4.1.7 no campo Meta Realizada, alterando de “zero”, para 12.938,4941 ha, conforme informado no texto da análise crítica.

Fato b) Ação 8374: Retificar o Quadro <sup>a</sup> 4.4.1.18 no campo Meta Física, alterando de 05, para 07 assentamentos.

Fato c) Ação 4358: retificar o texto que diz “a emissão de Contratos de Concessão de Usos superou a meta prevista de 1.444 contratos na PO 2012 em 131% conforme tabela acima, com um total de 1.890 documentos emitidos” para “a emissão de Contratos de Concessão de Usos superou a meta prevista de 1.444 contratos na PO 2012 em 31% conforme tabela acima, com um total de 1.890 documentos emitidos”

Fato d) Ação 8370: Como esta é uma ação de caráter contínuo, ou seja, suas execuções física e financeira se estendem por vários anos, há um entendimento pacífico dentro do Incra de que para efeito de prestação de contas, devemos informar o número de alunos que estão sendo assistidos, e não apenas o número de formandos daquele exercício.

Caso informássemos anualmente apenas o número de formandos, teríamos por vários anos uma execução física “zero”, mas com gasto de recursos públicos, uma vez que existem alunos sendo beneficiados, o que prejudicaria substancialmente a análise desta Ação.

Providências a serem implementadas:

Encaminhar ofício ao TCU informando as correções.

Prazo de Atendimento: 30 / 05 / 2013

Situação em 17 / 10 / 2013: Ofício encaminhado

- Superintendência Regional do Incra na Bahia – INCRA/SR-05  
Exercício 2012  
Processo: 54160.000405/2013-67  
Relatório nº. 201305870

Nº. DA CONSTATAÇÃO: 3.1.2.1

Avaliações de todos imóveis sob a responsabilidade da UG no SPIUnet encontram-se com validade vencida.

Manifestação do Gestor:

Reconhecimento do fato e o compromisso de adoção de medidas cabíveis para sanear o problema.

Providências a serem implementadas: Atualizar a avaliação imobiliária de seus dois imóveis próprios, prédio da Superintendência, em Salvador/BA e escritório de Itabuna/BA.

Prazo de Atendimento: 30 / 12 / 2013

Situação em 08 / 10 / 2013: Em andamento.

Após Constatção, foi encaminhado Ofício no 112/2013, de 24/07/2013 à Secretaria do Patrimônio da União, sendo necessidade da referenda avaliação. Em 31/07/2013 através do Ofício nº 118/2013 GAB/SPU/BA, fomos informados por essa Secretaria que a competem para avaliar imóvel das entidades integrantes da Administração dentro do próprio Órgão.

Encaminhamos do CREA- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia o ofício nº116/2013 de 13/08/2013, sendo informado que a realização dos serviços solicitados, não se enquadram em suas atividades laborais.

Em contato com avaliador dos imóveis que presta serviços para CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CEF), nos informou da impossibilidade da realização do referido serviço, devido ao acúmulo de trabalho. Assim, obtivemos a mesma resposta da CEF referente ao acúmulo do trabalho.

Sendo assim, esclarecemos que estamos em contato com o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias- Seção Bahia (IBAPE) , afim de promovermos a referenda avaliação.

- Superintendência Regional do Incra na Bahia – INCRA/SR-05  
Exercício 2012  
Processo: 54160.000405/2013-67  
Relatório nº. 201305870

**Nº. DA CONSTATAÇÃO: 3.1.3.1**

Descumprimento, pela unidade, dos prazos previstos no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

**Manifestação do Gestor:**

Esta Superintendência já adotou providências para que não hajam mais atrasos no registro do SISAC, conforme artigo 7º da IN/TCU nº 55/2007, designando o servidor K. G., lotado no Serviço de Desenvolvimento Humano, com esta atribuição

**Providências a serem implementadas:**

Designar o servidor Kosme Gumas para atualizar e manter o SISAC atualizado tempestivamente.

Prazo de Atendimento: 30 / 06 / 2013

Situação em 08 / 10 / 2013: Servidor designado e sistema atualizado.

Superintendência Regional do Incra na Bahia – INCRA/SR-05

Exercício 2012

Processo: 54160.000405/2013-67

Relatório nº. 201305870

**Nº. DA CONSTATAÇÃO: 3.1.4.1**

Realização de licitações e dispensas de licitação sem observância dos critérios de sustentabilidade ambiental.

**Manifestação do Gestor:**

Reconhecimento do fato e adoção das providências cabíveis.

**Manifestação do Gestor:**

Esta Superintendência já adotou providências para que não hajam mais atrasos no registro do SISAC, conforme artigo 7º da IN/TCU nº 55/2007, designando o servidor K. G., lotado no Serviço de Desenvolvimento Humano, com esta atribuição

**Providências a serem implementadas:**

Designar o servidor Kosme Gumas para atualizar e manter o SISAC atualizado tempestivamente.

Prazo de Atendimento: 30 / 06 / 2013

Situação em 08 / 10 / 2013: Servidor designado e sistema atualizado.

- Superintendência Regional do Incra na Bahia – INCRA/SR-05  
Exercício 2012  
Processo: 54160.000405/2013-67  
Relatório nº. 201305870

Nº. DA CONSTATAÇÃO: 3.1.4.1

Realização de licitações e dispensas de licitação sem observância dos critérios de sustentabilidade ambiental.

Manifestação do Gestor:

Reconhecimento do fato e adoção das providências cabíveis.

Providências a serem implementadas: Alertar e capacitar a Comissão Permanente de Licitação para a observância dos ditames da IN 01/2010.

Prazo de Atendimento: 31 / 12 / 2013

Situação em 08 / 10 / 2013: Comissão Permanente de Licitação alertada e capacitada. Todas as providências já foram adotadas visando inserir nas licitações e dispensa o critério de Sustentabilidade Ambiental.

## **9 Ouvidoria**

**9.1 Seguem abaixo os quadros demonstrativos dos Registros Feitos pela Ouvidoria.**

SÓ OUVIDORIA 2013						
PA	SIPRA	MUNICÍPIO	ENVOLVIDOS	DEMANDAS	N 47	MONITOR
Afrânio Fonseca Freitas	BA0325000	Vitória da Conquista	Denunciante: sr Gildásio Denunciado: Outros assentados	Uso de agrotóxico		21/11/12 – Denúncia realizada por telefone. Encaminhado ao setor do Meio ambiente. Aguardando retorno. <b>29/05/13 – Monitorar.</b>
Alagoinha	BA0061000	Jacobina	Denunciante: Associação Denunciados: srs Luis Braga da Silva e Antonio Lopes da Silva	Ocupação irregular		27/05/2012 – Encaminhado Meso 07; 20/04/12 – Indicação de IN 47; <b>29/05/2013 – Ver atual situação</b>
Aldeia	BA0101000	Ipirá	Denunciante: Denunciado: Movimento Social Luta Campesina	Ocupação irregular e crimes ambientais		26/05/12 – Encaminhado demanda à Divisão de Desenvolvimento. 1)Sugerido mediação da equipe de ATES, 2) Sugerido reunião com representantes do Movimento na localidade. <b>30/05/13 – Ver situação atual</b>
Amaralina	BA0044000	Vitória da Conquista	Denunciante: Sra Vanilde Teixeira de Souza	Expulsão de assentados do PA por parte de terceiros.		16/05/13 – Solicitado informações da Divisão à Gilsey. Aguardando.
			Denunciante: sra. Gildete de Jesus Ribeiro Denunciado: sr Vilson Santos Souza	Violência doméstica		23/05/2012 – Resposta encaminhada à Associação do PA e NO de ATES para que se fizesse orientações a cerca da violência doméstica, assim como, encaminhar situação aos equipamentos socioassistenciais competentes. <b>29/05/2013 – Em espera</b>
Ana Rosa	BA0374000	Pojuca	Denunciante: sr. Genivaldo R. de Farias Denunciado: INCRA	Notificação: Abandono de lote	9999-7336; Meso 06-Tacao	03/05/12- Fazendo contato com a Meso 06, Tacao. Aguardando; 11/05/12 – Segundo a Meso 06 (Tacao), o processo encontra-se na Comissão de Supervisão para ser apreciado; <b>30/05/13 – Em diálogo com Tacao o mesmo informou que a a Comissão de Supervisão ainda vai ser criada, portanto, o processo está em espera.</b> Solicitado encaminhar histórico do mesmo com base na vistoria a fim de responder ao denunciante. Aguardando.
			Denunciante: sr Florisvaldo Santos da Silva Denunciado: sr Antonio Alves Bezerra	Inserção no SIPRA		30/08/2012 - Solicita inserção do sr Florisvaldo no SIPRA, alegando que sua situação irregular causa "mal estar" para o PA; <b>30/05/2013 – Ver atual situação.</b>
			Denunciante: sr Manoel das Virgens Denunciado: PM local	Arbitrariedades/ Abuso de poder		15/06/2012 – Colhido TD, no qual informa que houve ação desrespeitosa da PM local aos assentados na ocasião do manifesto por melhorias das estradas e pagamento do royalties pela Petrobrás.

						29/08/13– Encaminhado teor da denúncia ao Comando da PM. Aguardando resposta.
Angical	BA0010000	Angical	Maioria dos assentados  Ocupações irregulares	im	UA Oeste – (77) 3614-7557 Benedito (77) 9991-7725/9959-8658	14/09/12 – Encaminhado notificações via malote à UA Oeste 09/11/13 – o técnico Benedito trouxe algumas notificações recebidas pelos assentados; 17/01/12 – Aguardando relatório atual da situação; <b>29/05/13 – Ver com Gil atual situação.</b>
Antônio Conselheiro III	BA0465000	Camamu	Denunciante: sr. Arnaldo Nascimento de Jesus Denunciado: Associação  Desvio de recursos públicos		Ana Cristina(73) 3255-2274  Itabuna (73) 3212-2392	09/01/12 – Colhido Termo de Declaração; <b>29/05/13 – Rever situação atual.</b>
Assu da Capivara	BA0339000	Camaçari	Denunciante: sr Marcelo Santos Souza Denunciado: sr “Zeca do Coqueiro”  Impedimento da construção de uma escola pela prefeitura			12/08/12 – Solicitado averiguar melhor os fatos e repassar a situação para o setor. Aguardando retorno do reclamante.
Atracaju	BA0907000	Tucano	Associação – sr Carlos Pereira dos Santos X Maria Telma Santos Souza e sr. Ildeberto Ferreira do Nascimento  02/03/12 – Colhido TD onde o sr Carlos vem apresentar explicações em relação às acusações a ele atribuídas: expulsão de assentados do PA	Carlos Pereira (Presidente) - 75-9957-2345		02/03/12 – Contactar as partes envolvidas: Ver equipe de ATES; 29/03/12 – Colhido TD dos srs Idelberto e Maria Telma, solicitam agilidade no cumprimento da Ação Declaratória de Nulidade; Aguardar relatório de mediação da OAR conforme V.T. Realizada em 28/03/12; 30/03/12- Concluir relatório segunda-feira-02/04/12 <b>31/05/13 – Desdobramento com Gil e Ciro. Monitorar.</b>
Bela Vista e Pau Brasil	BA0157000	Itamaraju e Pau Brasil	COELBA X INCRA  “Gatos” de energia			17/04/12 – Encaminhado resposta à SR. Geovana: Divisão de Desenvolvimento encaminhará equipe técnica de ATES para vistoria. Aguardar resultado. <b>31/05/13 - Monitorar</b>
Buique	Buerarema		Sra Jurandir Rosa de Freitas		(73) 8815-2294/8109-9969/8805-6723 (Bárbara- filha)	17/04/12 – Solicitação de inserção no SIPRA, uma vez que já ocupa o lote que foi de seus pais já falecidos. Ver processo na Divisão 27/04/12- Em contato com a D, sra Silvana, fomos informados que o processo deverá passar pela Comissão de Supervisão para análise. Feito contato com a sra Jurandir informando o andamento do processo. Aguardar e monitorar;

						31/05/2013 - Monitorar
Caimbongo	BA0160000	São Tiago do Iaguape/Cachoeira	Associação  05/03/12 – TD do sr Zeno, informando que a comunidade Quilombola Santiago do Iguape irá invadir sua propriedade, em (07/03/12)	Meso 04 – Domingos/Joce: 5356 Quilombola – Flávio/Vital: 5318/5319 Sr Zeno (71) 8142-7336; (71) 9999-7336 sr Edson Falcão: (71) 9970-9717/(75) 3414-5037; Sr Inocêncio: (71) 9904-6400	05/03/12 – Feito contato com equipe Quilombola(Flávio), solicitado informações a cerca da área; 06/03/12 – Enviado e-mail à equipe Quilombola (Vital) solicitando relato da realidade a fim de demandar ações. Aguardando. 06/03/12 – Segundo equipe Quilombola: 1) Processo de regularização fundiária tramitando desde 2008, aguardando dentro de 120 dias relatório técnico da empresa credenciada; 2) Tem certidão de auto-reconhecimento, pela Fundação Cultural Palmares;3) Realização de várias reuniões no PA para discutir esta pauta;4) Reunião agendada para 08/03/12. 09/03/12 – Ver resultado da reunião com Marli (ATES) e comunidade. 03/05/12 – Recebido relatório da equipe técnica que realizou vistoria no PA, do qual consta que a maior a maior parte da área; 03/05/13 – Solicitado processo à Fundiária. Após revisão, tramitado para a Cartografia. <b>29/05/13 – Recebido resultado da Cartografia, encaminhado ao sr Zeno, Comunidade Quilombola e Associação do PA</b>	
Conjunto Mineiro	BA0312000	Gandu	OAN X OAR			26/03/12 – OAN solicita pesquisar e encaminhar a existência de processo administrativo e/ou judicial de desapropriação ou outra informação relevante. OAR solicita da UA Sul a qual esteve mais próxima no desenvolver deste processo responder à OAN. 03/03/12 – Enviado resposta pela OAR à OAN e solicitado informações à Divisão; <b>10/04/13 – Criação de comissão para análise e respostas às demandas.</b>
Cumuraxatiba	BA0027000	Prado	23/02/12 - Ver trabalho da Comissão e dar resposta à OAN.	Venda de lote	im	23/02/12 – Enviado e-mail à Paulo Mello, solicitando relatório das atividades desenvolvidas no PA a fim de regularização do mesmo. Como resposta obtivemos que o mesmo está na prioridade de IN 47 para 2012; 27/02/12 – Em conversa com Gil, ela nos mandará um breve relato das ações no PA.

						Estamos no aguardo. 02/03/12 – solicitado resposta da D. E-mail informa: Inclusa na pauta da IN 47 para 2012; atualizando dados e ações; 3) Quanto à Comissão Constituída em 22/08/11 – O que foi feito? <b>16/05/13 – Relatório da comissão de supervisão ocupacional.</b>
					Sidneide – representante do PA (77)-8837-5166	
Fazendas Reunidas Boa Vista Parte e Outras	BA0566000	Esplanada	Denunciante: Associação Extração de cascalho Denunciado: FM Terraplanagem (Terceirizada da Petrobrás)	75) 9973-3136	EBDA NO Esplanada (75) 3457-1011 (75) 9809-6498 - Juarez	09/08/11 – Colhido Termo de Declarações 16/08/12 – Em contato com o técnico ambiental do NO, sr Gutem, foi solicitado mediar o conflito junto à empresa; 06/09/13 – Recebido ficha de ocorrência ambiental, encaminhado à equipe de articuladores ambientais de ATES; 12/09/13 – Conforme Adelaide, a demanda foi encaminhada aos órgãos competentes. Aguardar pareceres. <b>30/05/13 – Atualizar dados</b>
Guimarães/Acampo mento Toco Amarelo	Sento Sé	Associação FETAG, sr Nailton Mendes da Gama (Presidente do Acampamento) e sr Moura	06/03/12 – Denúncia de destruição com o uso do fogo.		Meso 07 - Ciro	06/03/12 – NO de Juazeiro. Ver situação. Foi realizado BO? 16/03/12 – Encaminhado e-mail à dr Jaime, solicitando medidas em relação à entrega de cestas. Monitorar 28/03/12 – Segundo sra Fátima (SIPRA), há no PA 86 famílias cadastradas, com capacidade para 156; 29/03/12 – Aguardando resposta de Sônia quanto à liberação das cestas; 02/04/12 – Agendar VT junto ao ouvidor à área; 05/04/12 – VT agendada para 12/04/12 com Ciro; 17/04/12 – Realizada VT pelo Ouvidor nos dias 12 e 13/04. Relatório anexo. <b>31/05/13 – Visita Técnica realizada e solicitação de cumprimento de demandas a Divisão de Desenvolvimento (parcelamento realizado)</b>
Ipiranga	BA0169000	Una	INCRA X FUNAI			11/04/2012 – Visita a FUNAI para discutir a situação

						11/02/14 – Homicídio do Sr. Juracy Santana; 06/03/14 – Reunião da comissão de combate a violência no campo (aguardando desdobramentos) demarcação da área
Manoel Dias	BA0416000	Muquém do São Francisco	Inserir no Programa Luz para Todos			11/04/2013 - Solicitação ao serviço de Engenharia;
Paulo Freire e Jequitibá	BA0133000	Mucuri	Reassentamento das famílias expulsas e dissidentes em nova área, assegurando a assunção das dívidas pelos substitutos e concessão de novos créditos aos reassentados.		Movimento Pró-Reintegração e Assentamento ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	02/04/12 -1) em 01/02/12 observa-se: Dificuldades enfrentadas pelo INCRA em desapropriar imóveis na região sul e extremo sul do Estado da Bahia; 2) Imóveis em fase de obtenção visando o multicitado reassentamento: fazendas São Pedro e Lagoa Dourada, município de Mucuri e fazendas Maracanã e Novo Rancho, município de Nova Viçosa; 3) As fazendas São Pedro e Viçosa não preencheram os requisitos para desapropriação, a fazenda Maracanã, a vistoria foi realizada e encontra-se em fase de elaboração do relatório técnico. Já a fazenda Lagoa Dourada está na fase de citação dos proprietários para posterior realização de vistoria.
Pau Brasil	BA0871000	Pau Brasil	COELBA X Assentados “Gatos” de energia			17/04/13 – Encaminhado resposta à SR. Geovana: Divisão de Desenvolvimento encaminhará equipe técnica para vistoria. Aguardar resultado.
Quingue/Heroína		Quijingue	Associação do Assentamento Nova Heroína (presidente sr José Alves da Silva e Uygna Jesus de Santana) – FATRES e MUC	06/01/12 – E-mail para dr Marcos - Ameaças, comportamento contrário ao Projeto do Programa de Reforma Agrária;		16/02/12 – Recebido correspondência do MDS, solicitando averiguação de omissão por parte da Desenvolvimento; 23/02/2012 – Enviado ofício à Divisão solicitando agendar reunião para nivelar; informações; 27/02/12 – Gil nos informou que a reunião

					agendada para este dia às 10 horas não iria acontecer, que a equipe iria elaborar relatório de ações e encaminhar à OAR. Responder: O que foi feito? Quando? O que será feito? 28/04/12 – Reunião com assentados e acordo de convivência firmado; 30/11/2013 – Parcelamento do PA realizado.
					23/02/12 = Ver se o acordo feito em 2010 está sendo cumprido e o que se tem feito para agregar qualidade de vida aos moradores do PA. 27/03/12 – Reunião com as partes envolvidas com Gil e Ciro, em Quijingue. Aguarda resultado para fundamentar resposta ao INCRA-Sede. 02/04/13 – Após visita técnica, realizada pela OAR (Gil e Ciro), foi traçado um acordo de convivência e elencado algumas ações que serão discutidas com o chefe da Divisão (Valério). Aguardar definições posteriores.
Rio Grande II	BA0162000	Cotegipe	Proprietários da Fazenda Jacarezinho  Uso de agrotóxico – Segundo relato, está sendo pulverizado via avião agrotóxico na referida fazenda, causando danos ao PA	EBDA Barreiras-Telza e sr Neiva(77) 3611-4354	26/03/13 – EBDA local (sr Neiva) informa que foram tomadas todas as medidas juntamente com a Polícia local e a ADAB;

					30/03/13 – ADAB (Agrônoma Gilmara). Via telefone a mesma informa que foi feita uma visita técnica e elaborado um relatório que está em mãos do seu coordenador e posteriormente deverá ser encaminhado à polícia local. Segundo a mesma, a conduta dos gestores da Fazenda Jacarezinho está dentro da legalidade. Solicitado relatório. Aguardando. <b>27/04/13 – Solicitado relatório via eletrônico a sra Gilmara (agronôma) estamos no aguardo;</b> <b>02/05/13 – Relatório enviado pela ADAB: Uso de herbicida dentro da legalidade.</b>
Santa Irene	BA0335000	Gongoi	Denunciante: Associação Denunciado: sr Maurício Pereira Santos (Técnico ATES)	Várias arbitrariedades	<p><b>Meso 03 UA Oeste</b>  <b>Meso 5362 - Érick</b>  ADAB Barreiras –  (77) 3612-4300/4350</p> <p>31/01/12 – Denúncia de atos duvidosos por parte do servidor Maurício.  29/02/12 - Segundo informações de Gil (Desenvolvimento), na ocasião a EBDA abriu comissão de sindicância e afastou o técnico das atividades e posteriormente do PA;  06/03/12 – Ouve mudança de diretoria. Ver atual situação;  17/04/12 – Formalizado ato de expulsão. Solicitado informações da Divisão;  07/05/12 – Sr Michael entrou em contato a cerca da Visita Técnica que o INCRA fará no PA. Nivelar com Gil  08/05/12 – Visita técnica agendada para 08 e 09/05;  10/05/12 – Não foi realizada, ocupação dos movimentos no INCRA;  18/05/12 – V.T. Agendada para 22 a 24/05;  23/05/12 – VT adiada por greve dos rodoviários intermunicipal;  29/05/12 – O técnico foi afastado  <b>30/05/12 – Provável viagem para os dias 19 a 22/06</b></p>

Santana	BA0390000	Morro Chapéu do	Sr Tancredo Alves Freire  – Crimes ambientais			16/09/2013- Solicitação de mediação pela Delegacia Agrária. Informações que a foi aberto IP em 15/09/2011. Segundo esta investigação o sr Tancredo está regular junto às leis ambientais.
São Jorge	BA0194000	Uruçua	Sr Ailson Moura dos Santos e a Associação 26/03/13 – Denúncia de expulsão do PA		UA Sul - Elias	26/03/13 – Feito contato com a UA Sul. 27/03/12 - Solicitado relatório ao técnico Wallace. 28/03/12 – Recebido relatório, observa-se resposta ao MPF de Ilhéus. Aguardando parecer. <b>31/05/13 – Em espera.</b>
Wilson Furtado		Jaguaquara	Associação X INCRA 03/05/12 – Solicitação Crédito Recuperação		Meso 04 - Evandro	03/05/13 – Colhido Termo de Declaração. Encaminhado ao Sup. Substituto, que por sua vez encaminhou ao Desenvolvimento. Informaram que o Chefe do Desenvolvimento fará esforços para liberar o Credito ainda este ano. Monitorar. Registros arquivados na pasta.

### QUILOMBOLAS

COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ENVOLVIDOS	DEMANDAS	CONTATOS	MONITOR
Fazenda Alto do São Francisco – São Francisco do Paraguaçu	Cachoeira	Moradores da Comunidade e a sr Angela Cristina Salgado de Santana	Tem processo nº 54160.002024/2006-93. Prática de ilegalidades por parte dos moradores da comunidade em área de sua propriedade: desmatamento, construção de casas e roçados, furto de arames e depredação de árvores nativa.	Sr Crispim (71) 9925-5978	22/02/12 – Recebido e-mail com a devida demanda 23/02/12 – Em contato com Itamar por telefone, foi solicitado um breve relatório da situação atual. Segundo o mesmo, dr Marcos deverá articular reunião junto à OAN. Aguardando. 24/02/12 – Itamar informa: 1) O o processo para regularização fundiária encontra-se em Brasília para julgamento; 2) Após apreciação os contestantes serão informados; 3) Em seguida o processo deverá ser encaminhado para o reconhecimento da presidência do INCRA. 09/03/12 – Resposta da dra. Geovanna encaminhada à equipe Quilombola . Monitorar.

				<p>14/03/12 – Reunião realizada na OAR com moradores da CQ. Agendar visita à CQ;</p> <p>26/03/12 – Fazer contato com Damião para agendar visita e reunião na comunidade;</p> <p>10/04/12- Recebido e-mail da OAN informando denúncias de crimes ambientais, conforme relatório anexo.</p> <p>11/04/12 Agendado visita técnica para o dia 23/04/12 pela manhã. Confirmado com o sr Crispim e solicitado a presença do advogado.</p> <p><b>19/04/13 – Solicitado junto à OAN agilidade no julgamento das contestações que está em tramite e parado desde 11/11, sem previsão de julgamento.</b></p> <p><b>20/02/2014 – relatório sem julgamento das contestações;</b></p>

### TERRAS INDÍGENAS

ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO	ENVOLVIDOS	DEMANDAS	MONITOR
Parque Nacional Monte Pascoal e Terra Indígena Barra Velha/ PA Terra Nova	Porto Seguro	FUNAI e INCRA	Indenizações dos assentados	<p>28/02/12 – Reunião com a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo. Onde?</p> <p>Foi solicitado junto à OAN realizar audiência pública em Eunápolis com a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo;</p> <p>29/02/12 – Ver resultado da reunião realizada em 28/02/12;</p> <p>29/02/12 – Encaminhado ofício à Regional da FUNAI, nº 363/12;</p> <p>02/03/12 -Fazer contato com demais órgãos envolvidos na mediação dos conflitos;</p> <p>09/03/12 – Ver resultado da reunião.</p> <p>15/03/12 – Recebido fax com a notificação para desapropriação da juiza Giselle de Fátima;</p> <p>30/03/12 – Reunião que aconteceria hoje(30/03/12) pela Comissão de Combate à Violência no Campo, foi suspensa. Aguardar retorno da OAN.</p> <p>08/05/12 – Previsto Termo de Conciliação;</p> <p>15/01/13 – Indígenas ocuparam o PA Terra Nova; reunião com a FUNAI em Eunápolis;</p> <p>14/12/13 – Lançado edital para compra de a'reas para reassentamento dos assentados do PA Terra Nova;</p>

## ACAMPAMENTOS

FAZENDA/ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO	ENVOLVIDOS	DEMANDAS	CONTATOS	MONITORAR
Acampamento Dois de Julho	Eunápolis	Associação do acampamento e FETAG  01/03/12 – Denuncia via e-mail de desvio de cesta básica por parte de representantes da FETAG local – sra Graça;	27/03/12 – Sr José Carlos Câmara e VIRACEL  Denuncia de desmandos pela empresa		01/03/12 – <b>Transferência</b> de responsáveis pelo recebimento de materiais do acampamento: lonas, cestas e outros - Mediante fato, foi solicitado pela Associação a transferência de responsável pelas cestas – A Associação Dois de Julho e o fornecimento das lonas serem realizado pelos srs José Alves Câmara e Carlos de Jesus Muniz – acampados. 01/03/12 – Ciro encontra-se na região deverá acolher solicitação; 05/03/12 – 1) Suspensa entrega das cestas; 2) Elias (UA Sul) informou que fará visita técnica amanhã (06/03/12) para apurar informações; 3) Realizado reunião com o Sup substituto, passado informações e solicitado agendar reunião com a FETAG; 07/03/12 – Reunião com a FETAG, INCRA, Acampamento; 09/03/12 – Após reunião decidiu-se: 1) As cestas serão entregues com a presença INCRA; 2) Os líderes “Gazo” ...conforme Ata. 27/03/12 – Solicitada a prisão do sr Paulo Ardis 10/04/12 -recebido do MDA cópia de correspondencia enviada a este órgão pelo sr José Alves Câmara, denunciando a Veracel. 16/05/13 – Termos de Acordo de convivência pacífica;
Acampamento Monte Castelo	Lajedo do Tabocal	MST/Fetag (Ely Moraes)	Disputa pela área		14/03/13– Agendar reunião com a Fetag e o MST local ; 26/03/13= Reunião agendada para 04/04/12 às 10 horas na sala de reuniões da Superintendência. 04/04/13– Reunião realizada. 10/04/13- Enviado cópia da ata para conhecimento e possíveis ressalvas das partes. Dado prazo até o dia 13/04/13 para enviarem resposta. 13/04/13 – Recebido ATA revisada pelas partes, com as alterações pertinentes. 16/05/13 – Após consenso das partes, agendado reunião para o dia 19/06/12 às 09:30 na OAR. 19/06/2013 – Situação normalizada – termo de acordo firmado entre os movimentos, a área continuará na pauta do MST;

Acampamento Tanque	São Francisco do Conde	MST e OAN  Agendar reunião com a Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo		19/03/12 – Enviado e-mail à OAN solicitando apreciação. Aguardando resposta. 19/04/12 – Resposta da OAN - será discutido na próxima reunião, em Salvador, na sede do Incra, em data a ser definida, acolhendo pedido da coordenadora estadual do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Zivaneide Santos Lima. 29/05/12 – Solicitado à OAN inclusão da pauta na próxima reunião da CNCVC. Aguardando resposta de Ciro 02/03/2013 – Reunião realizada, termo de acordo firmado entre o MTD e a Petrobrás
Conjunto São José	Una	Movimento x sr Manoel A. De Souza (falecido) e sra. Sandra M. P. De S. Fontes	Ver processo de desapropriação	04/05/13 – Encaminhado para Divisão de Obtenção.
Fazenda Alcatraz	Porto Seguro	Proprietário: sr Ubaldino Junior e trabalhadores rurais ligados ao MRC	Ocupação/Invasão em 15/06/12	MRC – Antonio Carlos Ferreira Costa 06/03/13 – E-mail recebido informando a invasão. Monitorar
Fazenda Ananas Pintadinho		Santana	Arlindo Pitombo – Sala da Cidadania	06/03/13 – Solicitando nova revisão da situação junto à Sala da Cidadania; 30/03/13 – Solicitado informações à Aroldo sobre ou georreferenciamento da área. Aguardando;
Fazenda Avelino	Ubaitaba	Sr. José Filho	Ocupação por assentados do PA	Sr José Filho: (73) 3245-2150 09/10/13 – Informa que assentados do PA... está ocupando sua propriedade (28 Hec) que fica nos limites do PA. Pede providencias. Aguardando e-mail com maiores informações.
Fazenda Belém	Lage			Reintegração de posse 03/04/13 – Solicitado informações junto à UA Oeste. Aguardando; 04/04/13 – Ver conciliação junto ao Juiz de Direito Substituto Dr. Ronald de Sousa Tavares Filho, que, conforme informações da Coordenação do Movimento Social a intenção é de não desocupar a área, por outro lado, o juiz solicita o cumprimento da ordem de reintegração sob pena de decretar a prisão do Comandante do 10o. Batalhão. Estão acampadas no local cerca de 1200 pessoas, sendo 300 crianças e 400 mulheres.
Fazenda Beija Mão	Cotegipe			18/04/13 – Solicitado à UA Oeste levantamento cartorial. Aguardando.
Fazenda Boa Vista/Acampamento do Lulão	Ventania/Itapebi	MCR – Movimento de Resistência Campesina, sr Antonio Carlos Ferreira Costa X sr José Ferreira dos Anjos, sr Beto e sr Clovis.  Sra. Maria Lourdes da Silva Santos	12/01/1 3 – Desmatamento e outras arbitrariedades, denúncia via e-mail à dr Marcos.	O prazo para a vistoria foi até fevereiro de 2012, segundo agendamento com o OAN. Informações de que a fazenda já foi autuada pelo IBAMA; 14/02/13 – Resposta Meio Ambiente: Luciano: 1) Trata-se de “suposto crime, pois não foi encaminhada prova”; 2) A visita para constatar a ocorrência é de competência do INEMA, pois o INCRA não é proprietário do Imóvel ou não tem processo em curso referente ao mesmo3) Devido ao tamanho a área não é adequada tecnicamente para fins de reforma agrária; 09/03/13 – Setor responsabiliza-se a enviar resposta ao MCR. Monitorar. 11/04/12 – Denúncia de desmatamento. Verificar 31/05/2013- Monitorar situação
Fazenda Bom Sossego, Boa Sorte, Santa	Cafarnaum	Requerente: Ivo	Reintegração de	10/04/13 – Verificar situação fase da reintegração de posse;

Maria/Povoado de Recife de João André	Souza Barreto//Requeridos: Manoel Ferreira do Nascimento e outros	posse	16/06/13 – Reintegração de posse realizada;
---------------------------------------	--	-------	---

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional

## **9.2 Principais Resultados no Tratamento de Registros Feitos pela Ouvidoria Relacionados a Invasões de Terras e Conflitos no Campo**

1. Encaminhamento de denúncias recepcionadas pela OAR aos parceiros da secretaria de segurança pública:

Resultados: rondas periódicas pela Policia Militar; abertura de inquérito pela Policia Civil; incursões da Policia Civil nas áreas afetadas;

2. Tratamento de denúncias que envolvem projetos de assentamento: encaminhamento a divisão de desenvolvimento para avaliação e manifestação acerca da denúncia e após resposta a tomada de decisão sobre a continuidade da denúncia que pode ser : encaminhada para a Procuradoria Federal Especializada, encaminhada para o Orgão Ambiental ou solicitação de que a Divisão de Desenvolvimento adote as providências Cabíveis;

3. Encaminhamento de denúncias a Ouvidoria Agrária Nacional: Naquelas ocorrências que demandam tratamento da OAN, encaminhamento e solicitação de inclusão na pauta da Comissão Naciona de Combate a Violência no Campo;

4. Tratamento de denúncias que envolvem Comunidades Quilombolas: encaminhamento a divisão fundiária para avaliação e manifestação acerca da denúncia e após resposta a tomada de decisão sobre a continuidade da denúncia que pode ser : encaminhada para a Procuradoria Federal Especializada, encaminhada para o Orgão Ambiental ou solicitação de que a Divisão fundiária adote as providências cabíveis;

De forma geral o que se procura na mediação e prevenção de conflitos é a construção de acordos que garantam a convivência pacífica dos litigantes, através de reuniões, tomada de declaração e encaminhamentos as autoridades que podem ajudar na mediação e solução dos problemas.

## **10 Correição**

**10.1 O registro de informações por parte do Incra/BA no sistema CGU-PAD é realizado pelo servidor Cláudio Alves da Silva e segue a PORTARIA N° 290, DE 26 AGOSTO DE 2008, que dispõe sobre a política de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD no âmbito do Incra.**

Quadro Consolidado: Número de Procedimentos

Período: 01/01/2000 a 13/02/2014

Total de Processos Administrativos Disciplinares 12

Total de Procedimentos 12

### Quadro Detalhado

Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
54160000386200640	20/03/2006	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54000000943200746	23/04/2007	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54160002128200941	20/04/2009	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54160002129200995	20/04/2009	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54000001400200827	13/07/2009	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54000001471200919	13/07/2009	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54000001874200950	08/09/2009	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54160003740200931	08/09/2009	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54000002256200927	13/09/2009	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54000000473201016	08/02/2010	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54160003722201173	05/12/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54160000833201390	13/05/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

Fonte: SISPAD